

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

A salvaguarda do saber-fazer do doce colonial em Morro Redondo/RS:
A análise do “patrimônio em ação”

Andréa Cunha Messias

Pelotas, 2022

Andréa Cunha Messias

A salvaguarda do saber-fazer do doce colonial em Morro Redondo/RS:

A análise do “patrimônio em ação”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro

Coorientadora: Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni

Pelotas, 2022

Ficha Catalográfica

Andréa Cunha Messias

A salvaguarda do saber-fazer do doce colonial em Morro Redondo/RS:

A análise do “patrimônio em ação”

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 29 de Setembro de 2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro (Orientador)

Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni (Coorientadora)

Doutora em História da Arqueologia pela Universidade de Algarve

Prof. Dr. Daniel Maurício Viana de Souza

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Dalila Rosa Hallal

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho ao meu pai, Wagner Brandão Messias, que sempre desejou que eu me tornasse uma pesquisadora. Com o mesmo carinho, a pesquisa é dedicada aos amigos Evaldo e Elda Thiel (*in memoriam*), por terem me ensinado o quanto o envelhecimento é uma dádiva que somente poucos sabem fazer valer.

Agradecimentos

À minha família, por ter suportado a minha ausência física e espiritual durante todo o processo iniciado em 2014, a partir da minha entrada no Projeto de Extensão “Museu Morro-Redondense: Espaços de Memórias e Identidades”.

Aos inúmeros amigos de Morro Redondo, por todo o apoio e confiança em mim.

À minha grande amiga Moema da Silveira Leite, por me fazer acreditar na possibilidade da seleção para o mestrado, algo tão distante ao meu olhar.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP), por todo o aprendizado.

Aos colegas do PPGMP, em especial à Cristiele Souza e ao Matheus da Costa, pelas de trocas de conhecimento e escuta atenta nos momentos de crise.

À minha coorientadora, Rita Juliana Soares Poloni, por aceitar me acompanhar em um momento crítico da escrita e por ter feito com que eu conseguisse dar “aquele salto no entendimento da Teoria Ator-Rede” (nas palavras dela), de forma a concluir esta etapa em minha vida. Agradeço também às inúmeras vezes nas quais ela se tornou aquela alma que eu necessitava ao meu lado, tamanho era o meu desespero em relação aos problemas enfrentados.

Ao meu orientador, Diego Lemos Ribeiro, pela leitura criteriosa, pelo apoio emocional e por toda a empatia demonstrada nos momentos das crises que apresentei durante o processo de escrita e em momentos tão difíceis pelos quais passei.

Aos membros da banca examinadora, a Profa. Dra. Dalila Rosa Hallal e ao Prof. Dr. Daniel Maurício Viana de Souza, pelas críticas e sugestões que ajudaram a estruturar o meu pensamento crítico.

Resumo

MESSIAS, Andréa Cunha. **A salvaguarda do saber-fazer do doce colonial em Morro Redondo/RS**: a análise do “patrimônio em ação”. 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Esta pesquisa, baseada no aporte metodológico da Teoria Ator-Rede (TAR), operacionalizada por Bruno Latour, tem o objetivo de analisar o comportamento dos actantes, através da atuação destes nos eventos e na comunicação de narrativas, durante os primeiros anos (2018-2021) do processo de salvaguarda das tradições doceiras coloniais no município de Morro Redondo/RS. A partir do reconhecimento das tradições doceiras em Pelotas e na Antiga Pelotas (formada pelos atuais municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Turuçu e Morro Redondo) como patrimônio cultural imaterial brasileiro, em 15 de maio de 2018, percebemos a presença de narrativas, anseios e projetos que buscam potencializar o valor cultural e a continuidade desses saberes e, ao mesmo tempo, reconfigurar a paisagem local, sendo o turismo rural um dos actantes. Dessa forma, percebermos a importância de identificarmos a rede de atores humanos e não humanos e de acompanharmos a forma de atuação deles, representadas ora em aproximações, ora em afastamentos entre eles. Essa dinâmica reflete o jogo entre a lembrança, o esquecimento e o poder que envolve o campo do patrimônio, expressão política da memória social, e nos permite trazer à tona os primeiros indícios necessários para o estudo do fenômeno.

Palavras-chave: Teoria Ator-Rede. Patrimônio Cultural Imaterial. Tradições Doceiras Coloniais. Salvaguarda. Turismo Rural.

Abstract

MESSIAS, Andréa Cunha. **The safeguarding of the know-how of confectioning traditions in Morro Redondo/RS: the analysis of “heritage in action”**. Advisor: Diego Lemos Ribeiro. 2022. 182 f. Dissertation (Masters in Social Memory and Cultural Heritage) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

This research, based on the methodological contribution of Actor-Network Theory (ANT), operationalized by Bruno Latour, aims to interpret facts, events, and narratives of the safeguarding of Morro Redondo's (RS) confectioning traditions' early years (2018-2021). Starting with the recognition of the confectioning traditions in Pelotas and Antiga Pelotas (currently the area of Arroio do Padre, Capão do Leão, Turuçu, and Morro Redondo) as part of the Brazilian intangible cultural heritage, in May 15th, 2018, it is possible to observe the presence of narratives, projects, and yearnings to potentialize the cultural values and the continuity of this knowledge, and, at the same time, reorganize the local landscape, with rural tourism being one of the actants. Thus, it is possible to observe the importance of identifying the human and non-human actors, and accompanying the way they operate, being represented by the closing of, or by the increase in the distance between them. This movement between the actors is a reflection of the connection between the remembrance, the forgetfulness, and the power, that are all involved in area of cultural heritage, a political expression of social memory, and allows the exposition of the first signs necessary for the study of the phenomenon.

Keywords: Actor-Network Theory. Intangible Cultural Heritage. Colonial Confectioning Traditions. Safeguarding. Rural Tourism.

Lista de Figuras

Figura 1 – Localização do município de Morro Redondo/RS	19
Figura 2 – O Museu Histórico de Morro Redondo	21
Figura 3 – 1ª Festa do Doce Colonial: doceiras e seus produtos	58
Figura 4 – Doces coloniais	59
Figura 5 – Biscoitos e cucas produzidos por moradores morro-redondenses	59
Figura 6 – Parte dos públicos visitantes	59
Figura 7 – A abertura da 1ª Festa do Doce Colonial	78
Figura 8 – Parte da Invernada Mini Mirim em performance	81
Figura 9 – Participação de educadoras e do secretário Anderson Güths	84
Figura 10 – Fundadores do MHMR	88
Figura 11 – Abertura do evento pela representante do Roteiro Turístico Morro de Amores	94
Figura 12 – A importância do registro pela fala do diretor do patrimônio imaterial do IPHAN	94
Figura 13 – Autoridades presentes no evento	95
Figura 14 – A visita da consultora do IPHAN ao Museu Histórico	96
Figura 15 – A entrega do certificado aos detentores	98
Figura 16 – A primeira reunião de Salvaguarda	99
Figura 17 – Convite para a primeira reunião de Salvaguarda	100
Figura 18 – Participantes da oficina para elaboração do Plano Municipal de Turismo	104
Figura 19 – Convite para a segunda reunião de Salvaguarda	106
Figura 20 – A presença do técnico do IPHAN/RS durante a segunda reunião de Salvaguarda	108
Figura 21 – Divulgação da 2ª Festa do Doce Colonial	110
Figura 22 – Postagem em rede social sobre a 2ª Festa do Doce Colonial	110
Figura 23 – Oficina gratuita de passa de pêssego promovida pelo Roteiro Morro de Amores	111
Figura 24 – Feitio de doce de abóbora com coco por uma doceira atual	111
Figura 25 – Relação intergeracional no feitio do doce	112
Figura 26 – Apresentação cultural: CTC Cancela Grande e a tradição doceira colonial	113

Figura 27 – Doceira representante dos agricultores familiares	113
Figura 28 – Feitio de nova receita de doce de caqui, interação do público espontâneo com a doceira e o tacho	114
Figura 29 – Material de divulgação da I Feira do Artesanato e de Produtos Coloniais	115
Figura 30 – Material de divulgação da II Feira de Artesanato e Produtos Coloniais: a oficina de Osterbaum	115
Figura 31 – Material de divulgação da II Feira de Artesanato e Produtos Coloniais	116
Figura 32 – Alguns produtos comercializados.....	116
Figura 33 – Material de divulgação da IV Festa do Pêssego	117
Figura 34 – Jurados do concurso de receitas à base de pêssego	118
Figura 35 – Receitas participantes do concurso.....	118
Figura 36 – Concurso do pêssego	119
Figura 37 – Café com Memórias sobre as tradições doceiras coloniais.....	130
Figura 38 – Interação do idoso com o tacho de cobre e o mexedor (construção mútua)	130
Figura 39 – O fluxo em ação durante o feitio do doce na III Festa do Doce Colonial	131
Figura 40 – A intergeracionalidade em ação na II Festa do Doce Colonial.....	131
Figura 41 – A intergeracionalidade em ação: feitio da <i>schmier</i> de morango no 6º Festival Caixinha de Música “A vida é um doce”	132
Figura 42 – Educação para o patrimônio: narrativas sobre o saber-fazer dos doces coloniais	132
Figura 43 – O tacho e o mexedor em performance.....	133
Figura 44 – Educação para o patrimônio na EMEF Alberto Cunha.....	133
Figura 45 – Doceira com Alzheimer pede para ajudar a mexer o doce na II Festa do Doce Colonial	134
Figura 46 – Café com Memórias na zona rural (Colônia Açoita Cavalo)	135
Figura 47 – Exposição temporária “Do Tacho Às Indústrias”	136
Figura 48 – Café com Memórias na Comunidade Quilombola Vó Ernestina.....	136

Lista de Abreviaturas e Siglas

AETMORE	Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo
AHD	Authorized Heritage Discourse
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONDERMOR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
COSULATI	Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMATER/RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
EMBRAPA/RS	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MHMR	Museu Histórico de Morro Redondo
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial
PDE	Plano Decenal de Educação
SAF	Sistema Agroflorestal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura
SEDAC	Secretaria de Estado da Cultura
SMCD	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
SMDR-Tur	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TAR	Teoria Ator-Rede
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Prólogo.....	14
1 Introdução.....	17
2 A aplicação da Teoria Ator-Rede no estudo do patrimônio cultural imaterial brasileiro	30
2.1 Pressupostos da Teoria Ator-Rede	30
2.2 Actantes precursores do conceito de patrimônio cultural imaterial.....	33
2.3 Actantes que consolidaram o conceito de patrimônio cultural imaterial	41
3 Enfoque sobre a ação do plano de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro e sua relação com o turismo	53
3.1 O plano de salvaguarda do PCI no Brasil: conceito e pressupostos	53
3.2 O turismo como actante do patrimônio cultural imaterial brasileiro	60
4 O uso da Teoria Ator-Rede para compreender a construção do patrimônio cultural imaterial em Morro Redondo/RS	73
4.1 A apresentação dos actantes e dos seus programas de ação	73
4.1.1 As controvérsias na rede estudada	90
4.2 As trilhas deixadas pelo tacho de cobre e as alterações provocadas na rede	93
4.2.1 A visita da conselheira do IPHAN.....	93
4.2.2 A entrega do Certificado de Doceiro Tradicional	97
4.2.3 A primeira reunião para elaboração do plano de ação para a salvaguarda das tradições doceiras	98
4.2.4 A reunião para a elaboração do Plano Municipal de Turismo	102
4.2.5 A segunda reunião para a elaboração do plano de ação para a salvaguarda das tradições doceiras coloniais	105
4.2.6 As Festas do Doce Colonial	109
4.2.7 As Feiras de Artesanato e de Produtos Coloniais	114
4.2.8 A IV Festa do Pêssego.....	117
4.2.9 A atuação da pandemia na rede	119
5 O patrimônio como performance: um foco sobre o Museu Histórico de Morro Redondo e o GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”	125
5.1 A performance museal e a fruição do patrimônio cultural.....	125
5.1.1 A performance do tacho de cobre no Museu Histórico de Morro Redondo e no GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”	128

6 Considerações finais141

Referências147

Anexos156

Prólogo

Imagine uma pequena área territorial, onde moradores fizeram da agricultura e da pecuária de subsistência suas principais atividades. Utilizando arados movidos à tração animal, enxadas e foices, preparavam o solo e mantinham os traços culturais, atividades que eram executadas de forma artesanal, ao compararmos com a realidade no presente. Batatas, cebolas, feijão, arroz, milho, aspargos, abóboras, pêssego, marmelo, goiabas, melancias, abacaxi, dentre outros cultivares, eram produzidos no local.

Em relação aos frutos, era preciso beneficiá-los, pois estragavam com facilidade e a safra era maior do que a capacidade de consumo *in natura*. Ademais, ao serem transformados em geleias, compotas ou doces, poderiam complementar a escassa alimentação das famílias até a próxima safra.

De forma artesanal, usando um tacho de cobre e um mexedor de madeira, muitas famílias se reuniam para a produção das iguarias. A lenha seca, cortada e armazenada durante o ano, facilitava o crepitar das chamas. O tacho, após ser limpo com limão e sal, era colocado ao fogo com a fruta desejada. O açúcar, nobre ingrediente na época, era acrescentado à massa ralada, picada ou processada no moedor que servia também para o feitiço de linguças.

Após o início da fervura, o mexedor não podia parar, sob o risco de queimar o doce no fundo do tacho e modificar o sabor final. Familiares se reuniam nessa tarefa, revezando entre eles o mexer rítmico que desenhava um oito na doce mistura. De vez em quando, as pessoas mais experientes provavam para acertar a dosagem de açúcar. Algumas delas conseguiam até perceber se era necessário colocar mais açúcar apenas ao sentirem o aroma que se expandia pelo ar. As crianças afoitas e saltitantes eram cuidadas para não se queimarem devido às brincadeiras nas proximidades do fogo.

Conversas ao redor do tacho aliviavam um pouco a árdua tarefa. Memórias sobre o cotidiano eram relatadas em meio à fumaça que ardia os olhos e ao aroma que adoçava as almas e as faziam sonhar com um futuro melhor. Ao final de três ou quatro horas, a tachada de doce estava pronta para ser guardada em latas reaproveitadas. Depois disso, a melhor hora chegava: o raspar do doce que restava no tacho. Mãos afoitas passavam colheres no tacho e seguravam um pedaço de pão que havia sido preparado no forno à lenha. O doce, ainda quente, era apreciado por

todos. Nos dias seguintes, trocas de doces eram feitas entre os vizinhos. Cada família embutia no doce a sua marca, a sua identidade e os seus segredos, por mais que todas elas usassem receitas equivalentes.

Com o passar do tempo, as condições climáticas adequadas e os tratos culturais promoveram excedentes de produção. De forma artesanal, os doces de tacho ultrapassaram os circuitos familiares e chegaram ao comércio. Famílias se especializaram em determinados tipos de doces e cresceram nesse ramo, abrindo as primeiras fábricas. Era o apogeu! Anos com ofertas de trabalhos, lucros, lazer e sociabilidade no espaço fabril, que, muitas vezes, coincidia com a própria casa do produtor.

Porém, disputas por mercado, exigências sanitárias, ações promovidas por políticas públicas ou decorrentes da ausência delas, contribuíram para que muitas fábricas e pequenas famílias deixassem de produzir doces. Os jovens, que antes moravam e viam no campo a possibilidade de continuidade da sua vida, passaram a sonhar com um futuro longe desse meio. O êxodo rural se instala, as famílias diminuem, assim como a força de trabalho. Anos difíceis... Dívidas... Falências... A soja aparece, então, como a “opção viável”.

Até outro dia, os destroços fabris funcionavam como cemitérios, restos. Depois, tornaram-se rastros de memórias capazes de fundamentar discursos, inventários, dossiês e anseios de um futuro promissor através do desenvolvimento do turismo rural. Enaltecimentos em oposição a apagamentos. Lucros como metas? Prelúdios da gentrificação? Ou desenvolvimento econômico das comunidades rurais? Usos dos patrimônios!

E a vida segue... Eis que uma forte estiagem interfere na produção frutífera. Batatas-doces e abóboras sucumbem diante à escassez de água. Faltam insumos para a produção doceira. Meses depois, o inverno chega... Temperaturas abaixo de 0°C... Geadas... Prejuízos na lavoura... Dificuldades para os pequenos agricultores familiares... Desilusões!

No mesmo compasso das mudanças no clima, uma pandemia assola o mundo, contamina e mata pessoas. Exige isolamento social, modifica a economia e, a nível mundial, atinge a indústria do turismo. Tempos de pânico e desesperança... No “País do Carnaval”, desgoverno e desmonte das instituições... Compras superfaturadas... “Bois e boiadas” inteiras passando livremente pelo plenário para promover as tão desejadas flexibilizações das leis ambientais, tidas por alguns como empecilhos ao

“progresso do país”. Uso político dos patrimônios... Exonerações, retrocessos e silêncios... Condutas altamente questionáveis, manipulações, descasos com o social, e, por que não dizer, atitudes que beiram os genocídios simbólicos e, até mesmo, literais?

Também em 2020, eleições promovem a troca de prefeitos e de secretários municipais. Outro plano de ação é instalado. Outra dinâmica na rede de atores. Esperanças ou desesperanças? Só o futuro dirá! Enquanto isso, no cenário cultural, em consequência da pandemia, a Lei Aldir Blanc promoveu a injeção de recursos financeiros. O que o edital municipal exigiu? O que ele desejava preservar? O saber-fazer do doce de tacho teve o seu lugar de fala. Mas, e quando o doce é feito em uma panela de alumínio ou em uma de ferro fundido? Ele deixa de ser menos doce? Deixa de evocar lembranças, rituais ou de representar visões de mundo? O que a rede de atores demonstrará?

1 Introdução

A nossa pesquisa tem como tema a salvaguarda do saber-fazer do doce colonial em Morro Redondo/RS. Consideramos relevante acompanharmos como a patrimonialização das tradições doceiras tem sido entendida no município e como tem sido utilizada para fomentar narrativas e ações de salvaguarda. Por ora, informamos que as tradições doceiras na região de Pelotas e Antiga Pelotas¹ foram registradas no *Livro de Saberes* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 15 de maio de 2018, após parecer favorável emitido pelo Conselho Consultivo (IPHAN, 2018a). O processo teve como base visitas realizadas nos municípios envolvidos e os resultados do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), a partir de um dossiê elaborado pelo IPHAN, em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas (IPHAN, 2018b).

Partimos de uma analogia à ciência em ação, muito estudada por Bruno Latour (1989, 1994b, 2000, 2001, 2012). Ao utilizar a pesquisa etnográfica, ele consagra seu campo de investigação na Nova Sociologia da Ciência. Na obra *Ciência em ação*, Latour (1989) traz uma abordagem construtivista da ciência a partir das observações realizadas no laboratório do Salk Institute for Biological Studies, na Califórnia. Com base na Teoria Ator-Rede (TAR), o autor procura traçar e compreender a rede de atores humanos e não humanos que interagem continuamente para o processo da produção da ciência. Para Latour (1989), os atores não humanos não são “meras projeções simbólicas”, eles podem, inclusive, atuar de forma a “desestabilizar o social”, ou seja, promover fluidez à rede e alterar resultados. Dessa forma, são considerados actantes.

A partir do aporte teórico metodológico e estrutural da Teoria Ator-Rede (LATOURE, 1989), optamos por pesquisar o patrimônio em construção, com a intenção de compreendermos a dinâmica da rede de atores envolvida com as tradições doceiras coloniais no município. Dessa forma, temos como objeto de estudo a análise do “patrimônio em ação”, antes que ele se feche em uma caixa-preta: o patrimônio

¹ A Antiga Pelotas se caracteriza pelo conjunto dos quatro municípios anteriormente pertencentes à Pelotas: Capão do Leão (emancipado em 3/5/1982), Turuçu (emancipado em 22/10/1985), Morro Redondo (emancipado em 12/5/1988) e Arroio do Padre (emancipado em 17/4/1996).

essencialista, fetichizado ou atuando como um *commodity*² potencializado pelo setor turístico. Para isso, compreendemos que as disputas memoriais presentes no processo são vitais para as reconfigurações identitárias e que tais reconfigurações poderão se materializar em formas de rupturas, entrelaçamentos e nós, dispostos em uma trama que sofre uma constante reconstrução.

Em nossa pesquisa, entendemos a relevância de adotarmos a ideia de rede para atentarmos à ação dos atores humanos e não humanos que, em constante interação, formam conexões até então imprevisíveis. Partindo dessa analogia latouriana, percebemos que a rede é um labirinto sem começo nem fim; sem centro e sem periferia; um conjunto de atalhos e de desvios com configurações inesperadas.

Ao adotarmos a TAR como metodologia estruturante do nosso trabalho de pesquisa, partimos de duas premissas. A primeira delas tem como princípio que todo processo de patrimonialização perpassa por um jogo de disputa de poder que, dentro das controvérsias da rede, acarreta lembranças e esquecimentos refletidos em aproximações ou em afastamentos entre os nós da trama. Como segunda premissa, temos que a patrimonialização do doce colonial como um patrimônio cultural imaterial brasileiro não está consolidada em Morro Redondo, sendo de sumo interesse analisarmos a construção desse patrimônio e as dinâmicas sociais que envolvem esse processo.

Ressaltamos que a elaboração da nossa primeira premissa se baseia na percepção do município de Morro Redondo como um microcosmo de disputas, de lembranças e de esquecimentos que poderá dificultar a ação de determinados actantes. Esse jogo de disputas por memórias exalta ou minimiza as discrepâncias existentes no município.

Em relação à segunda premissa, ela surgiu em função de observações em campo durante uma atividade com idosas em condições de vulnerabilidade social. Ao defendermos que a patrimonialização dos doces coloniais não está consolidada, nós nos referimos ao sentido de ela não ter demonstrado ressonância³ entre moradores

² Na economia, o termo *commodity* se traduz como mercadoria. Neste texto, a palavra é usada no sentido de demonstrar o entendimento como algo pronto, acabado, muito distante do que observamos em campo.

³ Em nossa pesquisa, o termo ressonância se refere à categoria definida pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves com o intuito de pensar os patrimônios culturais enquanto “fatos sociais totais” (MAUSS, 2003, p. 309), tal como permite essa noção. Para tanto, o autor se apoia em Greenblatt (1991) ao definir ressonância como o poder que um objeto tem de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu (GONÇALVES, 2005).

que não estão diretamente ligados ao desenvolvimento da atividade turística e/ou das indústrias conserveiras no município, conforme será demonstrado mais adiante.

Nesse momento, para entendermos o objeto de pesquisa, consideramos de extrema importância descrevermos mesmo que de forma panorâmica o contexto da nossa pesquisa. A Figura 1 demonstra os limites do município e a localização dele no território brasileiro:



Figura 1 – Localização do município de Morro Redondo/RS
Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

O município de Morro Redondo se localiza na Serra dos Tapes e foi emancipado de Pelotas no dia 12 de maio de 1988. Segundo dados divulgados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), o município tem 6.227 habitantes. Em relação à ocupação humana, a instituição informa que:

A principal emigração ocorrida no município foi a vinda de portugueses oriundos principalmente do Arquipélago de Açores, juntamente com a emigração de alemães (a maioria de pomeranos). Outra etnia a ser levada em conta é de italianos. O primeiro núcleo de moradores estabeleceu-se na localidade por volta de 1865, eram os imigrantes acima citados (IBGE, 2017, s.p.).

Essa informação é ampliada no Plano Decenal de Educação (PDE), produzido pela Prefeitura Municipal, ao tratar do histórico do local:

Por volta do ano de 1888, algumas famílias alemãs provocadas por situações desfavoráveis e em busca de terras novas para plantar e assim melhorar as suas condições de vida, deixaram suas moradias em São Lourenço do Sul e chegaram à terra que hoje pertence ao município de Morro Redondo, na localidade São Domingos, por terem sido estes lotes de terra, vendidos por José Domingos de Almeida (MORRO REDONDO, 2015b, p. 6).

O documento informa também que “[a] etnia do município é composta em sua maioria por descendentes de alemães, italianos, portugueses, negros e outros” (MORRO REDONDO, 2015b, p. 8). Ao ampliar as etnias presentes no município, o documento descreve a importância da ruralidade atrelada ao cultivo e à produção de conservas e doces de frutas, ambos iniciados de forma artesanal, até mesmo nas indústrias de conserveiras.

No município, a zona rural ocupa maior extensão territorial do que a zona urbana. Desde épocas remotas, havia uma estreita ligação entre as duas zonas, porém, a partir da implantação do turismo rural e da patrimonialização das tradições doceiras, essa relação tem ficado ainda mais consolidada.

Em relação à implantação do turismo em Morro Redondo, nota-se que existe um discurso vinculado à superação da crise econômica que atingiu o município desde épocas mais remotas. Como fatores desencadeantes, tem-se o incentivo fiscal que propiciou a entrada do pêssego argentino e a abertura de grandes indústrias de conservas (década de 1970), o enfraquecimento e consequente fechamento das pequenas fábricas de doces e conservas (BACH, 2017). Narrativas enfatizam que o fechamento da fábrica de embutidos da Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios (COSULATI) causou desemprego em massa e evasão de moradores para a Serra Gaúcha em busca de emprego no setor turístico local.

Outro fato observado – que é objeto do estudo da salvaguarda das tradições doceiras no município, e que conta com o apoio do IPHAN e de autoridades municipais – diz respeito à promoção de negociações e políticas públicas que vão de encontro às normas de vigilância sanitária. As ações de vigilância sanitária acabaram por provocar a exclusão de doceiros tradicionais, por conta do impedimento da utilização do tacho de cobre e do mexedor de madeira, bem como das exigências relacionadas à adequação do ambiente de trabalho para o feitiço do doce.

Nesse momento, achamos válido ressaltar que as histórias, as culturas, os saberes e fazeres do município têm sido preservados e comunicados pelo Museu Histórico de Morro Redondo (MHMR), foco de estudo em seções posteriores.

Instalado no centro da cidade, o MHMR (Figura 2) foi concebido, em 2006, a partir de uma vontade de memória de três moradores do município: Antônio Reinhard (1929-2021), Osmar Franchini (1944-) e Ervino Büttow (1953-).



Figura 2 – O Museu Histórico de Morro Redondo
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2014.

Para formação do acervo, os fundadores do museu realizaram uma campanha, muito divulgada na rádio local, para incentivar os moradores a doarem materialidades e imaterialidades⁴. Dessa forma, as coleções formadas representam a vida e os costumes locais, principalmente aqueles atrelados à ruralidade, temática principal do museu, que preserva a sua essência comunitária. Além das atividades museográficas, o MHMR realiza ações externas no sentido de aproximar os moradores dos lugares de memórias⁵ (NORA, 1993), apropriados pelos idosos como patrimônios.

Consideramos importante também informar ao leitor que esta pesquisa resulta do desdobramento do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado para o Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), em 2018 (MESSIAS, 2018). No TCC, abordamos aspectos relacionados ao conceito de museu, partindo da premissa de que o entendimento de museu está para além do seu espaço físico e acervo preservado na instituição, aspectos esses reiterados na pesquisa atual.

⁴ Entendemos como doação de imaterialidades o processo no qual os doadores, visitantes ou pessoas que participam das atividades desenvolvidas pela instituição narram, encenam e compartilham memórias relacionadas ao território estudado. Esse processo de interação entre humanos e não humanos (LATOURE, 1989) será descrito ao longo do trabalho.

⁵ Nesse aspecto, não estamos “essencializando” conceitos complexos, como se pudessem ser aplicados em qualquer circunstância.

Na época da escrita do TCC, iniciamos nossos estudos sobre as teorias da performance, com ênfase nos trabalhos de Richard Schechner (1985, 1988), Victor Turner (1982, 1988) e Bruno Brulon (2012), principalmente no que diz respeito à possibilidade da performance em restaurar comportamentos – noções que ancorarão o nosso capítulo empírico na pesquisa atual. Outrossim, observamos o potencial da materialidade em promover narrativas diversas durante as reuniões com idosos e entre eles e as crianças e jovens. Tais reuniões denominadas de “Café com Memórias” (um museu entendido como fenômeno – foco da nossa análise no TCC) colocavam o acervo em comunhão com os sujeitos. Nesse ínterim, o museu serviu também como espaço terapêutico para idosos com senilidade.

Por outro lado, a análise das ações realizadas pelo MHMR que subsidiaram a construção do TCC, em 2018, começou a descortinar elementos relativos à conformação das memórias e das identidades em Morro Redondo, como também apontou dados relativos à patrimonialização do doce colonial, que são basilares para a nossa dissertação. Dessa forma, revisitaremos algumas das nossas pesquisas anteriores com o intuito de observarmos, agora, a agência do tacho de cobre como um híbrido na rede de atores que estudamos.

A nossa proposta de pesquisa resulta também das percepções em campo decorrentes da nossa inserção, a partir de 2014, no projeto de extensão do Bacharelado em Museologia da UFPel, denominado “Museu Morro-Redondense: Espaço de Memórias e Identidades”⁶. Vale ressaltar que, desde 2014, o MHMR e seus parceiros vêm trabalhando em função da salvaguarda das tradições doceiras⁷, por intermédio de ações que buscavam despertar olhar dos moradores e visitantes para o “patrimônio antes do patrimônio”.

Nesse contexto, cumpre mencionarmos o nosso papel como pesquisadora. Durante todo esse tempo como voluntária do projeto de extensão, tivemos a

⁶ O projeto de extensão é vinculado ao Bacharelado de Museologia da Universidade Federal de Pelotas, tendo sido formado, em 2008, após convite dos gestores do museu para que o curso de Museologia prestasse auxílio técnico e científico ao MHMR, e conta com um bolsista e uma equipe de voluntários que realiza ações internas e externas em consonância com representantes das comunidades, da Associação Amigos da Cultura, que responde juridicamente pela instituição, e da Prefeitura Municipal, entidade mantenedora do museu. O projeto de extensão é coordenado atualmente pelo Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro.

⁷ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2018, na pessoa da então presidente, a historiadora Katia Bogéa, por ocasião da entrega dos certificados aos doceiros tradicionais em Morro Redondo, após conhecer o trabalho intergeracional relacionado à transmissão memorial do saber-fazer doceiro, indicou o Museu Histórico de Morro Redondo como candidato ao Centro de Referência para a Salvaguarda.

oportunidade de fazer diversas incursões em campo, em ações promovidas pelo MHMR e seus parceiros. Em nossas atividades, buscamos manter uma conduta participante, a partir de imersões e estranhamentos nas quais permitimos a presença do olhar atento de um pesquisador tal como das reações emocionais que o território provoca.

Dessa forma, não apenas registramos as informações no caderno de campo, mas, principalmente, problematizamos questões referentes às memórias sociais, percebendo e também vivenciando as reações e emoções que o “patrimônio em construção” provocava nos presentes. Portanto, nosso caderno de campo vem a ser um importante instrumento para embasar os nossos questionamentos.

Destacamos, também, que alguns dados foram obtidos sem que entrevistas formais tenham sido marcadas previamente com os atores humanos. Baseados na dinâmica da TAR, percebemos que momentos dinâmicos e inusitados podem fornecer importantes dados que refletem emoções “quentes”⁸ dos envolvidos. Nessas horas, observamos o quanto o patrimônio está sendo reivindicado, por exemplo, por sujeitos historicamente invisibilizados. Tais reações foram transcritas na íntegra em nosso caderno de campo como informações verbais.

Em relação ao período de análise da pesquisa, destaco que ele se encerra no momento no qual passei a atuar na rede estudada como presidente da Associação Amigos da Cultura do município, em dezembro de 2021. Tal fato se deu em decorrência da nossa eleição, através de uma chapa única resultante da indicação de representantes das comunidades, em abril de 2021. Entendo que, ao atuar como presidente da Associação Amigos da Cultura, a partir de dezembro do referido ano, passei a ser um nó ativo na rede, representando um certo poder sobre ela, fugindo, assim, dos objetivos da pesquisa.

As questões que nos intrigam nesta pesquisa começaram a acontecer durante a realização de uma das ações de salvaguarda, promovida pelo MHMR e ocorrida em abril de 2018. A atividade envolveu moradoras idosas em situação de vulnerabilidade

⁸ Nos inspiramos em Ribeiro (2007) para falarmos em emoções “quentes”. Ao utilizar a TAR para analisar os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), o autor faz um mapeamento dos atores que formaram a rede estudada por ele. Nesse âmbito, Ribeiro defende que a TAR é uma forma construtivista de entender a ciência e cita a importância de trazer narrativas que, nem sempre, foram obtidas por entrevistas sistematizadas. O autor cita também que “fazem parte dessa rede de relações diversos elementos que, por demais das vezes, são obscurecidos nos documentos ‘frios’ encontrados nas fontes documentais escritas. Para tal, seguimos em direção ao local instável e ‘quente’ no qual os fluxos informacionais se dissipam” (RIBEIRO, 2007, p. 91).

social do Açoita Cavalo, zona rural do município que disputa com o Santo Amor (outra zona rural de Morro Redondo), a legitimação do saber-fazer em relação às passas de pêssago, conforme descrito no Inventário de Referências Culturais das Tradições Doceiras de Pelotas e da Antiga Pelotas (IPHAN, 2018b). Durante a ação, algumas idosas comentaram que não entendiam o motivo de uma prática cotidiana, tão vivenciada por elas, ter sido considerada algo tão importante – fato que ancora nossa premissa de que a patrimonialização do doce colonial não está consolidada, além de demonstrar que o entendimento do conceito de patrimônio imaterial ainda se encontra muito distante daqueles públicos.

Outro ponto que contribuiu para problematizar a temática escolhida nesta pesquisa foi a observação participante que realizamos na primeira reunião voltada à concepção de ações de salvaguarda do doce colonial promovida pelo IPHAN, em novembro de 2018. Na ocasião, percebemos que os idosos, detentores do saber-fazer do doce colonial, não estavam presentes nas discussões que se sucederam. Dessa forma, entendemos que, no processo de construção desse patrimônio, coexistem disputas memoriais, identitárias e de mercado. A atividade realizada nos levou a perceber de forma explícita que o processo de salvaguarda, naquele momento, seguia o mesmo jogo de memória e poder, conforme explica Chagas (2002, p. 69) em relação aos museus:

Nos grandes museus nacionais e nos pequenos museus voltados para o desenvolvimento de populações e comunidades locais [...] o jogo da memória e do poder está presente, e em consequência participam do jogo o esquecimento e a resistência.

Observamos que, no contexto multiétnico no qual se dá a salvaguarda das tradições doceiras em Morro Redondo, existem aspectos positivos em relação ao fortalecimento da comunicação memorial do saber-fazer e ao aumento da autoestima dos pequenos produtores e doceiros, bem como ao incentivo à atividade turística em prol do desenvolvimento local. Mas, em contrapartida, há uma forte valorização às memórias e identidades da imigração por parte dos empreendedores turísticos e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – esse actante na rede orienta as atividades turísticas através de um contrato firmado com o poder público municipal.

Outro fato observado – que é objeto do estudo da salvaguarda das tradições doceras no município, e que conta com o apoio do IPHAN e de autoridades municipais – diz respeito à promoção de negociações e políticas públicas que vão de encontro às normas de vigilância sanitária. As ações de vigilância sanitária acabaram por provocar a exclusão de doceiros tradicionais por conta do impedimento da utilização do tacho de cobre e do mexedor de madeira, bem como das exigências relacionadas à adequação do ambiente de trabalho para o feitiço do doce (IPHAN, 2018b). Nos estudos, na realização das entrevistas e nas incursões a campo, percebemos como alguns doceiros contornam as normas da vigilância. Nessas circunstâncias, perguntamo-nos: o que essa prática pode indicar? Para os doceiros, qual é a importância da utilização de um tacho de cobre e de um mexedor de madeira? Quais são as agências dessas materialidades? Essas questões nos levaram a decidir buscar as trilhas deixadas pelo tacho de cobre e, a partir delas, montarmos a rede de associações e acompanharmos a sua dinâmica durante o período no qual a nossa pesquisa se desenvolveu.

Atrelado aos aspectos elencados anteriormente, o trabalho de campo realizado em abril de 2019 com parceiros do MHMR, para a montagem da exposição museológica intitulada “Doces coloniais: do tacho às fábricas de conservas”, demonstrou que tem ocorrido uma crescente modificação da paisagem rural, através da inserção do cultivo da soja, substituindo pomares de pessegueiros.

Tais características do território estudado nos levaram a pensar em nosso objetivo geral de pesquisa. Este consiste em acompanhar o processo de patrimonialização dos doces coloniais em Morro Redondo por intermédio da Teoria Ator-Rede. Em relação aos objetivos específicos, pretendemos:

- Compreender as premissas e o glossário da Teoria Ator-Rede de forma a utilizá-los como a metodologia estrutural da pesquisa.
- Evidenciar, através de uma visão panorâmica, a atuação de atores humanos e não humanos para a criação do conceito de patrimônio cultural imaterial brasileiro e a relação com turismo.
- Identificar, em Morro Redondo, os actantes e os planos de ação, além de compreender as controvérsias existentes em relação ao patrimônio imaterial estudado.

- Buscar contribuições memoriais com os mais diversos atores no município em relação às tradições doceiras, e evidenciar as transformações e adaptações que elas têm sofrido.
- Analisar, na rede estudada, a atuação do Museu Histórico de Morro Redondo e do Grupo de Trabalho (GT) da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”.

Achamos válido ressaltar que todas as questões desdobradas da questão central serão resolvidas ao “iluminarmos” (no sentido latouriano) o nó referente ao Museu Histórico de Morro Redondo e ao GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”. Nesse ínterim, destacamos que a categoria da performance, através dos estudos de Victor Turner (1982, 1988); Richard Schechner (1985, 1988, 2002) e Bruno Brulon (2012, 2018, 2019), será utilizada nesses dois nós da trama para analisarmos as aproximações e os afastamentos entre os actantes.

Em função da pandemia causada pelo Coronavírus, as nossas estratégias de coleta de dados sofreram alterações (aspectos que vão ao encontro da própria metodologia que utilizamos). Porém, como já estávamos fazendo inserções em campo desde 2016, com o olhar atento à temática, analisaremos, neste momento, essa primeira parte dos dados coletados empiricamente. Realizamos entrevistas semiestruturadas com alguns doceiros já cadastrados; com membros do Roteiro Turístico Morro de Amores⁹, com moradores idosos e com moradores da Comunidade Quilombola Vó Ernestina¹⁰. As entrevistas foram realizadas por meio do aparelho celular.

Tínhamos programado saídas de campo com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)¹¹ e da Empresa Brasileira

⁹ O Roteiro Turístico Morro de Amores foi criado 2014 e tem como objetivo implementar o turismo rural como instrumento de desenvolvimento da região. Em seções posteriores, explicaremos a atuação dele na rede estudada.

¹⁰ A Comunidade Quilombola Vó Ernestina obteve o certificado através da Portaria n. 51, de 24 de março de 2010, como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, mediante Processo n. 01420.002178/2009-53. Tal processo foi iniciado a partir de 2008, com ações iniciais da EMATER/RS-ASCAR de Morro Redondo em conjunto com a Prefeitura Municipal e demais parceiros vinculados às ações do Programa Territórios da Cidadania. Atualmente, a comunidade conta com 61 famílias instaladas na Colônia Santa Bernardina, na saída da zona urbana de Morro Redondo.

¹¹ A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS) se juntou à Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) em 14 de março de 1977, com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura e o bem-estar das populações do meio rural,

de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul (EMBRAPA/RS)¹² para entrevistarmos os dozeiros ainda não cadastrados, porém, essa ação não foi possível em virtude da pandemia. Vale ressaltar que grande parte dos moradores rurais, território de suma importância em nossa pesquisa, não tem acesso à internet, aspecto que dificultou a realização de entrevistas. A pandemia inviabilizou também a realização dos estudos de públicos que estavam programados para serem realizados durante os eventos no município.

Para que pudéssemos construir a nossa reflexão e para observarmos as ações em campo, consideramos as seguintes questões investigativas:

- Nessa rede de atores humanos e não humanos, como as conexões entre eles interferem no contexto da salvaguarda das tradições doceiras coloniais?
- De que forma as políticas públicas de identificação e registro dessas tradições foram apropriadas pelos atores que estão na rede?
- Como o Museu Histórico de Morro Redondo e o Grupo de Trabalho da Salvaguarda “Saboreie a Colônia” constroem suas narrativas, obedecendo à premissa da atenção à dimensão humana do patrimônio?
- Na rede, qual é o papel específico do Grupo de Trabalho da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”?

Antes de começarmos a dissertar sobre o tema, optamos por escrever um prólogo. A partir de uma linguagem mais livre, da poíese, uma analogia à palavra grega “*poíesis*”, que se refere à livre ação de criar, buscamos incitar a imaginação do leitor de forma que ele tenha a liberdade de criar o cenário estudado, mesmo que ele esteja sendo guiado pelo nosso olhar.

Em nossa introdução, trouxemos à tona o objeto de nossa pesquisa, a metodologia utilizada, a justificava e a relevância dela. Nesse ponto, dialogamos com a Teoria Ator-Rede para tratarmos dos tópicos elencados. Em relação à escrita do

através da extensão rural – considerada como forma de potencializar conhecimentos e o processo de educação no campo.

¹² A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul, criada em 1943 pelo Ministério da Agricultura, com sede no distrito de Monte Bonito, Pelotas/RS, tem como objetivo ampliar esforços de pesquisa e desenvolvimento voltados para grupos excluídos, incluindo os contingentes da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, populações indígenas e quilombolas (EMBRAPA, s.d.).

corpo da dissertação, optamos por tratar o nosso objeto ao longo dos capítulos, dialogando com aspectos teóricos citados e com a análise de dados realizada.

Dessa forma, dividimos o corpo do texto em quatro partes, assim denominadas: “A aplicação da Teoria Ator-Rede no estudo do patrimônio cultural imaterial brasileiro”; “Enfoque sobre a ação do plano de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro e sua relação com o turismo”; “O uso da Teoria Ator-Rede para compreender a construção do patrimônio cultural imaterial em Morro Redondo/RS”; e “O patrimônio como performance: um foco sobre o Museu Histórico de Morro Redondo e o GT da Salvaguarda ‘Saboreie a Colônia’”.

Na primeira parte, introduzimos os pressupostos da Teoria Ator-Rede e investigamos, na literatura da área, como se deu a construção da concepção de Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) brasileiro, mediante a ação de atores humanos e não humanos. Dessa forma, evidenciamos o pioneirismo brasileiro a partir da criação das políticas públicas voltadas ao PCI.

Na sequência, focamos na ação do plano de salvaguarda do PCI brasileiro e sua relação com o turismo. Partindo da leitura crítica de documentos norteadores à construção do conceito de patrimônio cultural imaterial, analisamos o plano de salvaguarda formulado pelo IPHAN (2011). Com base nesses estudos, encontramos subsídios para a análise das ações de salvaguarda acontecidas em Morro Redondo. Como resultado, elucidamos a relação entre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial como fomento para o desenvolvimento turístico. Nesse âmbito, atentamos para os aspectos positivos e negativos dessa relação.

Na terceira parte, aprofundamos o uso da Teoria Ator-Rede como metodologia estruturalista da nossa dissertação. Dessa forma, a TAR (LATOUR, 1989) foi utilizada para mapearmos as redes de atores e suas configurações, materializadas em forma de rupturas, entrelaçamentos e nós que são vitais para as reconfigurações identitárias e, conseqüentemente, para a conservação do patrimônio. O acompanhamento do “patrimônio em ação”, através das reconfigurações da rede de atores actantes, tem nos permitido perceber as complexidades dessas memórias, que, por serem fluidas, reenquadram-se a partir de determinados fatores que influenciam no contexto.

Entendemos que, por conta da fluidez das memórias, as identidades sociais também se reconstroem; porém, pretendemos estudar esses aspectos, de forma aprofundada, em um momento futuro. Neste momento, percebemos a importância de

compreendermos essa rede e seus atores; como ela se articula, movimenta-se e contribui para a inserção desse patrimônio nas dinâmicas sociais em Morro Redondo.

Sabemos que a Teoria Ator-Rede, tradicionalmente, não é utilizada no campo do patrimônio, mas optamos por utilizá-la como procedimento metodológico, pois ela nos permitirá entender a complexa rede de atores que atua na salvaguarda dos doces coloniais em Morro Redondo. De forma cronológica, traremos à tona as diversas flutuações ocorridas na rede durante as ações acompanhadas em campo.

A análise das narrativas obtidas por entrevista aberta (realizada via aparelho celular em função do isolamento exigido pela pandemia do Coronavírus) demonstrou a disputa de memórias existente nas ações de patrimonialização e de salvaguarda das tradições doceiras coloniais em Morro Redondo. Evidenciou, também, o desejo de alguns doceiros em relação à legalização de algumas práticas dentro das atividades doceiras e os obstáculos que eles enfrentam em relação à continuidade da tradição.

Na quarta parte, focamos no Museu Histórico de Morro Redondo e no Grupo de Trabalho da Salvaguarda das tradições doceiras coloniais. Ao refletirmos sobre as ações realizadas pelo MHMR e as do GT da Salvaguarda, utilizamos como categoria de análise o conceito de performance museal (BRULON, 2012, 2018, 2019), com o objetivo de verificarmos a reverberação na musealidade, bem como a atuação no processo de transformação de memórias individuais em memórias sociais. Essas análises foram possíveis ao seguimos os rastros deixados pelo tacho de cobre.

Ao usarmos o conceito de performance museal, demonstramos o trabalho de memória (BOSI, 1994) que vem sendo realizado pelo MHMR e pelo GT da Salvaguarda no sentido de preservar e de comunicar as tradições doceiras coloniais em Morro Redondo.

2 A aplicação da Teoria Ator-Rede no estudo do patrimônio cultural imaterial brasileiro

O delineamento do conceito de patrimônio cultural imaterial no Brasil, a partir da aplicação da Teoria Ator-Rede, tornou-se relevante na medida em que nos mostrou o envolvimento de atores humanos e não humanos na consolidação do PCI. Ao compreendermos a movimentação dessa rede de atores, pudemos identificar os fatos, as controvérsias e os planos de ação de cada um dos actantes, além de observarmos as aproximações e os afastamentos momentâneos entre eles. Antes de elucidarmos os elementos dessa rede, traremos as ideias principais da Teoria Ator-Rede e seu glossário.

2.1 Pressupostos da Teoria Ator-Rede

Nesta parte, iremos nos apropriar da Teoria Ator-Rede (TAR) ou Actor-Network Theory (ANT), proposta por Bruno Latour (1989, 1994a, 1994b, 2012), Michel Callon (2008) e John Hassard e John Law (1999) como estrutura metodológica e conceitual utilizada em nosso trabalho de pesquisa. A ideia da Teoria Ator-Rede tem seus princípios no Centro de Sociologia em Paris, na década de 1970, a partir de uma cosmovisão capaz de compreender a atuação dos atores humanos e não humanos para a construção do conhecimento científico.

A visão ontológica da TAR, através dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade, procura não separar o mundo social do mundo natural e, por essa razão, contesta as tradicionais abordagens da sociologia. Para Latour (2012, p. 25), a Teoria Ator-Rede define o social como “um tipo de associação momentânea”, “um movimento peculiar de reassociação e reagregação”, que pode ser acompanhada através da configuração de uma rede. Segundo John Law (2009), a TAR tem por objetivo explorar como a lógica das configurações da rede de actantes poderá culminar, ou não, em uma estabilidade dela.

Essa forma de entender o social enquanto um movimento fluido, passível de ser compreendido a partir dos rastros e das trilhas deixados pelos componentes da rede, foi um dos motivos pelos quais escolhemos a Teoria Ator-Rede para nos orientar na pesquisa. Outrossim, esses rastros descortinam os movimentos da rede, que, no caso das tradições doceiras coloniais em Morro Redondo, mantêm-se fluidas

exatamente pelo fato de a patrimonialização não estar ainda definida, nem fechada em verdades cristalizadas.

Antes de adotarmos a TAR em nossa pesquisa, foi preciso entendermos os seus termos, bem como a relação entre eles. A partir dos estudos realizados, compreendemos que “actante” “significa tudo aquilo que gera uma ação, que produz movimento e diferença. [...] Ele é o que fazer” (LEMOS, 2013, p. 42). Ao ocupar a posição de actante, o articulador, seja ele de qualquer natureza, torna-se mediador, e suas ações interferem na trama ao redor de si mesmo e para além de si. Dessa forma, é imprescindível descobrimos quais são os actantes na rede estudada.

É importante ressaltarmos também que as ações dos actantes deixam rastros que devem ser seguidos pelo cientista tal como uma formiga segue sua trilha. Devido a esse aspecto, Latour (2012, p. 28) revela que o acrônimo ANT, por coincidir com a palavra inglesa “*ant*” (formiga) é perfeito para se referir a ele próprio na Teoria Ator-Rede, pois, ao atuar como um farejador de trilhas, cheio de incertezas, seu comportamento enquanto cientista remete ao de “um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário”.

Em relação à rede, Latour (1994a, p. 8-9) a caracteriza como sendo “[m]ais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas”. Em seu estudo, o autor ressalta que a produção do conhecimento resulta de uma trama de relações e não em decorrência tão somente da aplicação de um método científico controlado que separa os componentes em caixinhas herméticas. Nesse ínterim, a origem da Teoria Ator-Rede é revelada por Latour (2012, p. 130) como “a história de uma experiência iniciada tão descuidadamente que foi preciso um quarto de século para retificá-la e ajustá-la àquilo que constituía o seu exato significado”.

Em seus estudos, Latour (1994a) descreve que a forma de compreender um fenômeno deve conter uma mistura de social, econômico, material, humano, “natural” e técnico etc. A modernidade, portanto, é caracterizada pela existência da dicotomia entre ciência e natureza, sujeito e objeto, natureza e cultura, mecanismos naturais e ideologias etc., que oferecem terreno fértil à proliferação dos *híbridos*. Através da utilização do conceito dos híbridos, Latour (1994b) teve a intenção de superar a distinção entre natureza e cultura; humanos e não humanos. O autor entende que existe uma hibridização entre o sujeito e o objeto e não uma separação entre eles. Dessa forma, os sujeitos resultam da associação com os objetos e vice-versa. Na

visão latouriana, a modernidade fora a responsável pela negação das naturezas-culturas.

Latour (1994a, p. 35) demonstra também que é o processo de purificação presente na ciência moderna que “inventa uma separação entre o poder científico encarregado de representar as coisas e o poder político encarregado de representar os sujeitos”. Nesse ponto, o autor defende que a dicotomia entre sujeito e objeto nunca existiu; essa dicotomia é uma crença e, a partir dela, o mundo moderno foi fundamentado, principalmente, no século XIX e início do século XX.

Para Latour (1994a), o não moderno é o ser capaz de compreender a hibridização dos seres; da natureza e da cultura – representada pelo processo de *tradução* – que fundamenta o conceito de rede. A tradução no sentido da Teoria Ator-Rede é aplicada em nossa pesquisa para compreendermos a transformação decorrente do processo de mediação entre os actantes no qual um ator faz o outro e é feito por ele. O processo será demonstrado aqui nas próximas partes pelas (re)associações presentes na rede e como fomentadora da relação entre os actantes e a performance museal (BRULON, 2012, 2018, 2019).

Com a Teoria Ator-Rede, Latour (2012, p. 14) pretendeu algo além de retirar o cientista social de sua zona de conforto quando afirma que desejou desestabilizar o pesquisador e “retirá-lo da posição privilegiada que lhe permite dizer que os atores não sabem o que fazem, mas eles, cientistas, sim, sabem”. Ele ressalta que, ao optar por falar sobre controvérsias, incertezas, discrepâncias e “questões, aparentemente insolúveis”, Latour (2012, p. 14, grifo nosso) pretende demonstrar que:

[...] atores e cientistas, estão intrigados por questões relativas à identidade, participação, coletivo etc. A ação é um enigma para todos, isto porque ela é bem mais distribuída, variada, múltipla, deslocada do que parece se tomarmos os conceitos da sociologia convencional como ponto de partida. *E seguir os atores nesse caso é segui-los em seu entrelaçamento com as coisas, pois, sim as coisas também agem, elas podem autorizar, permitir, proporcionar, encorajar, sugerir, influenciar, bloquear, dificultar etc.*

Ao criticar a forma como os atores humanos costumam ser reduzidos a meros informantes por responderem perguntas dos teóricos sociais, que, durante as pesquisas, brincam de legisladores e formulam conhecimentos tão científicos quanto a química e a física, Latour (2012, p. 68) define a Teoria Ator-Rede como “uma tentativa de dar espaço aos membros da sociedade contemporânea para definirem a si próprios quanto o oferecido pelos etnógrafos”.

Dessa forma, seguir os atores significa descrever o que eles fazem, de que forma eles atuam modificando a rede, propiciando aproximações ou afastamentos, enfim, causando fluidez à construção do conhecimento. Essa fluidez é garantida a partir da existência das controvérsias. Para o autor, as controvérsias são importantes representações da natureza em relação às práticas adotadas pelos cientistas e seus métodos de construção do conhecimento.

Para a TAR, o discurso científico, ao ser validado, encerra as controvérsias e passa a ser divulgado como um conhecimento legítimo, ou seja, como uma caixa-preta. As controvérsias são, portanto, as oportunidades para entrarmos na rede e seguirmos as associações e as relações entre os actantes, para entendermos como o social se constitui antes que as “verdades” sejam consolidadas e fixadas. Sobre esses aspectos, percebemos que Latour se concentra na ciência quando ela está sendo feita e não nos seus resultados.

Ressaltarmos que, para Latour (2001), os atores não humanos podem atuar de forma a “desestabilizar o social”, através das associações formadas. Ao formarem as associações, as quais denominou como “coletivos”, promovem fluidez à rede e podem alterar resultados. Segundo Latour (2001, p. 227), “os humanos estenderam suas relações sociais a outros atuantes com os quais trocaram inúmeras propriedades, formando coletivos” – conceito mais amplo do que o de “sociedade”.

A partir de agora, antes de adentrarmos na descrição dos actantes e da rede que estudamos em Morro Redondo, iniciaremos um sobrevoo no que diz respeito à ação dos actantes relacionados à estruturação do conceito de patrimônio cultural imaterial brasileiro.

2.2 Actantes precursores do conceito de patrimônio cultural imaterial

Atentos à Teoria Ator-Rede, procuramos investigar, na literatura da área patrimonial, como o gérmen da ideia de patrimônio cultural imaterial começou a se desenvolver no Brasil. Para isso, traremos uma rápida menção sobre as diferentes concepções que o termo “patrimônio” obteve ao longo do tempo e suas reverberações nas políticas públicas brasileiras. Entendemos que essas transformações são oriundas de atores humanos e não humanos, além de refletirem o pensamento predominante nos diferentes contextos que serão abordados a partir de agora.

Se considerarmos a origem romana da noção de patrimônio, perceberemos que o termo sempre esteve ligado à posse, intimamente relacionado à herança familiar e restrita aos homens livres. Historiadores, dentre eles, Françoise Choay (2017), defendem que, a partir da Revolução Francesa, em decorrência do desejo de forjar uma memória e uma identidade nacional e de livrar as materialidades do clero e da nobreza da destruição e da rapinagem, o Estado assumiu o dever de preservar bens capazes de simbolizarem a nação.

Nesse contexto, a arquiteta e consultora do patrimônio imaterial do IPHAN (que emitiu o parecer favorável ao registro das tradições doceras em Pelotas e na Antiga Pelotas como patrimônio cultural imaterial brasileiro), Márcia Genésia de Sant'Anna (2009), informa que, para ser usado com finalidades políticas, o patrimônio passou a fortalecer a ideia de nação ao se vincular ao campo da representação. A partir daí, a autora ressalta que o termo “patrimônio” passou a ser utilizado para fins políticos com o objetivo de unir grupos heterogêneos que reconhecem essas materialidades como representantes da identidade nacional. Sant'Anna (2009, p. 50-51, grifo nosso) explica que:

Apoiada no saber dos eruditos e na vontade daqueles que, mesmo não sendo aristocratas, não queriam ver as riquezas e obras de arte destruídas, a noção de patrimônio nasceu de um embate de forças, apelando a um sentimento nacional e atendendo a uma conveniência econômica (Sant'Anna, 1995). Ao longo do século XIX, os países europeus organizaram estruturas governamentais e privadas voltadas para a seleção, a salvaguarda e a conservação de seus patrimônios nacionais, até então compostos, essencialmente, de objetos de arte e edificações estreitamente relacionadas à concepção de monumento histórico, aos ideais renascentistas de arte e beleza e aos conceitos de grandeza e excepcionalidade.

Nesse âmbito, o antropólogo social José Reginaldo Santos Gonçalves (1996) analisa o discurso de preservação dos patrimônios através do forjamento de uma memória nacional em decorrência da iminência da perda. Segundo o autor, esse seria um processo contraditório, pois a criação de discursos homogeneizadores em relação às culturas e ao passado também se configuram como perdas. Complementando seus argumentos, Gonçalves (1996) destaca que pensar o patrimônio de forma homogeneizadora é um trabalho de elaboração de uma ficção com um cunho eminentemente essencialista, que culmina com a produção de uma identidade nacional, sem considerar as variações desses aspectos no Brasil. Para ele, a ideia da perda é uma obsessão das pessoas; é um dado estrutural de quem pensa o

patrimônio. O autor defende que essa perda nem sempre é histórica, mas funciona como a estrutura do discurso do patrimônio, que, muitas vezes, age com uma poderosa ideia de preservação e de cristalização.

Chagas (2002) colabora nessa discussão ao demonstrar que preservar os patrimônios por conta da iminência da perda consiste em um argumento tautológico, assim como o é preservar a memória pela ameaça do esquecimento. Segundo ele, nessas duas situações, é preciso considerar que tanto o jogo entre a memória e o esquecimento e o existente entre a iminência da perda e a necessidade de preservação estão a serviço dos sujeitos e das práticas sociais.

Dessa forma, percebemos que o historiador François Hartog (2013) contribui para a análise da preservação dos patrimônios sob a retórica da perda. Ao discorrer sobre o patrimônio e a memória na contemporaneidade, a partir da queda do muro de Berlim e das comemorações alusivas aos 200 anos da Revolução Francesa, o autor interpreta os conceitos como indícios da nossa relação com o tempo; como testemunhas da “crise” que vivenciamos por conta da ascensão do presente sobre o passado que nunca passa e sobre um futuro que não mais acreditamos. Ele denomina esse tempo de “presentismo” e evidencia que vivenciamos uma era entre a “amnésia e a vontade de nada esquecer”, o que representa uma “compulsão pela memória” (HARTOG, 2013, p. 264).

Nesse contexto, o autor faz uma crítica afirmando que: “o patrimônio se impôs como uma categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas” (HARTOG, 2013, p. 265). Ele também defende que o patrimônio se encontra vinculado ao território e à memória, agindo conjuntamente com estes como vetores de uma “identidade inquieta”, que busca ela mesma. Como consequência, Hartog (2013) defende que o “dever” da memória multiplica patrimônios por conta de uma “ardente obrigação” de tudo conservar, reabilitar e comemorar, sendo que essa multiplicação patrimonial significa um sinal de ruptura entre o presente e o passado.

Neste momento, percebemos quão importante é compreendermos que, segundo Gonçalves (1996), os discursos criados pelo patrimônio cultural não são algo dado, mas que, através desse discurso, ele se torna real. Para o autor, o patrimônio cultural é essencializado. Através da criação de narrativas, os “seus propósitos, ações e contextos, são culturalmente moldados” (GONÇALVES, 1996, p. 14). Esses aspectos ressaltados por Gonçalves (1996) serão retomados, futuramente, ao

analisarmos as dinâmicas da rede de actantes em Morro Redondo no âmbito da patrimonialização das tradições doceiras.

Ao buscarmos analisar os actantes que contribuíram para a formação do conceito de PCI no Brasil – objetivo desta subseção – identificamos, através de Fonseca (2009), na análise feita pela autora do contexto vivenciado no Brasil (1920-1930), os seguintes actantes que atuaram na construção do conceito de patrimônio e na ideia de preservação no país: as Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928); a Inspetoria dos Monumentos Nacionais (Gustavo Barroso – Museu Histórico Nacional – com visão tradicionalista e patriótica), em 1934; a solicitação feita por Capanema, em 1936, a Mário de Andrade para elaborar o anteprojeto de lei para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Atuaram, também, como actantes a desativação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1937) e a implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob direção de Rodrigo M. Franco de Andrade.

Observamos também que a Semana de Arte Moderna de 1922 pode ser caracterizada como um ator não humano que contribuiu para o fortalecimento de debates a favor de uma renovação das artes e da literatura brasileira. Dentre os atores humanos que protagonizaram a Semana de 22 e desejavam um afastamento do discurso homogeneizador do conceito de identidade nacional, destacamos Mário de Andrade e seu ativismo político.

Na concepção de Fonseca (2009, p. 100), Mário de Andrade contribuiu, através do seu anteprojeto de lei, para o entendimento dos museus como “agências educativas”, ressaltando que, na percepção de Mário de Andrade, os monumentos atrairiam as massas populares em função do valor como “testemunhos da existência dos antepassados”, longe das narrativas dos museus históricos, que exaltam os grandes vultos e feitos. Nesse contexto, existiriam museus técnicos – relacionados “aos ciclos econômicos do Brasil e com caráter eminentemente pedagógico” (FONSECA, 2009, p. 100) – e também os museus municipais, que teriam seu acervo selecionado pelos moradores, com o objetivo de fortalecer a identidade local.

A autora afirma que Mário de Andrade impunha limites à participação social na construção do patrimônio histórico e artístico, apontando as diferenças entre o nível nacional e o local. Dessa forma, a participação popular seria limitada aos museus municipais. Para Fonseca (2009), Mário de Andrade acreditava que, divulgando as

produções artísticas populares e eruditas, estaria criando condições para que a população tivesse acesso a elas e democratizaria a cultura, despertando no povo o sentimento de apego às coisas nossas.

Em relação à política patrimonial do Brasil da época, Fonseca (2003), Abreu e Chagas (2009) e Funari e Pelegrini (2006) concordam que, durante o Estado Novo (1937-1945), o SPHAN funcionou como espaço privilegiado dentro do Estado para a concretização de um projeto modernista. Nessa rede de actantes envolvendo os precursores do conceito de PCI no Brasil, observamos a seguinte controvérsia: a postura conservadora do SPHAN ao escolher preservar os testemunhos materiais “de valores excepcionais”, conforme o Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), instrumento que regulamentou a política de tombamento. Tal posicionamento determinou, segundo Abreu e Chagas (2009) e Fonseca (2003), uma posição restritiva ao significado do termo “preservação” e ampliou a noção de imutabilidade e conservação, em contraponto à de transformação e elucidação do sentido simbólico do patrimônio cultural. Como consequência, a ação acabou por:

[...] reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados por classes dominantes (FONSECA, 2003, p. 64).

Sintetizando a fase anterior da rede observada, trazemos Fonseca (2009), ao afirmar que o principal instrumento de legitimação das escolhas patrimoniais era a autoridade dos técnicos. Nessas seleções, o caráter estético prevaleceu nitidamente; o valor histórico dos bens não era objeto de maior interesse, exceto em relação à autenticidade das fontes. A prioridade maior era assegurar a proteção através da inscrição dos bens nos Livros Tombo.

Autores da área do patrimônio indicam que a atuação do SPHAN, ao priorizar os patrimônios de pedra e cal, tidas como inadequadas ao novo contexto vivenciado no país (a política higienista; a chegada dos automóveis e da industrialização exigindo o “progresso” e a transformação das cidades a partir da construção de avenidas e da derrubada de edificações coloniais), contribuiu para a transformação, em 1970, do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), anteriormente vinculado ao SPHAN, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Historiadores defendem que a trajetória do IPHAN remonta à criação do próprio SPHAN, em 13 de janeiro de 1937, pelo então presidente Getúlio Vargas, por meio de lei com vinculação ao Ministério da Educação e Saúde. Dessa forma, em comemoração aos 80 anos de existência, a então presidente, Kátia Bogéa¹³, ressaltou a contribuição do IPHAN para a construção de identidade nacional e para a preservação da memória do Brasil (VERDÉLIO, 2017). Percebemos, também, que a importância do IPHAN é reiterada pela Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), ao estabelecer que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país.

Em 1979, houve a fusão do IPHAN com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), porém, essa conduta não obteve resultados satisfatórios em virtude da não implementação efetiva das ideias defendidas pelo CNRC, mesmo com a liderança de Aloísio de Magalhães. Segundo Fonseca (2009), Aloísio de Magalhães defendia que a maior riqueza do Brasil como um país novo e pobre não era a material e sim a cultural. Para ele, a cultura autêntica e viva do Brasil é que deveria ser o legado para a civilização ocidental.

Observando a movimentação da rede de actantes envolvidas na construção do conceito de PCI no Brasil, através do olhar de Fonseca (2009), percebemos que os ideais do CNRC, no que diz respeito à valorização das raízes populares voltadas à construção da identidade nacional não era novidade. A autora ressalta que:

[...] em 30, os modernistas, inclusive do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), já procuravam chamar a atenção para o valor histórico e artístico das manifestações populares, inclusive dos fazeres e saberes, como propunha Mário de Andrade em seu projeto (FONSECA, 2009, p. 151).

A novidade era dar relevância à cultura popular, demonstrando a capacidade dela “em gerar valor econômico e de apresentar alternativas apropriadas ao desenvolvimento brasileiro. Era introduzida, assim, uma mediação politicamente relevante entre a cultura popular e o interesse nacional” (FONSECA, 2009, p. 151). Nesse ponto, queremos ressaltar que retornaremos a esse argumento em tópicos posteriores, durante a discussão entre a tríade patrimônio, turismo e desenvolvimento regional.

¹³ A historiadora Kátia Bogéa, presidente do IPHAN durante os anos de 2017-2019, demonstrou a importância da instituição e ressaltou os problemas enfrentados (2017).

Sabendo que toda seleção perpassa por uma ação política atravessada por um jogo de poder, de lembranças e de esquecimentos, perguntamos: quais “heranças” foram deixadas de lado na escrita da biografia patrimonial brasileira? Fonseca (2009, p. 21) defende que a constituição dos patrimônios e das políticas públicas de preservação dos bens patrimoniais brasileiros tiveram “como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos”. A autora descreve que, no Brasil da época (1936-1969), o que preponderou foi a tentativa de fazer do catolicismo nacional e do culto aos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se desejava construir, aspecto destoante da preocupação de Mário de Andrade, que se propunha a buscar as raízes mais populares e vitais do povo.

As movimentações dos actantes anteriormente relacionados promoveram as primeiras medidas de salvaguarda adotadas no Brasil. Segundo Funari e Pelegrini (2006), tais medidas podem ser sintetizadas da seguinte forma: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1934, ao atuar na proteção à evasão de obras de arte do território nacional e diminuir o direito de propriedade nas cidades históricas mineiras com função social; a promulgação do Decreto-Lei n. 25/1937, viabilizado pela Constituição de 1934; a seleção de edifícios do período colonial, em estilo barroco, palácios governamentais e prédios neoclássicos e ecléticos, e a Carta Constitucional de 1967, ao criar novas categorias de bens a serem preservados: as jazidas e os sítios arqueológicos.

Ao buscarmos referências sobre as primeiras medidas de salvaguarda adotadas no Rio Grande do Sul, delimitação geográfica na qual está inserido o nosso objeto de estudo, destacamos, em 1964, a criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), criado em 1979.

No âmbito da nossa pesquisa, ressaltamos a atuação do IPHAE como ator não humano, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC). As ações do IPHAE e a política de patrimônio adotada pela instituição foram objeto de estudo do historiador e doutor em História, Daniel Luciano Gevehr, e da historiadora e mestra em Desenvolvimento Regional, Gabriela Dilly, conforme trataremos a seguir.

Para Dilly e Gevehr (2017, p. 267), o tombamento de itens representativos da memória e da história do Rio Grande do Sul, como componentes do patrimônio cultural das diferentes cidades do estado, representam “resquícios da concepção historiográfica tradicional historicista e/ou positivista que preservou interesses das

elites regionais que produziram discursos que legitimaram narrativas sobre o passado sul-rio-grandense”.

Em seus estudos, eles demonstram a relação da patrimonialização dos bens no estado do Rio Grande do Sul em relação às diferentes etnias. Nesse âmbito, os autores ressaltam a primazia lusitana por serem estes considerados como “formadores de sua argamassa étnica”, ou seja, “a representação da identidade étnica por excelência” (DILLY; GEVEHR, 2017, p. 270). Segundo os autores, os bens tombados demonstram uma visão positivista e romântica capaz de gerar, nos municípios, “memórias manipuladas e a criar mitos” (DILLY; GEVEHR, 2017, p. 265).

Eles revelam também que a vida campesina dos imigrantes no Rio Grande do Sul foi objeto de criação de discursos que justificaram a necessidade de preservação dessas culturas via tombamento. Dilly e Gevehr (2017, p. 270) consideram que:

Os demais grupos étnicos aparecem em menor proporcionalidade, reafirmando a ideia de que o processo de patrimonialização – e consequente tombamento por parte do IPHAE – obedece a uma lógica complexa, inscrita no campo das relações de poder, e que dá visibilidade a determinadas narrativas sobre o passado – que encontram respaldo em algumas matrizes historiográficas (Gutfreind, 1992) do Rio Grande do Sul que reforçam a história das presenças lusa, alemã e italiana, como elementos formadores da identidade.

O conceito de etnicidade ligado à formação dos discursos de memórias através dos tombamentos é também estudado por Dilly e Gevehr (2017, p. 270):

Partimos da ideia de que etnia ou etnicidade (Poutignat & Streittff-Fenart, 1998) são conceitos fundamentais, por meio dos quais podemos compreender a relação existente entre os processos de tombamentos e a preservação de memórias e sentimentos associados à identidade étnica de determinados grupos. Com isso, partimos da definição proposta por Seyferth (2011, p. 47), para quem “[...] a delimitação teórica agrega a identidade (e seus aspectos subjetivos) e a noção de fronteira (social) que delimita o pertencimento a um grupo ou comunidade”, gerando, assim, a ideia de etnicidade.

Ancorados nesses autores, percebemos que, nos processos de tombamento, no intuito de construção de identidades nacionais, houve um enaltecimento de memórias sociais e de tradições que favoreceram a noção de patrimônio desejada, aspectos que são também estudados via Discurso Autorizado do Patrimônio (SMITH, 2009). Concordamos com Chagas (2002) que, em relação ao patrimônio, à memória e aos mecanismos de preservação, não existe neutralidade, pois tudo implica em um

processo de seleção e de disputa de poder. Percebemos também que, no campo dos museus, essa dicotomia entre o que lembrar e o que esquecer tem feito parte dos discursos desde a criação das primeiras instituições.

Ao concluirmos este tópico, percebemos que os critérios de valor relacionados aos patrimônios que eram tidos como representantes do mundo ocidental estavam longe de contemplar todas as manifestações populares, seus saberes e fazeres. Percebemos, também, em consonância com Le Goff¹⁴ (1996), que o que fora escolhido para representar a memória coletiva do passado era fruto da escolha de alguns.

2.3 Actantes que consolidaram o conceito de patrimônio cultural imaterial

Novos contornos no entendimento do conceito de patrimônio no Brasil surgem em decorrência das pressões populares fortalecidas a partir do enfraquecimento do autoritarismo (década de 1970), tendo em vista que, “o seu caráter nacional passou a ser alvo de críticas constantes por referir-se apenas às produções da elite” (FONSECA, 2009, p. 23). Segundo a autora, a noção de patrimônio no Brasil, nas décadas de 1980-1990, passou por um processo de modernização a partir da atuação dos agentes institucionais como mediadores dos grupos sociais marginalizados. Fonseca (2009) explica que esses agentes buscaram a ampliação da política de preservação do patrimônio com vistas à democratização, à maior participação da sociedade e à construção da cidadania.

Estudiosos da área do patrimônio concordam que o surgimento do conceito do patrimônio cultural imaterial é resultante de um processo de reivindicações dos países asiáticos e do chamado Terceiro Mundo. Em decorrência do patrimônio local ser constituído por criações populares anônimas que se tornam importantes em função de expressarem conhecimentos, práticas e processos culturais, esses atores argumentam que a inexistência de materialidades preservadas não são aspectos

¹⁴ Jacques Le Goff, participante da Escola dos Annales, defendia, juntamente com outros cientistas, que a escrita da História deveria ser mais ampla que aquela resultante da análise de documentos oficiais. Essa lógica não ficou restrita aos historiadores, embasando o pensamento de cientistas sociais, arqueólogos, sociólogos e museólogos, fazendo surgir a Nova Sociologia, Nova Arqueologia, Nova Museologia etc.

restritivos ao processo de salvaguarda. Nesse contexto, Sant'Anna (2009, p. 53) ressalta que:

O mundo ocidental só começou realmente a considerar essas questões quando, após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972, países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural.

Na concepção dela, após a Segunda Guerra Mundial, os processos e práticas culturais passaram a ser vistos, por eles mesmos, como bens patrimoniais. A autora explica que, nesse âmbito:

A permanência no tempo das expressões materiais dessas tradições não é o aspecto mais importante, e sim o conhecimento necessário para produzi-las. Nesses países, em suma, mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural passado é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente. (SANT'ANNA, 2009, p. 52)

Partindo dessa lógica, Choay (2017) informa que a preocupação com a preservação do patrimônio cultural imaterial começou na França na década de 1980, em decorrência da desativação de espaços rurais. Sob o discurso da retórica da perda de referências culturais causada pela mecanização das técnicas agrícolas iniciadas na década de 1960, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1993) começou a perceber a necessidade da preservação dessa categoria patrimonial, definida como sendo:

[...] o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram essa modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o "saber-fazer" dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais.

Segundo o antropólogo Christian Bromberger (2014), o conceito da UNESCO dá a entender que existe uma separação entre o patrimônio tangível e o intangível. Por essa razão, o autor questiona se esta divisão não seria um abuso, tendo em vista que *"Or cette coupure dans les objets et les techniques entre le matériel et l'immatériel"*

apparaît tout à fait artificielle”¹⁵ (BROMBERGER, 2014, p. 143). O autor promove a reflexão ao citar que os objetos e as técnicas relacionadas a eles são misturas indestrutíveis, tais como “tecidos sem costura”, uma expressão cunhada por Thomas Hughes (1983).

Na tentativa de democratizar o conceito de patrimônio cultural brasileiro, Fonseca (2009), Gonçalves (2009) e Abreu e Chagas (2009) explicam que, nos anos 1960-1970, o conceito de cultura começou a ser repensado. Historiadores apontam que, na Europa, estudantes e trabalhadores se manifestavam exigindo mudanças culturais e no regime de trabalho (maio de 1968), países sul-americanos lutavam contra a ditadura, o continente africanos lutava pela descolonização, Martin Luther King Jr. fora assinado. Pressões populares tomavam as ruas em manifestos contra as violências causadas pelos EUA durante a Guerra do Vietnã.

No tocante à democratização na área do patrimônio no Brasil, as pesquisadoras com experiência em política pública de cultura e gestão cultural, Lia Calabre (2007) e Luiza Aparecida Ferreira (2009), ressaltam que a área da cultura somente passou a ter uma importância significativa dentro das instituições do estado no decorrer do século XX. A Constituição de 1988 foi um marco para se pensar o direito à cultura como um direito fundamental de todo cidadão brasileiro.

Nesse âmbito, Chagas (2009) e Funari e Pelegrini (2006) citam a Carta Constitucional promulgada em 1988 como tendo sido baseada em pressupostos preservacionistas sugeridos por Mário de Andrade e por Aloísio de Magalhães. Os autores concordam que, dentre outros aspectos, a Carta Magna de 1988 reitera a proteção às manifestações populares indígenas e afrodescendentes; ao meio ambiente; à qualidade de vida nos centros urbanos e à pluralidade cultural.

Em relação ao exposto, reiteramos que os artigos 215 e 216 da nossa Constituição (BRASIL, 1988) contribuem para um entendimento de cultura e de patrimônio cultural brasileiro. Fonseca (2009), Gonçalves (2009) e Abreu e Chagas (2009) explicam que, após reflexões, o termo passou a ser ampliado com a intenção de refletir a relação da sociedade com a cultura e potencializar seu valor simbólico e identitário. Nesse sentido, Fonseca (2009, p. 67) também afirma que:

¹⁵ “Agora, esse corte nos objetos e técnicas entre o material e o imaterial parece completamente artificial” (tradução nossa).

Todas essas ações encontram-se fundamentadas em critérios não apenas técnicos, mas também políticos, visto que a “representatividade” dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio se realize, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório.

A autora ressalta que:

[...] não basta a revisão dos critérios adotados pelas instituições que têm o dever de fazer com a lei seja aplicada, tendo em vista a dinâmica dos valores atribuídos. É necessária, além disso, uma mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural (FONSECA, 2009, p. 67).

Fonseca (2009) e Abreu e Chagas (2009) defendem que, no campo do patrimônio, há um distanciamento entre o que está previsto na lei e o que realmente é modificado na prática. Para exemplificar tal concepção, os autores se referem à promulgação da Constituição de 1988, com os artigos 215 e 216¹⁶, que pouco efeito causou no cenário patrimonial da época. Segundo eles, para que as alterações comesçassem a ser observadas de fato, foi preciso que diversos segmentos da sociedade passassem a reivindicar seus espaços, tendo como base a concepção ampliada de patrimônio cultural e o conceito antropológico de cultura. Nesse aspecto, Cunha (2018, p. 67) colabora com o argumento ao defender que:

Além disso, as reivindicações do movimento negro, de mulheres, de povos indígenas e outros forçaram a ampliação do conceito de patrimônio cultural, pois era necessário contemplar a diversidade cultural brasileira, garantir o direito à memória, o acesso, a valorização e a preservação de bens culturais dos mais diferentes grupos e povos que formavam o país, além de assegurar, ainda, a participação social na gestão desses bens.

Portanto, podemos concluir que:

Nessa visão, é evidente que o patrimônio não se constitui apenas de edificações e peças depositadas em museus, documentos escritos e audiovisuais, guardados em bibliotecas e arquivos [...]. Interpretações e instituições, assim como lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas, podem ser

¹⁶ Segundo o art. 216 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988, s.p.), “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

considerados exemplos de um patrimônio dito imaterial (FONSECA, 2009, p. 73).

Percebemos, assim, as diversas transformações que a concepção de patrimônio obteve ao longo do tempo. Ancorados em Gonçalves (2005) e analisando a rede de actantes do PCI brasileiro, entendemos como sendo uma controvérsia à noção de que o conceito de patrimônio teria surgido a partir da Revolução Francesa. A compreensão do termo como uma categoria de pensamento o faz presente desde as primeiras civilizações como fator importante para a coesão mental e social em qualquer coletividade humana.

Dessa maneira, ao entendermos o patrimônio enquanto categoria de pensamento presente desde as primeiras civilizações humanas, percebemos que podemos fazer uma correlação com o pensamento latouriano no tocante a não modernidade e à construção da ciência (entendida aqui como a construção do conceito de patrimônio).

Latour (1994a, p. 9), ao preconizar que “o estudo das sociedades ditas primitivas”, por não ser separada da natureza, contém uma mistura de social, humano, não humano, assim, pelo fato de as “civilizações primitivas” viverem no mundo híbrido e nós não, ao nos aproximarmos delas, estaríamos nos afastando da crença da ciência moderna e passaríamos a assumir outra dimensão para a ciência, portanto, “jamais fomos modernos”.

Importando a ideia latouriana da não modernidade para o conceito de patrimônio, percebemos que ele passou a ser analisado como um híbrido em consequência da estreita relação entre o bem cultural e o ser humano, considerando que as ações interferem em toda a dimensão humana e social, tanto do ponto de vista simbólico, econômico, jurídico etc., exatamente o que Latour caracteriza como a não divisão da natureza/cultura; natureza/sociedade. Portanto, nesse âmbito, percebemos que todo esse movimento existente na formação do conceito de patrimônio pode servir como um exemplo do próprio conceito e da dinâmica de rede latouriana. Partindo desse pressuposto, mostraremos, em seções posteriores, como um tacho de cobre presente nas tradições doceiras coloniais tem sido tecido junto a pessoas, afetos, fatores econômicos, jurídicos, mitológicos, naturais, entre outros. Ao dispormos do objeto nessa rede, os grandes divisores que separam objeto/sujeito, natureza/cultura e centro/periferia se diluem, assim como aconteceu com a ampliação do entendimento em relação ao conceito de patrimônio.

Baseados em Gonçalves (2005), compreendemos, também, que o processo descrito anteriormente parte do princípio de que os sujeitos sociais são construídos através da interação com os objetos e estes são enriquecidos de valores simbólicos e semânticos a partir da relação com os primeiros.

Entendido dessa forma, percebemos que o patrimônio cultural pode ser visto como um híbrido¹⁷ (LATOUR, 1994b), portanto, não caberia a divisão entre material e imaterial, assim como não cabe a separação entre o mundo natural e o social; entre a ciência e o senso comum, entre o sujeito e o objeto, entre humanos e não humanos. Nesse ponto, o seguinte questionamento latouriano corrobora o entendimento da importância de considerarmos a existência e a ação dos híbridos:

Talvez o quadro moderno houvesse conseguido se manter por mais algum tempo caso seu próprio desenvolvimento não houvesse estabelecido um curto-circuito entre a natureza, de um lado, e as massas humanas, de outro. Enquanto a natureza permaneceu longínqua e dominada, ainda se parecia com o polo constitucional da tradição. Parecia reservada, transcendental, inesgotável, longínqua. Mas como classificar o buraco de ozônio, o aquecimento global do planeta? Onde colocar esses híbridos? Eles são humanos? Sim, humanos pois são nossa obra. São naturais? Sim, naturais porque não foram feitos por nós. São locais ou globais? Os dois. [...] Portanto, tanto do lado da natureza quanto do lado do social, não podemos mais reconhecer as duas garantias constitucionais dos modernos: as leis universais das coisas, os direitos imprescritíveis dos sujeitos (LATOUR, 1994b, p. 53-54).

Partindo do pensando latouriano, ao estudarmos o patrimônio cultural e seus elementos dentro de uma trama, percebemos o quão controverso é imaginarmos a separação entre a materialidade e a imaterialidade, pois, nessa rede de associações provisórias, os objetos não são estáveis, pacatos e inertes; ao contrário, eles também são atores, na medida em que têm agência sobre a rede.

Se aprofundarmos as discussões rumo à virada ontológica capaz de percebermos a dinâmica de construção do patrimônio cultural através do conceito de “tarefagem” (tradução para o conceito de *taskscape* cunhado por Tim Ingold, em 1993) entenderemos que o espaço e a atividade humana são indissociáveis. Seremos capazes de compreender, por exemplo, que nos estudos sobre o patrimônio cultural

¹⁷ Segundo Latour, um híbrido resulta do desejo da modernidade em separar entes inseparáveis, como por exemplo, o sujeito e o objeto; a técnica e a natureza. O híbrido é, portanto, resultante da fusão entre esses polos dicotômicos que faz surgir um terceiro ente. O híbrido pode ser entendido como “um deslocamento, deslize, mediação, a criação de uma conexão que não existia antes e que em algum grau modifica os dois elementos ou agentes” (LATOUR, 1994b, p. 32), cuja “ação não é propriedade dos humanos, mas de uma associação de actantes (LATOUR, 1994b, p. 35).

não caberiam divisões, já que o fenômeno deveria ser apreendido como um todo holístico gerador de um fluxo capaz de representar a integração humano/coisa. A partir desse “salto ontológico”, perceberemos o patrimônio cultural através do conceito de paisagem (INGOLD, 1993), no qual nós, humanos, somos inseparáveis do meio e, através desse fluxo, construímos e somos construídos com ele.

Voltando o nosso olhar à construção para a política do patrimônio cultural imaterial brasileiro, destacamos a contribuição da Carta de Fortaleza (IPHAN, 1997). Segundo a historiadora e técnica da superintendência do IPHAN/PE, Juliana da Mata Cunha (2018), por ocasião das comemorações dos 60 anos do IPHAN, em novembro de 1997, a Carta de Fortaleza resultou das discussões potencializadas no “Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”. A Carta introduziu o tema do patrimônio intangível na agenda política ao recomendar a realização de estudos aprofundados para a criação do registro de bens de natureza imaterial.

Para o IPHAN, a década seguinte foi marcada por um novo estágio da compreensão de bem cultural. Em 4 de agosto de 2000, o Decreto n. 3.551 (BRASIL, 2000), inspirado nos ideais de Mário de Andrade e de Aloísio de Magalhães, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Nesse aspecto, a técnica aposentada da superintendência do IPHAN/RS, Beatriz Muniz Freire (2005), que acompanhou o inventário das tradições doceira em Pelotas e na Antiga Pelotas, informa que, em 2005, a partir do Registro de Bens de Natureza Imaterial, o IPHAN desenvolveu o Inventário Nacional de Referências Culturais, como metodologia específica que serve para ampliar o conceito de patrimônio e orientar a política nacional de preservação.

Ao pensarmos em ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, precisamos reiterar a importância da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Segundo o artigo 2º da Convenção:

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os

imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais” (UNESCO, 2003, p. 3).

Percebemos, assim, que a definição do termo “patrimônio cultural imaterial” (PCI) não isola a imaterialidade da materialidade. Nesse ínterim, a própria definição de PCI nos leva a demonstrar a importância de analisarmos as inscrições de bens feitas nas Listas Representativas e demais desdobramentos, dentro de uma rede dinâmica de associações nas quais os híbridos são actantes que merecem ser acompanhados de perto (LATOURET, 2012).

Ao analisar a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) após os dez primeiros anos de implementação, Fonseca (2009, p. 57) informa que “essa foi uma das convenções que teve uma das mais rápidas incidências de adesões da parte dos Estados-membros da organização”, sendo a Ásia a primeira colocada em inscrições realizadas; a Europa, a segunda; a América Latina, a terceira, e, por fim, a África. Ao analisar as inscrições na Lista Representativa, Fonseca (2009) alerta para a dificuldade encontrada por países africanos em virtude da carência de recursos institucionais, financeiros e humanos para a produção dos dossiês de candidaturas exigidos pela UNESCO.

Ao analisar o processo de inscrição de bens brasileiros na Lista Representativa, Cunha (2018) nos ajudou a compreender controvérsias relacionadas à burocracia do processo. Dentre elas, a autora destaca que a necessidade de pagamentos de taxas ao pedido de registro pode inviabilizar a participação de determinadas camadas da sociedade brasileira.

Outra controvérsia que observamos é na Resolução n. 1, de 3 de agosto de 2006, a partir de Cunha (2018), e que diz respeito à formalização do pedido de registro do bem cultural imaterial por um grupo social, consistindo na exigência da “declaração formal de representante de comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de Registro” (IPHAN, 2006, s.p.). Segundo a autora:

Para a participação social ser efetiva na Política, deve-se atentar para vários aspectos a fim de assegurar que os detentores possam participar plenamente

em todos os processos de tomada de decisão importantes, devendo fundamentar-se em relações de transparência e boa-fé, com o oferecimento de informações em linguagem compreensível, de modo acessível e com limite de tempo compatível e combinado junto à comunidade (CUNHA, 2018, p. 79).

Partindo do princípio de que nem todos os grupos humanos reconhecem a categoria de patrimônio a partir dos jogos estabelecidos pela sociedade ocidental, vemos a necessidade de considerarmos as reflexões realizadas pela pesquisadora citada. Cunha (2018) destaca o direito à ampla participação popular nas políticas públicas, em especial, nas atividades de salvaguarda e na gestão do patrimônio intangível, amparados pelo artigo 15 da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003).

Não podemos esquecer que a Convenção de 2003 tem por função a promoção do respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos; a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco. Nesse âmbito, cabe ressaltar que a convenção promulgada no Brasil por meio do Decreto n. 5.753, de 12 de abril de 2006 (BRASIL, 2006), recomenda que “os Estados Partes promovam a mais ampla participação possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio” (UNESCO, 2003, s.p.).

Em nossos estudos, temos percebido que a preservação do patrimônio cultural imaterial tem sido utilizada para fomentar narrativas relacionadas ao desenvolvimento da atividade turística com o intuito de demonstrar a importância dela para a continuidade do bem. Nesse aspecto, ressaltamos que a nossa pesquisa tem nos trazido inquietações em relação ao desenvolvimento do turismo em Morro Redondo. Como estudantes do patrimônio, buscamos respostas às nossas inquietações em relação ao desenvolvimento dessa prática quando participamos de uma videoconferência com o Prof. Dr. José Reginaldo Santos Gonçalves¹⁸, atual membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Material do IPHAN. Na ocasião, tivemos a oportunidade de explicar, brevemente, o nosso objeto de pesquisa e questionar a

¹⁸ A nossa conversa aconteceu no dia 6 de julho de 2020 durante a atividade denominada “Conversas sobre o patrimônio” promovida pelo projeto de extensão vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGAPC). O projeto permite que, quinzenalmente, pesquisadores renomados conversem com os públicos para explicar a trajetória deles no campo. Nessa conversa, o Prof. Dr. José Reginaldo Santos Gonçalves permitiu a comunicação dos conteúdos abordados para fins acadêmicos.

percepção dele em relação ao desenvolvimento do turismo relacionado à patrimonialização das tradições doceras em Morro Redondo.

Nesse diálogo, o antropólogo social explicou que, por diversas vezes, ele já foi contra o turismo, pois o turismo era visto por ele como uma espécie “de outro” do patrimônio. Dessa forma, ele considerava tudo menos o turismo, pois a atividade estava ligada a inautenticidade, à exploração, à destruição. Mas, ao longo do tempo, ele conseguiu perceber que os discursos e as práticas de patrimônio sempre estiveram tensamente associados ao turismo. Nas palavras do cientista:

Ouro Preto quando foi tombada, ela já era objeto de frequência turística. E mais... Os patrimônios é como se eles desencadeassem o turismo. Nesse sentido, é meio que incontornável você lidar com isso. Mas, tem uma outra dimensão aí. Não são boas relações. São relações tensas, delicadas do ponto de vista político, porque a nossa tarefa como pesquisadores é revelar o que não está explícito aí. E o que acontece nessas situações em que o turismo começa a se expandir é, na verdade, uma inibição da memória. Por exemplo, a tipificação das comidas, as chamadas comidas típicas – quando você transforma essa comida numa mercadoria. Nesse processo de tipificação ou turistificação de um lugar o grande problema é que você deixa de lado aquilo que o Benjamin chamou de [...], “os sem nome”, “os que não contaram a sua história”, “os que foram esquecidos” [...] como você trouxe aí, o caso dos quilombolas ou, no caso das tradições doceras, outras tradições subterrâneas (informação verbal).

Gonçalves continua a responder às nossas inquietações, ressaltando que:

Elas são esquecidas em função da transformação desse objeto em mercadorias. Sem contar que, nessa chamada “tradição doceira” qualquer pessoa que lida com culinária, que lida com cozinha, sabe que esse processo é de criação permanente. É uma série de criações que você faz, que não tem controle. Não existe receita perfeita. Eu acho que tem aí uma relação tensa, muito difícil, extremamente complicada. Toda essa relação com o turismo precisa ser muito bem qualificada, ou você põe tudo a perder, porque você se compromete com uma prática de esquecimento, que a gente não precisa se comprometer com isso (informação verbal).

Nessa videoconferência, o cientista afirma ser de extrema importância considerarmos, em uma tradição que se quer preservar, as tentativas de autoelaboração de uma população enquanto portadora de uma tradição. Nesse ponto, Gonçalves defende que as transformações do patrimônio cultural não são perdas, mas sim uma reconstrução do próprio patrimônio.

Com base em nossa análise, percebemos que essa aproximação inicial entre o turismo e o patrimônio imaterial em Morro Redondo pode estar essencializando as tradições doceras coloniais ao enaltecer as contribuições dos imigrantes e invisibilizar

a dos quilombolas – característica do jogo das lembranças e dos esquecimentos frequentemente ligados ao discurso patrimonial hegemônico. A nossa análise está ancorada, também, nas discussões teóricas realizadas com Gonçalves por ocasião do evento já citado. Entendemos, dessa forma, que o problema não é desenvolver o turismo na região, e sim como esse desenvolvimento está acontecendo e quais discursos ele fortalecerá.

Nesse ponto, através das nossas incursões em campo, percebemos que o discurso do desenvolvimento do turismo rural em Morro Redondo é entendido como uma saída à crise econômica que atingiu o município, iniciada com incentivo fiscal que propiciou a entrada do pêssego argentino e a abertura de grandes indústrias de conservas (década de 1970). Como consequência, houve um enfraquecimento das pequenas fábricas de doces e conservas que provocou o fechamento de muitas delas (BACH, 2017).

Em 2016, outro fato que impactou o município foi o fechamento da fábrica de embutidos da COSULATI¹⁹. Houve desemprego em massa e a crise econômica foi acirrada; fato que faz com que a atividade turística seja entendida, por muitos moradores, autoridades e empreendedores locais, como a solução para o desenvolvimento econômico local. Sobre o fechamento da COSULATI, a guia de turismo da empresa “Morro de Amores Receptivo”, durante um *tour* pela cidade, realizado em 2019, por ocasião de uma visita técnica da turma do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, na disciplina “Usos e Discursos do Patrimônio”, revelou que “O turismo aqui em Morro Redondo surgiu para diminuir a crise e a vergonha que temos em relação à falência dessa empresa” (informação verbal). A guia explicou também que “Famílias inteiras trabalhavam nessa indústria. Todos foram demitidos e saíram do Morro Redondo para buscar emprego na Serra Gaúcha. Pessoas que investiram na avicultura faliram junto” (informação verbal).

Ancorados em um aporte teórico para compreendermos os aspectos descritos, ressaltamos que Hernández e Tresserras (2007), ao estudarem a gestão do

¹⁹ Segundo matéria publicada no Jornal Tradição (COSULATI..., 2014), “A Fábrica de Embutidos da COSULATI – Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda – gerava 260 empregos diretos e cerca de mil postos de trabalho indiretos em Morro Redondo, devido a implantação do Centro Integrado de Avicultura que conta com granjas de matrizes para recria e postura, incubatório com capacidade de produção de mais de 8 milhões de pintos por ano e o abatedouro de aves com capacidade de abate de mais de 12 milhões de frangos por ano. [...] A comercialização é feita sob a forma de cortes especiais, frangos inteiros, resfriados, congelados e também uma linha nobre sob a forma de bandejas, além da linha de embutidos”.

patrimônio histórico e cultural, alertam para o fato de que o desenvolvimento econômico não deve ser associado a crescimento. Segundo os autores, essa seria uma visão minimalista de economia relacionada à escassez e abundância.

As controvérsias destacadas nesta seção serão analisadas em nosso objeto de estudo, em tópicos posteriores, quando questionamos a pequena participação dos doceiros e de moradores locais nos primeiros eventos de salvaguarda das tradições doceras coloniais em Morro Redondo. Por ora, após trazermos à discussão os desafios relacionados à participação popular na preservação do patrimônio cultural imaterial brasileiro, daremos atenção ao conceito e aos pressupostos relacionados ao plano de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil.

3 Enfoque sobre a ação do plano de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro e sua relação com o turismo

Neste tópico, trouxemos o conceito do plano de salvaguarda para o patrimônio imaterial e os pressupostos relacionados ao processo. Ao analisarmos o nosso objeto de estudo, mostramos algumas inquietações e controvérsias observadas. Ao mesmo tempo, fizemos uma brevíssima análise da apropriação do patrimônio cultural imaterial pelo setor turístico.

3.1 O plano de salvaguarda do PCI no Brasil: conceito e pressupostos

A fim de compreendermos a dinâmica de elaboração de um plano de salvaguarda, é preciso, primeiramente, entender em que ele consiste. Segundo o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, o plano de salvaguarda consiste em:

[...] um instrumento de gestão consequente com o indicado na instrução do processo de registro, inventários realizados, pesquisas complementares e entendimentos preliminares com os agentes diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural em questão. Trata-se de política orientada para aumentar a participação democrática dos cidadãos na formulação, no planejamento, execução, avaliação e acompanhamento de políticas de preservação do patrimônio cultural (IPHAN, 2011, p. 2).

Segundo o IPHAN (2011, p. 2), a construção do plano de salvaguarda prevê:

[...] ações de curto, médio e longo prazo, combinadas entre atores de diferentes segmentos da sociedade e executado de modo compartilhado, participativo. Visa ao apoio e à continuidade de existência do bem cultural de modo sustentável, através do fomento à produção, reprodução, transmissão, e divulgação dos saberes e práticas a eles associados; e do apoio à autodeterminação e organização dos grupos detentores desses saberes e práticas para a gestão do seu patrimônio.

Considerando a salvaguarda como um processo que poderá viabilizar políticas públicas, concordamos com Ferreira (2011) ao estudar a influência das políticas de memórias no Brasil contemporâneo. Segundo a autora, na escrita da história, o jogo de memórias não está fora de um jogo de poder, o qual enaltece alguns atores sociais e invisibiliza outros. Dessa forma, perguntamo-nos: para que serve a salvaguarda?

Em resumo, o objetivo da salvaguarda de bens registrados é construir meios para a política participativa dos atores sociais diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural em questão (detentores) e as instituições parceiras. Trata-se de política orientada para aumentar a participação democrática dos detentores dos bens culturais na formulação, no planejamento, na execução e no acompanhamento de políticas de preservação do patrimônio cultural e com isso promover o alcance da sustentabilidade cultural dos Patrimônios Culturais do Brasil (IPHAN, 2014, p. 2).

Percebemos que salvaguardar acervos materiais em museus e instituições patrimoniais já vem sendo estudado há muito tempo. Porém, o estudo do patrimônio cultural imaterial é bem recente. Segundo o cientista social e antropólogo Antônio Augusto Arantes (2014), um dos precedentes para que algo seja considerado um PCI é que seja uma tradição viva e que tenha um significado socialmente compartilhado no presente. Além disso, o autor ressalta que essas manifestações culturais têm que estar inseridas nas dinâmicas sociais das comunidades.

Arantes (2014) demonstra que o PCI pode se tornar um produto facilmente politizável, utilizado para fortalecer silenciamento ou, ao contrário, para empoderar sujeitos historicamente esquecidos através do desenvolvimento social humanitário e econômico – um desenvolvimento socialmente sustentável.

Incentivar a participação democrática dos detentores dos bens culturais a serem salvaguardados envolve políticas de memórias. Por várias vezes no decorrer da dissertação, demonstramos, no entanto, que elas podem constituir uma política de esquecimento (CHAGAS, 2002; FERREIRA, 2009; MICHEL, 2010). Somos conscientes de que, em processos de consolidação de memórias sociais, os esquecimentos se configuram como a outra face da mesma moeda (POLLAK, 1989).

Em nosso objeto de estudo, entendemos que potencializar discursos plurais em relação às tradições doceras não se trata somente de um dever de memória (HEYMANN, 2006), mas de uma possibilidade de construção de um novo presente a partir do passado – uma forma de renovação das tradições. Porém, investiremos esforços nesses aspectos em um momento posterior.

Para compreendermos o processo de construção de narrativas de alguns actantes identificados em nossa pesquisa, recorreremos a Hobsbawm e Ranger (2008). Segundo Hobsbawm e Ranger (2008, p. 9), inventamos as tradições e as comemorações para fortalecimento da ideia de nação:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de maneira ritual ou simbólica visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que é possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Percebemos que os autores defendem que as tradições, ao se fundamentarem em comportamentos aceitos pelos grupos dominantes, incutem regras e valores de forma a dar continuidade a elas, resultando na homogeneização delas.

Em relação ao conceito abordado anteriormente, verificamos que o professor de antropologia da Universidad de Extremadura, Javier Marcos Arévalo (2012), compreende a tradição como uma apropriação resultante da intervenção do presente sobre o passado. Dessa forma, longe de ser algo cristalizado, ela se renova, a cada geração, tanto no tempo quanto no espaço, a partir da ação da contemporaneidade. O autor indica que o entendimento que o senso comum tem sobre tradição se relaciona ao termo latino “*tradere*”, do qual derivaria “tradição”, ou seja, o que vem transmitido do passado; o conjunto de conhecimentos que cada geração entrega à seguinte.

Para Arévalo (2012), o significado da tradição está mudando a partir da percepção da influência do presente na sua renovação. Ela atinge pleno sentido quando os contemporâneos a revivem e deste modo se apropriam. Para não ficar obsoleta, ela se modifica ao compasso da sociedade, pois representa a continuidade histórica e a memória coletiva. Para o autor, a tradição integra o passado selecionado, e o presente, no futuro, em vez de substituí-lo. Dessa forma, ela conecta gerações, justamente por sua capacidade de mudança e adaptação cultural. Sendo assim, o presente configura o passado.

Segundo Arévalo (2012), a tradição e a inovação não são categorias opostas, mas complementares. O autor defende que continuar sem renovar é só repetir, ao passo que inovar sem o suporte do passado é o mesmo que fazer castelos na areia. Toda mudança se produz sobre um fundo de continuidade e qualquer permanência incorpora variações. Assim, a tradição não consiste na reprodução do passado, isso seria a fetichização.

Voltando o nosso olhar à análise do processo de patrimonialização e de salvaguarda das tradições doceras em Pelotas e na Antiga Pelotas, verificamos que o processo foi iniciado através de um dossiê (IPHAN, 2018b) elaborado pelo IPHAN

em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas. A partir do dossiê, houve a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais das tradições doceiras, no período de 2006 a 2008. Conforme dito em momentos anteriores, a pesquisa abrangeu a zona urbana e rural do atual município de Pelotas e dos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu, situados no estado do Rio Grande do Sul. Até a década de 1980, esse território correspondia ao antigo município de Pelotas, portanto, a Região Doceira, assim definida, foi identificada no inventário como Pelotas e Antiga Pelotas (REITH *et al.*, 2008, p. 7).

Ferreira (2009) relata que a realização do INRC de produção de doces tradicionais pelotenses teve como proponente a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Pelotas e contou com a parceria da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) de Pelotas e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Universidade Federal de Pelotas foi a executora dessa investigação, por intermédio do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ). O inventário foi financiado pela UNESCO e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em relação ao dossiê (IPHAN, 2018b), a equipe responsável pela escrita foi composta por uma técnica da superintendência do IPHAN/RS e por um grupo de especialistas da Universidade Federal de Pelotas, formada por antropólogos e historiadores.

A pesquisa bibliográfica no dossiê demonstrou que o pedido de registro das tradições doceiras em Pelotas e na Antiga Pelotas como patrimônio cultural imaterial foi feito pela CDL de Pelotas em comunhão com a Secretaria Municipal de Cultura. A SECULT conseguiu recursos financeiros através de edital do “Programa Monumenta” e delegou à Universidade Federal de Pelotas a execução de um inventário cultural utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

As fichas de identificação relacionadas à tradição doceira em Morro Redondo que constam no INRC²⁰ se encontram disponibilizadas em nossos anexos. Apontamos os seguintes itens que o documento sugere como possíveis desdobramentos que poderão ser realizados:

²⁰ O documento se encontra em: REITH, Flávia *et al.* **Inventário Nacional de Referências Culturais: produção dos doces tradicionais pelotenses: Relatório Final**. Pelotas: UFPel, 2008. v. I-II. Foi acessado pela autora junto ao Museu do Doce, que, por ser a referência para salvaguarda das tradições doceiras em Pelotas, tem uma cópia dos únicos cinco que foram feitos.

Realizar pesquisas específicas sobre a tradição alimentar – com atenção aos doces - das etnias pomerana, alemã, árabe, italiana, francesa, africana, considerando a diversidade e dinâmica na construção da identidade (Anexo A).

Segundo o INRC (Anexo A), existem duas tradições doceiras: a dos doces finos (originária no interior dos casarões, sob influência portuguesa e interação africana) e a dos doces coloniais (realizada na zona rural, com forte influência dos imigrantes alemães, pomeranos, franceses e italianos, tendo como matéria-prima as frutas de época e o açúcar).

No tocante a Morro Redondo, o INRC descreve a importância da criação de colônias de imigrantes em terras devolutas como o fator determinante para a formação econômica e cultural local, configurada sob a influência de colonos europeus. Em relação à colonização e ao desenvolvimento de Morro Redondo, o INRC (Anexo A) informa:

A cidade de Morro Redondo começa a ser colonizada no final do século XIX e início do XX, recebendo imigrantes de origem italiana e alemã, principalmente. Mesmo antes da chegada destes imigrantes, já havia algumas famílias de origem portuguesa estabelecidas na localidade de Passo do Valdez. No final do século XIX, chegaram à região os imigrantes italianos, que adquirem propriedades do português Afonso Pena. Logo em seguida é a vez dos imigrantes alemães, que adquirem suas propriedades do senhor Domingos José de Almeida. Dessa forma, prossegue o fluxo migratório até o início do século XX, com pessoas vindas de regiões como Blumenau – SC., São Lourenço do Sul e Montenegro (no caso dos alemães). São colonos oriundos, na sua maioria, da zona rural, que se deslocam em busca de melhores condições de vida. Logo de início, a região contou com o desenvolvimento do comércio varejista e com o crescimento da zona colonial, a partir das práticas agrícolas.

Em relação ao saber-fazer dos doces coloniais, o INRC (Anexo A) disserta que:

Percebe-se através de entrevistas, na zona rural de Pelotas, que os produtores aprenderam o feitiço do doce com avós e bisavós, que por sua vez perpetuaram essa tradição de seus antepassados, geralmente imigrantes europeus que vieram para o Brasil na condição de colonos ou como proprietários de terras. Na maioria dos casos, a produção do doce é percebida como uma alternativa de renda. Porém, acima das necessidades econômicas, verifica-se o caráter cultural da tradição doceira em que se afirmam as diferenças étnicas a despeito das reelaborações e cruzamentos que ocorreram.

O IPHAN (HISTÓRIA..., 2018) corrobora para caracterizar a relação do patrimônio cultural no território estudado quando informa que:

O Patrimônio Cultural de Pelotas está ligado à implantação das primeiras charqueadas, que contribuíram para o crescimento da economia regional, integrando o Rio Grande do Sul ao mercado nacional e dando à cidade de Pelotas o título de uma das mais importantes do interior do país durante o século XIX.

Segundo o IPHAN (HISTÓRIA..., 2018):

Foi também o charque que possibilitou a chegada ao Sul do país de uma riqueza nacional: o açúcar. Assim, além de ser considerada a cidade do charque, Pelotas recebeu também o título de capital nacional do doce, especialmente em função da produção doceira, oriunda do intercâmbio charque-açúcar. Os navios que levavam o charque para o Nordeste traziam de volta grandes quantidades de açúcar, transformados, no interior dos casarões pelotenses, em doces finos, confeccionados geralmente à base de ovos, conforme a melhor tradição portuguesa.

Ressaltamos que, no caso do doce colonial, o registro patrimonial chancelado pelo IPHAN em âmbito federal tem sido utilizado por muitos actantes dessa rede de atores para fortalecer as memórias e a tradição local relacionada a esse patrimônio imaterial, inclusive como fator de atração turística. Nesse âmbito, o doce colonial, inicialmente feito no interior das casas para uso familiar, e, posteriormente, como produto comercial das pequenas fabriquetas, após a apropriação do INRC das tradições doceiras em Morro Redondo, torna-se um produto turístico. As Figuras 3 a 6 demonstram as primeiras ações nesse sentido que foram desenvolvidas em Morro Redondo:



Figura 3 – 1ª Festa do Doce Colonial: doceiras e seus produtos
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 4 – Doces coloniais
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 5 – Biscoitos e cucas produzidos por moradores morro-redondenses
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 6 – Parte dos públicos visitantes
Fonte: Acervo da autora, 2017.

A Figura 3 demonstra a presença do Discurso Autorizado do Patrimônio, ou DAP (SMITH, 2009), a partir da vestimenta da doceira, ao trazer aos públicos a referência cultural dos imigrantes. Nesse ponto, ressaltamos que explicaremos a

relação do DAP e o turismo no tópico a seguir. As Figuras 4 e 5 demonstram a presença do selo do Roteiro Morro de Amores aliado aos produtos comercializados. Por fim, a parcela dos públicos visitantes demonstra o perfil dos turistas e moradores presentes no evento (Figura 6).

Nessas ações, compreendemos a relação existente entre o mercado e a cultura e percebemos, também, as possibilidades que o desenvolvimento do turismo rural poderá oferecer para o município e os possíveis benefícios que poderá trazer para os moradores ou, ao menos, à parte deles. Esses aspectos serão discutidos a seguir.

3.2 O turismo como actante do patrimônio cultural imaterial brasileiro

A aproximação entre a preservação patrimonial e o turismo foram iniciadas, segundo Funari e Pelegrini (2006), na década de 1970. Em 1973, através do Governo Federal, surgiu o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, centralizado na recuperação dos bens de “pedra e cal” e no fomento ao turismo. Os autores ressaltam que, em 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória fora criada “com o objetivo de driblar os entraves burocráticos e agilizar a captação de recursos para realizar programas e projetos na área da cultura” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 49).

Ao analisar a relação entre patrimônio e turismo, Gonçalves (2007) afirma que as relações de mercado (agindo como adversário ou como aliado) sempre estiveram presentes nos discursos e nas políticas patrimoniais. Segundo o autor, o turismo, aspecto que intensifica essa relação, favorece o rápido aparecimento de:

[...] uma extensa rede de mercado associada aos discursos e políticas do patrimônio: companhias de transporte, rede de hotéis e restaurantes, visitas turísticas, festivais, comércio de *Souvenirs* (postais, reproduções, fotografias, filmes, objetos), edição e circulação de jornais, revistas, livros (GONÇALVES, 2007, p. 244).

Em relação a esse fato, a economista francesa Françoise Benhamou (2016, p. 85) alerta que:

Os efeitos do turismo sobre o resto da economia são mais ambivalentes do que geralmente se diz. Se, de um lado, ele cria empregos, do outro, provoca uma alta dos preços de alguns bens de consumo (cafés, restaurantes, hotéis, estacionamento etc.) e uma atração por atividades eventualmente menos produtivas e socialmente menos úteis do que outras. Neste sentido, o argumento dos impactos econômicos positivos via turismo cultural deve ser aprimorado.

A autora ressalta que o turismo pode ser benéfico desde que suas ações não promovam a gentrificação, nem o surgimento de atividades somente voltadas aos visitantes (BENHAMOU, 2016). Nesse aspecto, percebemos que ela dialoga com Prats (1998; 2005), Tornatore (2009) e De Varine (2013), por defenderem o uso do patrimônio associado a uma atividade turística voltada ao desenvolvimento regional. Benhamou (2016) argumenta que o consumo do patrimônio cultural não tem como ser evitado, porém, essa ação pode ser regrada, estruturada e diminuída.

Nesse ponto, observamos uma aproximação entre os argumentos de Benhamou (2016) e de Prats (2005, p. 32), quando este defende que o consumo cultural do patrimônio pode ser justificado quando ele for utilizado como um “recurso para viver”. Em suas reflexões, Prats (2005) alerta que a construção social do patrimônio é nutrida por uma memória intersubjetiva sujeita aos discursos e usos desse patrimônio no presente, podendo resultar em uma ameaça (ao se fechar em si mesmo, refletindo um patrimônio localizado e excludente) ou uma oportunidade – um “recurso para viver” (ao utilizar os recursos patrimoniais para incentivar a participação ativa das comunidades na gestão patrimonial local).

No momento em que Prats (2005) defende a possibilidade do patrimônio local se constituir em uma oportunidade de crescimento, o autor dialoga, novamente, com Gonçalves (2009). Este explica que o patrimônio imaterial ou intangível não deve ser entendido apenas como símbolo, representação ou elemento para comunicação. Segundo o autor, o patrimônio “*é bom para agir*” (GONÇALVES, 2009, p. 31, grifo nosso). Gonçalves (2005, p. 19, grifo nosso) defende também que o caráter “construído” ou “inventado” do:

[...] *patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público.*

Ao defender que a construção do patrimônio não depende exclusivamente da vontade do Estado, por existirem outras dimensões para o termo, percebemos que a visão de Gonçalves (2005) se contrapõe à concepção de ativação patrimonial compreendida por Prats (1997). Prats (1997) defendia que o Estado e seus agentes eram os responsáveis pela ativação patrimonial, tendo, portanto, o poder de definir e de institucionalizar o patrimônio. Segundo ele, nenhuma construção social se produz

espontaneamente sem haver um discurso prévio inventado, sem uma legitimação de referências simbólicas de acordo com autoridades “extraculturais, essenciais e, portanto, imutáveis” (PRATS, 1997, p. 116). Na concepção desse antropólogo, a sociedade civil até pode ativar as referências patrimoniais, mas, para isso, deverá contar o quanto antes com o suporte do Estado, pois “[s]em poder, poderíamos dizer em termos gerais, não há patrimônio” (PRATS, 1997, p. 124, tradução e grifo nossos).

Nessa discussão, percebemos que De Varine (2013, p. 71) opta pelo caminho do meio ao defender que é vital que “a comunidade, no sentido de grupo social vivenciando sobre um território e compartilhando-o, reconheça o direito e a responsabilidade de gerir coletivamente seu patrimônio, em cooperação com a municipalidade”.

Ancorados em De Varine (2013), tratamos, inicialmente, da relação entre a patrimonialização das tradições doceiras e o desenvolvimento do turismo a partir dos anseios da sociedade civil, dos representantes do poder público municipal e das instituições que fomentam as ações que envolvem o patrimônio cultural imaterial brasileiro em estudo. Para isso, consideramos importante destacar, primeiramente, o conceito de turismo rural, contido em material de divulgação elaborado pelo Ministério de Turismo no Brasil (BRASIL, 2010, p. 16):

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste em atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

A cartilha do Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 12) ressalta também que:

Além da possibilidade de geração de uma renda adicional para as comunidades locais, o Turismo Rural pode contribuir para a revitalização econômica e social das regiões, a valorização dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente, a atração de investimentos públicos e privados em infraestrutura para os locais onde se desenvolve.

As nossas incursões em campo demonstraram que, na concepção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo (SMDR-Tur), da Associação de Empreendedores de Turismo de Morro Redondo (AETMORE) e do Roteiro Turístico Morro de Amores, o município de Morro Redondo tem uma forte identidade rural que foi escolhida para ser preservada através do turismo rural.

Portanto, um dos anseios dos empreendedores é interligar o meio urbano e o rural com o intuito de manter a paisagem cultural, revalorizar o modo de vida campesino e prover funções econômicas, sociais e ambientais, contribuindo para a diminuição do êxodo rural e o aumento da qualidade de vida dos moradores do campo e da cidade. Para isso, pequenos agricultores foram capacitados e “abriram as porteiras” das suas propriedades para começar a receber turistas.

A intenção dos envolvidos também é aumentar a renda de artesãos a partir da oferta diversos produtos. Por orientação do SEBRAE, as artesãos vinculadas à AETMORE criaram a coleção “Doces raízes”, cujos produtos são comercializados em lojinhas da cidade e nos eventos comemorativos. Nesses eventos, a gastronomia local – que envolve, também, as denominadas tradições docesiras coloniais – está sempre presente, assim como outros alimentos que contribuem para o acolhimento dos visitantes, para o aumento de renda e da autoestima dos produtores, fatos considerados benéficos para a população local.

Porém, buscamos aspectos que poderão contribuir para a análise em relação à associação do campo do patrimônio com o do turismo. Ancorados em Funari e Pelegrini (2006), percebemos que essa associação dos bens culturais ao valor de mercado aumenta o consumo cultural; pode potencializar a gentrificação, como também a adaptação dos espaços históricos a novos usos resultantes de restaurações superficiais que predominaram as fachadas das edificações.

Todos esses efeitos visuais, somados à comercialização de produtos supostamente oriundos da cultura local, tais como a comida, o artesanato, os rituais, entre outros, e ao investimento em eventos gigantescos voltados para o turismo, têm a tônica dominante entre os projetos de preservação (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 52-53).

Segundo os autores, a restauração do Pelourinho em Salvador e do Centro Histórico de Olinda e Recife são exemplos clássicos desse processo. Ao pensarmos em um movimento de consumo cultural relacionado ao patrimônio na Região Sul, podemos citar a patrimonialização cultural de Antônio Prado, no Vale dos Sinos²¹.

²¹ Os cientistas sociais Rodrigo Manuel Dias da Silva e Gabriel Claro da Rosa analisaram a patrimonialização de Antônio Prado no Vale dos Sinos e o agenciamento da cultura como ferramenta para educação ambiental, mas também como articulação e formação de talentos para a satisfação de interesses de circuitos econômicos, tornando-a uma mercadoria. Para mais informações, ver Rosa e Silva (2018).

Diante do exposto, buscamos informações a respeito das primeiras ações voltadas ao desenvolvimento do turismo rural em Morro Redondo. Forlan (2020), em matéria do Jornal Tradição, informa que elas surgiram após o convênio com o SEBRAE, através do “Projeto Costa Doce Natureza”, que implementou os roteiros turísticos no sul da Região Sul, como, por exemplo, o “Caminho Pomerano” existente em São Lourenço do Sul. A matéria comunica também que “A primeira apresentação oficial da ideia ocorreu durante a 27ª Feira Internacional de Turismo de Gramado, em 2015, e inicialmente foi abraçada por seis empreendimentos” (FORLAN, 2020).

Em relação à implementação da atividade turística em pequenos municípios, Hernández (2008) também alerta para o duplo impacto dela. Segundo a autora, a atividade pode ocasionar a transformação do espaço com mudanças físicas sucessivas tanto na paisagem e no comportamento das comunidades receptoras. Como impactos negativos, Hernández (2008) cita os processos de gentrificação, a alteração do cotidiano dos moradores, o aumento do custo de vida e da violência.

Percebemos com as pesquisas realizadas em um jornal que circula em Morro Redondo que o início do processo de gentrificação ainda é visto pelo poder público municipal e empreendedores como uma ação benéfica, conforme indica matéria do Jornal Tradição: “há aqueles que vêm para visitar e resolvem ficar, como é o caso de moradores atuais, oriundos de Rio Grande e de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro”, com reforço do prefeito, que diz que “é uma vida mais tranquila, segura e isso, não tem preço” (SCHNEID, 2020).

A fala do prefeito Diocélio Jaeckel (PTB) informa também a arrecadação que o turismo trouxe: “ano passado, uma arrecadação superior a R\$ 1 milhão [...] e a recepção de 15 mil visitantes, mais que o dobro da população local” (SCHNEID, 2020). O jornal divulga também que: “Em 2018, foram entre R\$ 700 e R\$ 800 mil arrecadados e em torno de 12 mil visitantes” (SCHNEID, 2020).

Ao acompanharmos a empolgação dos empreendedores do turismo em Morro Redondo, não esquecemos de que a atividade tão desejada também traz impactos negativos ao meio, mesmo não se tratando do turismo de massa. Nesse aspecto, alertamos para o impacto do turismo em uma localidade a partir da utilização do patrimônio cultural como estruturador do Authorized Heritage Discourse (AHD), ou seja, do “Discurso Autorizado do Patrimônio”. Segundo Smith (2009), o AHD privilegia o caráter monumental do patrimônio que forja uma identidade cultural nacional baseada na escolha feita na Europa Ocidental do século XIX. No entendimento da

autora, o patrimônio é tido como um discurso de legitimação de narrativas históricas e culturais que trabalham em prol de um processo de negociação de valores sociais voltadas à manutenção das hierarquias.

Atendendo ao fato de que todo patrimônio é menos um objeto material, sítio ou lugar e mais uma negociação subjetiva e política de identidade, lugar e memória, Smith (2009) defende o argumento de que todo patrimônio é intangível, porque ele é, em tese, o processo de reconstrução de valores culturais e sociais que nos ajudam a entender o presente.

Nessa toada, percebemos que Arévalo (2012), ao ressaltar que o patrimônio intangível está presente em todos os aspectos dos bens culturais, sendo a base da identidade e da criatividade e diversidade cultural, aproxima-se do entendimento de Smith (2009). Porém, Smith (2009) compreende o patrimônio enquanto um produto criado para determinadas identidades de classe e, ao ser reproduzido por especialistas e pelos públicos que o consomem, reafirma essas mesmas identidades. Ao passo que Arévalo (2012) destaca que, através das manifestações patrimoniais significativas, forma-se o sentido de pertencimento a um grupo social e a uma comunidade; nutre-se a formação de uma identidade cultural em seu aspecto múltiplo, relacional e contextual, resultante de um processo dinâmico.

Por essa via, entendemos que a atividade turística tem se apropriado, mesmo sem se dar conta, do Discurso Autorizado do Patrimônio, com fins à assimilação das narrativas hegemônicas por parte dos visitantes e talvez pelos moradores dessas pequenas localidades, como é o caso de Morro Redondo. Não esqueçamos de que, para Smith (2009), o Discurso Autorizado do Patrimônio não inclui, ele assimila. Ainda que o subalternizado apareça, ele não encontra espaço para que a crítica se instale. No DAP, a inclusão é entendida como forma de levar ao subalternizado o discurso consagrado e não em se colocar junto com ele em um olhar crítico sobre esse discurso.

Retornaremos à temática do turismo e patrimônio durante a análise dos actantes, do plano de ação que eles carregam e das flutuações que provocam na rede relacionada ao nosso objeto de estudo, a construção do patrimônio em ação em Morro Redondo, a partir da próxima parte. Porém, achamos de suma importância trazermos alguns contrapontos relacionados à aproximação entre o patrimônio cultural e a atividade turística.

Através do olhar da turismóloga e doutora em Arqueologia, Louise Prado Alfonso (2012)²², percebemos que a apropriação do patrimônio cultural pelo turismo pode potencializar a construção de “imaginários” como produtos, porém, a atividade turística pode potencializar a inclusão social. Segundo a autora, o desenvolvimento do turismo pode promover a democratização social e cultural, mas, para isso, “[a]s ações culturais devem valorizar a diversidade, buscando a inclusão de diferentes grupos sociais e favorecendo uma reflexão crítica sobre um mundo onde (con)vivem diferentes vozes” (ALFONSO, 2012, p. 31).

De acordo com Alfonso (2012, p. 54), a atividade turística foi tida por muito tempo como a potencializadora da destruição dos lugares nos quais estava sendo implementada:

[...] a atividade turística há muito vem sendo criticada pela maneira como se tem desenvolvido nas mais diferentes partes do mundo. Por se expandir de forma irresponsável, não planejada e exclusivista, tem causado sérios impactos nos locais em que é implantada, acarretando graves prejuízos aos bens patrimoniais culturais e naturais, bem como às comunidades envolvidas no processo.

Ao analisar o desenvolvimento do turismo no mundo, Alfonso (2012) alerta para o viés essencialista e reducionista através do qual a aproximação entre o patrimônio cultural e o turismo é visto. Para a autora, quando o turismo leva em conta o seu papel social através da criação de propostas de desenvolvimento sustentável, ele é capaz de promover o crescimento econômico, a igualdade social e o equilíbrio ecológico e cultural. Nesses aspectos, percebemos que os pontos abordados por Alfonso (2012) são também tratados por Arantes (2014), Prats (2005), De Varine (2013) e Benhamou (2016), em relação ao uso do PCI como produto para o desenvolvimento socialmente sustentável.

Em relação às vantagens da aproximação entre o patrimônio e turismo, Alfonso (2012) demonstra que a atividade turística pode promover a divulgação do patrimônio, a identificação dessas referências pela população local, a valorização e o reconhecimento delas e, por fim, pode gerar a consciência da necessidade da preservação. Para isso, ela ressalta a necessidade de um planejamento estratégico e

²² Em tese intitulada “Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social”, a pesquisadora Louise Prado Alfonso, a partir de uma abordagem interdisciplinar da Arqueologia, traz contribuições referentes à aproximação da Museologia e do Turismo como disciplinas parceiras no desenvolvimento de projetos estratégicos que corroboram para a difusão do patrimônio cultural de forma sustentável e inclusivo. Para mais informações, ver Alfonso (2012).

participativo da atividade turística considerando os anseios das comunidades locais e promovendo amplo debate e participação delas.

Ao citar o trabalho de Krippendorff (1985) a respeito da humanização da atividade turística, Alfonso (2012) ressalta a importância da qualificação da mão de obra local para o desenvolvimento do turismo em um território. A autora demonstra também a necessidade apontada pela Organização Mundial do Turismo em relação à alteração do comportamento do turista ao compor uma demanda de consumidores mais responsável e consciente da necessidade de preservação do ambiente (entendido aqui em sua plenitude e não apenas em seus aspectos ecológicos).

Buscamos fazer uma correlação do que Alfonso (2012) defende em relação às possibilidades de elaboração de um planejamento estratégico que colabore para o desenvolvimento de uma atividade turística sustentável e as ações realizadas em Morro Redondo para a elaboração do Plano Municipal de Turismo 2019/2023. Informamos que, durante a nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de vivenciar as atividades que fomentaram a elaboração do plano (MORRO REDONDO, 2019). As ações foram realizadas, em 2019, a partir de um convênio existente entre o SEBRAE/RS e a Prefeitura Municipal de Morro Redondo.

Ao participarmos das oficinas ministradas pela representante da empresa de consultoria para a coleta de informações, tomamos conhecimento dos anseios e desafios apontados pelos moradores das comunidades locais e representantes da Universidade Federal de Pelotas em relação ao desenvolvimento do turismo no município.

Os dados coletados durante as oficinas realizadas compuseram o diagnóstico do município, realizado a partir da utilização da matriz SWOT²³. Durante o evento, foram identificadas as ameaças e as oportunidades para o desenvolvimento da atividade turística. O Plano Municipal de Turismo foi entregue à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo no primeiro trimestre de 2020.

Algumas das potencialidades do município citadas durante as oficinas foram: a existência de empreendedores que já atuam com turismo no município (atualmente

²³ Segundo Buccelli e Popadiuk (2007), a matriz SWOT é uma ferramenta de elaboração de planejamento estratégico muito utilizada em empresas. A partir da utilização dela, o usuário poderá formar uma visão clara e objetiva sobre quais são as forças e as fraquezas (no ambiente interno), e suas oportunidades e ameaças (no ambiente externo). Dessa forma, com essa análise, os gerentes conseguem elaborar estratégias para obter vantagem competitiva e melhorar o desempenho organizacional.

33 empreendedores); a localização do município e sua proximidade com cidades populosas; acesso facilitado ao município (vias asfaltadas ou pavimentadas); a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo; a existência do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); a existência de agricultores familiares com a produção de orgânicos; a existência de um hospital para atender emergências; o apoio da prefeitura às ações de desenvolvimento do turismo, o fato de mais de 20% da população ser idosa, portanto, com um grande potencial para o diálogo intergeracional sobre as culturas locais.

Como pontos limitadores ao desenvolvimento da atividade turística foram apontados: a falta de um departamento para o turismo (com equipe qualificada e envolvida); a falta de recursos para o Fundo Municipal de Turismo; a falta de informação da população; a ausência de sinalização turística e de um Centro de Informação ao Turista; a carência de hospedagem; a ausência de um pátio, não há uma casa de produtos coloniais aberta aos turistas; o avanço das monoculturas; a ausência de um setor na gestão pública voltado à captação de recursos; a limitação do registro das histórias orais, o museu só abre uma vez por semana; não existe ainda inventário dos possíveis patrimônios locais com a biografia deles; não há transporte coletivo para os atrativos turísticos; ausência de pessoas capacitadas para trabalhar o *marketing* digital no município, e, com isso, as comunicações são escassas ou desatualizadas; falta vender Morro Redondo como destino turístico; não há Slow City²⁴ nem Slow Food²⁵ implantados.

Em relação à visão de identidade/posicionamento a ser incentivado pelo Plano Municipal de Turismo (MORRO REDONDO, 2019, p. 43), deverá ser compreendida da seguinte forma:

Permita-se viver a experiência do Morro de Amores, em Morro Redondo, na Costa Doce do Rio Grande do Sul, contemplando a exuberante natureza da Serra do Sul, experimentando seus saberes e sabores, desconectando-se da agitação das grandes cidades e vivenciando a qualidade de vida deste pequeno e acolhedor destino turístico.

²⁴ Segundo Knox e Mayer (2006), a filosofia Slow City prevê uma abordagem de planejamento socialmente construída, na qual há um envolvimento das comunidades na realização de diagnósticos, ações e compromissos voltados ao desenvolvimento endógeno sustentável ao nível local.

²⁵ Para Knox e Mayer (2006), o Slow Food vem a ser um movimento anterior ao Slow City no qual há uma preocupação em promover o ecodesenvolvimento por meio da justiça econômica e social, através do incentivo à produção local de alimentos baseada no manejo sustentável.

A partir do Plano Municipal de Turismo (MORRO REDONDO, 2019, p. 44), propõe-se a seguinte visão para 2023:

Morro Redondo, referência regional de turismo, com um fluxo de turistas que permite a sustentabilidade de seus empreendedores, estimulando os jovens a permanecerem no território, com diversas possibilidades de atuação e renda. Um Município que valoriza sua cultura e possui Coral e Orquestra Municipal, com estrutura adequada para os eventos cada vez mais elogiados e que preserva sua natureza, principal patrimônio, com experiências sensoriais memoráveis sendo ofertadas aos visitantes. Morro Redondo, município onde o Poder Público e a comunidade trabalham juntos, efetivando a realização do Plano Municipal de Turismo, com o roteiro Morro de Amores, encantando visitantes e gerando a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental deste pequeno “vilarejo”.

Baseada na estrutura metodológica da Teoria Ator-Rede, identificamos três controvérsias em relação ao Plano Municipal de Turismo de Morro Redondo. Optamos por trazê-las aqui e não na próxima parte, como as demais, pois a entrega do Plano Municipal de Turismo só aconteceu no início de 2020, juntamente com o início do isolamento exigido pela pandemia. No mesmo ano, houve o processo de eleição dos novos prefeitos e vereadores no Brasil e, posteriormente, a estruturação da equipe governo municipal após as eleições. Dessa forma, durante o período da nossa pesquisa, não pudemos acompanhar diretamente a ação do Plano de Turismo, porém, percebemos que ele trouxe uma reverberação através da criação de um projeto de lei, sancionado pelo prefeito municipal, em 8 de setembro de 2021, que inclui a cultura tradicionalista na rede municipal de ensino (Anexo B), sob a seguinte justificativa que acompanha a lei aprovada:

Pelo respeito e orgulho às nossas raízes históricas, folclóricas, culturais e artísticas proponho a inclusão do conteúdo sobre a cultura tradicionalista nas aulas ministradas nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Morro Redondo. O tradicionalismo que possui em suas bases o folclore, a arte, o esporte e a recreação entre outros ramos do saber que intermediam o alcance dos fins tradicionalistas. O tradicionalismo, além de rememorar fatos históricos importantíssimos, visa a construção de um futuro glorioso, embasado no que há de mais belo no nosso Rio Grande do Sul, nossa história e nossas tradições.

Em se tratando de uma lei implementada nas escolas públicas do município, destacamos que tal conduta poderá contribuir para o fortalecimento de estereótipos. A partir de uma visão carregada de valores positivistas, baseados em uma visão bairrista e nostálgica em relação a um passado heroico no Rio Grande do Sul, que

poderá fortalecer o Discurso Autorizado do Patrimônio em relação às tradições apontadas (Anexo B):

A iniciativa de estimular o ensino da cultura no nosso Estado na rede municipal de ensino de Morro Redondo, com certeza provocará inúmeras mudanças positivas no comportamento dos jovens alunos. Assim, as crianças e adolescentes terão seus hábitos, seus valores e suas reações emocionais permeados pela cultura do Rio Grande do Sul.

Nesse ponto, ressaltamos que a implantação de tal lei poderá provocar a formação de dois coletivos na rede estudada em nossa pesquisa. O primeiro, causado pela aproximação com o Discurso Autorizado do Patrimônio, formado pelos seguintes actantes: o CTG Cancela Grande, o Conselho Municipal de Turismo, o SEBRAE/RS, o Roteiro Turístico Morro de Amores e a AETMORE. O segundo coletivo, afastando-se do DAP, formado pela EMBRAPA/RS; EMATER/RS-ASCAR, Museu Histórico de Morro Redondo e GT da Salvaguarda, tem como plano de ação fortalecer a inclusão de novas narrativas e novos autores em relação às tradições doceras coloniais.

Retornando o nosso olhar às duas controvérsias encontradas no Plano Municipal de Turismo (MORRO REDONDO, 2019), percebemos que a primeira delas diz respeito aos aspectos que nortearam o estudo para a elaboração do plano. Segundo o documento, o estudo realizado busca alcançar o bem-estar da comunidade; a proteção da natureza; o crescimento econômico; a satisfação do cliente e uma *cultura autêntica* (MORRO REDONDO, 2019, p. 7, grifo nosso). Em se tratando do uso do Plano Municipal do Turismo para o desenvolvimento de ações relacionadas à patrimonialização e à salvaguarda tradições doceras coloniais em Morro Redondo, o que vem a ser tido como uma cultura autêntica? Estudos demonstram que o termo de “autenticidade” se encontra vinculado ao caráter higienista da patrimonialização, desenvolvida no Brasil da década de 1920-1930, responsável pelo caráter de monumentalidade do patrimônio (ABREU; CHAGAS, 2009; ARÉVALO, 2012; FONSECA, 2009).

Em relação a essa controvérsia identificada no Plano Municipal de Turismo, Arévalo (2012) contribui para o entendimento de que o patrimônio deve ser entendido como um processo vivo, distante da retórica da nostalgia do passado. Para o autor, os patrimônios culturais tangíveis e intangíveis não são restos de um passado que se tem que conservar como um modelo ideal. Dessa forma, não cabe usar o termo da autenticidade em relação a um patrimônio cultural imaterial.

A segunda controvérsia diz respeito às identidades e memórias sociais que se desejam fortalecer com as ações turísticas. O Plano Municipal de Turismo (MORRO REDONDO, 2019), na seção relacionada à apresentação do território e síntese histórica, descreve que Morro Redondo possui aspectos predominantemente das colonizações alemãs e portuguesas. Em seguida, o documento cita que “Morro Redondo ergueu-se a partir do loteamento de sesmarias (13063 hectares cada) pertencentes a portugueses e iniciou sua colonização com a chegada de imigrantes alemães, italianos e também pomeranos” (MORRO REDONDO, 2019, p. 19).

Nesse ponto, alertamos que tais informações contidas em um planejamento estratégico que embasará as ações de desenvolvimento do turismo no município até o ano de 2023 poderá contribuir para uma atividade turística potencializadora da invisibilidade de outros atores sociais presentes no município e atuante nas coletas de dados para a elaboração do documento em questão.

A última controvérsia que identificamos no Plano Municipal de Turismo diz respeito à utilização da denominação “Serra do Sul” utilizada pelo Roteiro Morro de Amores para a Serra dos Tapes. Nesse ponto, ressaltamos a importância da preservação da denominação original em virtude da contribuição étnica dela. Segundo Cerqueira, Heiden e Ribeiro (2020, p. 223):

Essa denominação se deve a que, aquando da chegada dos colonizadores europeus, habitavam esta região índios denominados tapes, patos ou arachanes, associados às tradições arqueológicas Guarani, cujos vestígios cerâmicos são abundantemente encontrados na região, e possíveis ancestrais da moderna etnia Guarani, ainda hoje presente na região, em especial no Morro Farroupilha, na Vila Maciel (8º distrito), definido por esses como território sagrado ancestral. Nesta região se instalaram, na segunda metade do século XIX, mais de sessenta núcleos coloniais, em que se estabeleceram famílias de origem alemã, pomerana, italiana e francesa, sem mencionar contingentes menores de espanhóis, irlandeses, gaélicos e suíços. A combinação entre tradições culturais trazidas por estes imigrantes e pelo colonizador português, no território específico da Serra dos Tapes, em uma área de presença indígena e quilombola, deram forma ao que chamamos de “tradição dos doces coloniais”, também conhecidos como “doces de tacho”, “doces de safra” ou “doces de fruta”.

Nesse contexto, o historiador Fábio Vergara Cerqueira (2010, p. 872), um dos responsáveis pelo INRC das tradições doceiras em Pelotas e na Antiga Pelotas, destaca:

Para a compreensão da formação cultural da região da Serra dos Tapes, que compõe a conhecida “colônia”, faz-se necessário estudar o mosaico cultural

resultante da instalação de colônias rurais de imigrantes europeus. (...) No século dezenove, o modelo econômico predominante na região baseava-se nas estâncias e charqueadas que compunham o conjunto da atividade saladeiril, que trouxe muita riqueza à área meridional do estado e impulsionou a industrialização do Rio Grande do Sul, concentrada em Pelotas e Rio Grande. Este ciclo econômico desenvolveu-se sobejamente em amplas propriedades, situadas, no caso de Pelotas, sobretudo na zona da planície costeira, de modo que as terras da região serrana possuíam um caráter secundário e porventura complementar. Era comum que os charqueadores fossem proprietários de uma data de mata na Serra dos Tapes, para onde seus escravos se deslocavam durante a entressafra, com a finalidade de obter lenha e, fortuitamente, desenvolverem o plantio de roças e pomares.

Dessa forma, percebemos que a alteração do nome para “Serra do Sul”, em virtude da potencialidade do termo para fins de exploração turística, poderá intensificar a invisibilidade da presença e das contribuições culturais dos ameríndios e quilombolas para as tradições doceiras coloniais.

Antes de concluirmos este tópico, informamos que a construção coletiva do Plano de Salvaguarda das Tradições Doceiras em Morro Redondo foi prejudicada pela ação da pandemia de COVID-19 e também pela desestruturação que o atual Governo Federal causou no IPHAN. Após a decisão governamental de reduzir o IPHAN de uma autarquia a um componente do Ministério do Turismo, o órgão perdeu muito da sua autonomia. As diárias para as viagens dos técnicos foram reduzidas e, com isso, as reuniões em Morro Redondo com a presença dos representantes da instituição ficaram escassas. Em âmbito nacional, percebemos que, por influência de tal decisão governamental (ao unir o IPHAN ao Ministério do Turismo), a parceria “Patrimônio + Turismo” têm sido explicitada nas ações do IPHAN.

4 O uso da Teoria Ator-Rede para compreender a construção do patrimônio cultural imaterial em Morro Redondo/RS

Embasados nos fundamentos da Teoria Ator-Rede, buscamos, inicialmente, em nossa pesquisa, observar todo o fenômeno estudado para que pudéssemos enumerar os actantes, acompanhar o comportamento deles e, a partir das controvérsias existentes nos programas de ação, pudéssemos interpretar as dinâmicas na rede.

Ao seguirmos o rastro deixado pelo tacho de cobre nos diversos eventos, durante o período entre 2018 e 2021, tivemos o entendimento da rede e das flutuações que ele promovia no tocante à patrimonialização e às ações de salvaguarda das tradições doces coloniais em Morro Redondo.

4.1 A apresentação dos actantes e dos seus programas de ação

Em nossa pesquisa, identificamos os seguintes atores não humanos: o tacho de cobre; o INRC das tradições doces em Pelotas e na Antiga Pelotas; as instruções normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); os objetivos e ações realizadas pela AETMORE; as ações do Roteiro Turístico Morro de Amores; a atuação do IPHAN; as atividades realizadas com as crianças que participam do CTG Cancela Grande; as orientações e projetos de extensão da EMATER/ASCAR e da EMBRAPA/RS; as ações do COMTUR; o desejo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMCD) e da SMDR-Tur em potencializar a diversidade cultural relacionada às tradições doces coloniais; as ações do SEBRAE/RS; a formação e a atuação do Grupo de Trabalho da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”; as ações do Museu Histórico de Morro Redondo; a entrada da soja e a modificação da paisagem cultural e a pandemia de COVID-19.

A análise das flutuações da rede ao longo dos eventos acompanhados demonstra que ela se encontra tão complexa que os atores humanos estão representados pelas associações feitas com as instituições nas quais participam. Dessa forma, iniciaremos, agora, a descrição dos atores não humanos e seus programas de ação.

O primeiro ator analisado é o tacho de cobre. Esse actante participou da grande maioria dos eventos observados e faz parte do acervo do Museu Histórico de Morro Redondo. Segundo o seu doador, Ervino Büttow²⁶, um dos fundadores do museu:

Ele era da minha mãe. O tacho foi doado a ela por familiares como presente de casamento. Antes de pertencer a minha mãe, já pertenciam aos meus antepassados. Minha mãe sempre fez doce neste tacho. Tenho lembranças desde criança com ela fazendo doce de abóbora, de melancia, de porco. A criançada ficava pela volta ajudando a mexer. Segurando o mexedor que tem esse cabo comprido para nos deixar longe do fogo, a gente sempre faz esse desenho aqui ó, como se fosse um oito. E não pode parar de mexer, senão a massa queima no fundo. Ao final, “rapar” o tacho era a parte mais gostosa (informação verbal).

Através do relato de Ervino, percebemos o fenômeno da tradução, um dos fundamentos da Teoria Ator-Rede. Para analisarmos a narrativa anterior, traremos, inicialmente, a contribuição de Latour (1994b; 2001; 2012) ao demonstrar a agência dos atores não humanos. A esse ato, Latour (2001, p. 205) denomina “mediação técnica”.

Para o Latour (2001), existem quatro possibilidades diferentes de mediações técnicas. A primeira delas caracteriza a agência do tacho de cobre no fenômeno que estudamos, pois, nesse tipo de mediação, os atores não humanos interferem na ação humana realizando a modificação de objetivos. Para exemplificar esse tipo de ação, o autor utiliza o exemplo de um cidadão que pega uma arma para matar.

Segundo Latour (1994b, p. 32-35), nesse exemplo envolvendo uma pessoa e um objeto, pode surgir um terceiro agente resultante da fusão dos dois, entendido como “um deslocamento, deslize, mediação, a criação de uma conexão que não existia antes e que em algum grau modifica os dois elementos ou agentes”, criando um “ator híbrido”, cuja “ação não é propriedade dos humanos, mas de uma associação de actantes”. Esse tipo de acontecimento será explicado de forma mais aprofundada ao utilizarmos a teoria da performance (BRULON, 2012, 2018, 2019; SCHECHNER, 1985, 2002; TURNER, 1982) como categoria de análise dos dados.

O programa de ação de tacho de cobre consiste em potencializar as memórias relacionadas aos imigrantes e aos ciganos²⁷ em relação às tradições doceiras.

²⁶ Relato obtido durante a segunda reunião de Salvaguarda das tradições doceiras, em 2019.

²⁷ O Dossiê de Registro das Tradições Doceiras em Pelotas e na Antiga Pelotas (IPHAN, 2018b) e o parecer do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2018a) demonstram a importância dos ciganos em relação ao conserto do tacho de cobre: “Surgem também com destaque como elementos muito valorizados, utensílios tradicionais como os tachos de cobre – em particular

Compreendemos que, na perspectiva latouriana, o tacho de cobre em estudo funciona como um museu efêmero e fortalece as memórias de idosos portadores de Alzheimer (MESSIAS, 2018). Na mesma perspectiva, o Inventário Nacional de Referências Culturais define o artefato como um objeto biográfico (por traduzir a relação dele com os humanos) e de resiliência (em relação às normas sanitárias exigidas pela ANVISA).

O segundo actante é o INRC. Essa metodologia desenvolvida pelo IPHAN é utilizada para caracterizar o bem que se candidata à obtenção de registro como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Dessa forma, o INRC (INVENTÁRIO..., s.d.) é definido como sendo um estudo aprofundado que produz conhecimento sobre:

[...] os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística.

O plano de ação do INRC (Anexo A) também revela que:

A introdução destas novas formas econômicas na região serrana está associada à instalação de colônias compostas por grupos étnicos de origem europeia, que criam formas socioeconômicas baseadas na adaptação de suas tradições, trazidas da Europa, às características fisiográficas da área de sua instalação e às demandas históricas do estímulo da ocupação destas áreas por estes contingentes populacionais de imigrantes, que criaram o que se costuma chamar de economia colonial.

O programa de ação do INRC em relação às tradições doceiras coloniais consiste em demonstrar a influência histórica e cultural das etnias alemã, pomerana, italiana e francesa nos municípios da Antiga Pelotas. Percebemos que o programa de ação do INRC corrobora para fortalecer a imagem da contribuição dos imigrantes no tocante ao saber-fazer dos doces coloniais. Essas informações vêm sendo apropriadas pelos empreendedores do turismo no município e são comunicadas de diversas maneiras nos eventos públicos realizados.

Em nossa pesquisa, identificamos como actante a ANVISA. Em relação às tradições doceiras coloniais, a Portaria SVS/MS n. 326, de 30 de julho de 1997, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, através das ações da

aqueles que guardam as marcas de um saber-fazer já perdido, mas de grande importância memorial na zona rural, que é o conserto de tachos com uso de martelinhos, técnica magistralmente dominada pelos ciganos que circulavam na região" (IPHAN, 2018b, p. 91).

ANVISA (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997), fiscaliza se houve a substituição do tacho de cobre e do mexedor de madeira pelo inoxidável e por uma espátula de silicone, respectivamente. Além disso, a ANVISA avalia se as instalações nas quais os doces são feitos estão adequadas às normas sanitárias e atua caso não estejam condizentes a elas.

Os relatos dos detentores informam que tais ações de vigilância sanitária acabaram por provocar a exclusão de doceiros tradicionais por conta do impedimento da utilização do tacho de cobre e do mexedor de madeira, bem como as exigências relacionadas à adequação do ambiente de trabalho para o feitiço do doce. Nos estudos, percebemos como alguns doceiros contornam as normas da vigilância. Dessa forma, a ANVISA age na rede estudada afastando todos os demais actantes.

Em nossas pesquisas, identificamos também o Roteiro Turístico Morro de Amores²⁸ como um dos actantes. O Roteiro Morro de Amores (como é conhecido pelo senso comum) surgiu em 2014, através de um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Morro Redondo e o SEBRAE, através do Projeto Costa Doce Natureza, responsável pela implementação de roteiros turísticos na Região Sul.

O plano de ação do Roteiro Turístico Morro de Amores é atrair, em cada evento realizado, um número crescente de visitantes interessados em conhecer e vivenciar os costumes e as tradições locais, enfatizando a cultura alemã e pomerana. Para isso, a equipe organiza anualmente a “Feira do Artesanato e de Produtos Coloniais”; a “Festa do Doce Colonial”; a “Festa Cores, Flores e Sabores”. O roteiro apoia o circuito ciclístico denominado “Via Ecológica Serra dos Tapes” e outros eventos locais. Em 2020, em função da pandemia causada pelo Coronavírus, os maiores eventos promovidos pelo Roteiro Morro de Amores (como é conhecido no município) foram suspensos.

Identificamos também como actante a Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo. A AETMORE surgiu com o propósito de incentivar o desenvolvimento do turismo rural a partir do fortalecimento das tradições doceiras. Segundo relatos de associados, esse desejo surgiu em decorrência da crise econômica que atingiu o município, em 2016, a partir do fechamento da fábrica de embutidos da COSULATI. Houve desemprego em massa e êxodo de muitas famílias

²⁸ Para maiores informações sobre a criação do Roteiro Turístico Morro de Amores e seus objetivos, ver Forlan (2020).

para a Serra Gaúcha, fato que faz com que a atividade turística seja entendida, por muitos moradores, autoridades e empreendedores locais, como a solução para a realidade vivenciada.

Outro aspecto que já havia atingido a economia local e promovido o êxodo rural de muitos jovens morro-redondenses foi o incentivo governamental à entrada do pêssego argentino e uruguaio no Brasil (BACH, 2010)²⁹, na década de 1970, e a instalação de grandes indústrias de conservas de frutas na região. Não tendo como concorrer com elas, as pequenas fábricas artesanais de conservas e de doces coloniais fecharam e os jovens saíram do município em busca de emprego e renda.

Na concepção da AETMORE, o município de Morro Redondo tem uma forte identidade rural que foi escolhida para ser preservada através do turismo rural. Assim, um dos anseios dos empreendedores é fortalecer a ligação entre o meio urbano e rural a partir da revalorização do modo de vida campesino. Para isso, pequenos agricultores foram capacitados e “abriram as porteiras” das suas propriedades para começar a receber turistas e, sob orientação do SEBRAE, montaram espaços museológicos capazes de retratar a vida e os costumes dos imigrantes.

Para promover os eventos, a Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo busca patrocinadores e, durante o período da nossa pesquisa, cobrava uma taxa mensal de R\$ 5,00 dos associados e de R\$ 30,00 por evento para que pudessem comercializar os produtos. Para isso, os associados (de forma individual ou em grupo) precisam trazer e montar seu próprio *stand* de vendas em um local previamente acertado com a comissão organizadora. Nos eventos, existem espaços institucionais da EMATER/ASCAR³⁰, EMBRAPA e de agricultura familiar para que pequenos agricultores e artesãos possam participar também. Ao acompanharmos as discussões entre membros da comissão organizadora via grupo no WhatsApp, percebemos que essas medidas ainda não favorecem todos aqueles moradores que desejam comercializar seus produtos nos eventos promovidos.

Percebemos a preocupação da AETMORE no sentido de atrair visitantes para os eventos. Para isso, promove atrações voltadas aos turistas e realiza a Festa do

²⁹ Em sua dissertação, Bach (2010) realiza um estudo sobre o patrimônio industrial rural do município de Pelotas entre as décadas de 1950 e 1970 e demonstra que um dos fatores que contribuiu para o fechamento delas foi o incentivo governamental dado à entrada do pêssego uruguaio e argentino no país.

³⁰ A EMATER/RS-ASCAR atua desde 1955 junto aos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. A EMATER se tornou representante do serviço oficial de extensão rural no estado, buscando atuar nas políticas públicas do governo.

Doce Colonial em um dos finais de semana no qual a Feira Nacional do Doce é realizada em Pelotas. Percebemos também que o discurso em relação às tradições doceiras, em 2017, estava fortemente vinculado à contribuição dos imigrantes.



Figura 7 – A abertura da 1ª Festa do Doce Colonial
Fonte: Acervo da autora, 2017.

A Figura 7 demonstra o fortalecimento das tradições e dos costumes pomeranos e alemães como forma de atração de turistas e de empreendedores para Morro Redondo. Através do Discurso Autorizado do Patrimônio, percebemos uma associação entre o INRC e os interesses econômicos da AETMORE e do Roteiro Turístico Morro de Amores, que se cruzam de forma a tentar cristalizar alguns atores como os detentores do saber-fazer do doce colonial. Compreendemos que o plano de trabalho da AETMORE difere do INRC em virtude de a associação manter como foco o desenvolvimento econômico da região a partir do turismo rural.

Em nossas observações, identificamos que o Conselho Municipal de Turismo, ou COMTUR, também é um dos actantes na rede estudada. Criado em através da Lei n. 1.993, de 29 de outubro de 2015 (MORRO REDONDO, 2015a), o COMTUR teve como primeiro presidente Pedro Vieira, empreendedor do turismo rural em Morro Redondo.

O programa de ação do COMTUR é potencializar o desenvolvimento da economia no município através da aplicação do Plano Municipal de Turismo, com valorização do potencial turístico do território, de ações de educação ambiental para os moradores e do suporte para a implementação de novos empreendimentos. Segundo informação contida do site da Prefeitura Municipal de Morro Redondo

(CONSELHOS..., 2022), “Os Conselhos Municipais [...] têm o objetivo de participação da sociedade, coadjuvando o governo na formulação de políticas e avaliação de ações levadas a efeito nas diversas áreas para as quais são criados”.

O próximo actante identificado foi o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CONDERMOR). Criado pela Lei n. 294, de 7 de dezembro de 1994 (MORRO REDONDO, 1994), o CONDERMOR possui 14 representantes das instituições e organizações que atuam no setor, além da representação comunitária que abrange a zona rural do município. O CONDERMOR (MORRO REDONDO, 1994) tem por objetivos:

- I- coordenar e compatibilizar os planos e ações a serem desenvolvidos no Município por todas as entidades que atuam para desenvolvimento do meio rural;
- II - elaborar, coordenar e dirigir, em regime colegiado, o Plano Integrado de Desenvolvimento Rural de Morro Redondo - P.I.D.E.R./MORRO REDONDO, estabelecendo suas metas, formas de concretização etapas;
- III - estabelecer os critérios e formas de compatibilização dos recursos de quaisquer naturezas, que constituirão uma conta especial;
- IV - estabelecer mecanismos para autogestão de projetos e programas de desenvolvimento rural.

Outro actante identificado na rede é o Centro de Tradições Gaúchas Cancela Grande, através da Invernada Mini Mirim. Durante a realização da pesquisa, a Invernada Mini Mirim era formada pelos componentes mais jovens do CTG Cancela Grande de Morro Redondo, contando com 20 crianças (4 a 7 anos). A Invernada Mini Mirim se apresentava nos eventos públicos realizados no município e participava de competições externas. O grupo tinha como instrutoras as irmãs Angélica Boettge dos Santos e a Letícia Boettge dos Santos, ambas ex-prendas³¹ da instituição, atuais vice-prefeita e vereadora do município (Gestão 2021-2024), respectivamente.

O programa de ação da Invernada Mini Mirim consiste em fortalecer a tradição doceira através da importância da relação intergeracional relacionada à transmissão do saber-fazer doceiro colonial a partir da perspectiva dos descendentes de imigrantes. A Invernada constitui os grupos de dança pertencentes a um Centro de Tradições Gaúchas (CTG), divididas em Mirim, Juvenil, Adulta, Veterana e Xiru. Para isso, além da temática da Invernada representada pela música e performance das crianças, as instrutoras Angélica e Letícia incentivaram que o grupo fizesse uma coleta de relatos com os familiares em relação à vivência do fazer doceiro colonial. Além

³¹ Para os centros de tradições gaúchas, uma prenda constitui a representação da figura feminina.

disso, as crianças buscaram receitas das iguarias e participaram do feitiço delas com seus familiares. Através da letra do tema de entrada da Invernada Mini Mirim, coletada durante o evento, é possível percebermos o plano de ação instituído:

**Cultura doceira um amor artesanal:
Morro Redondo, a cidade do doce colonial**

Cultura doceira, amor artesanal
Morro Redondo escreveu a história
Do nosso doce, doce colonial.

A tradição doceira é uma atividade artesanal muito antiga
E tornou Morro Redondo, a Terra do Doce Colonial.
Vem com a Mini Mirim do CTG Cancela Grande
Conhecer essa história:

Com a chegada de imigrantes,
De geração em geração,
A família reunida,
Fez a nossa tradição.

Doce em calda, bananada, passa de pêssego e marmelada,
Tacho de cobre, colher de pau,
Fogão a lenha tradicional.

As passas são feitas com as mãos abençoadas
Das doceiras, das doceiras.
É tempo de colheita, vai ter festa
A semana inteira.
Amor ao Hino Cancela
Da Terra do Doce Colonial.
Canto e dança vindo dos avós,
Com muito amor e união.
É o ingrediente principal!

Doce em calda, bananada, passa de pêssego e marmelada,
Tacho de cobre, colher de pau,
Fogão a lenha tradicional.

Cultura doceira, amor artesanal
Morro Redondo escreveu a história
Do nosso doce, doce colonial.

O resgate da cultura à frente
Pra futura geração!
Trazendo o sossego ao povo,
Alicerçado na força da tradição.

Cultura doceira, amor artesanal
Morro Redondo escreveu a história
Do nosso doce, doce colonial.
Viva o doce de Morro Redondo, Tchê!

A performance da Invernada Mini Mirim começa com a abertura de um painel representando um pomar de pessegueiros em floração. As crianças, organizadas em

casais e com as vestimentas típicas de gaúcho e de prenda³², adentram o palco através da abertura do painel.



Figura 8 – Parte da Invernada Mini Mirim em performance
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2018.

Dançando de forma sincronizada, os gestos das crianças representam o discurso presente na letra da música em relação à tradição doceira dos doces coloniais em Morro Redondo. O cenário contém uma pequena carroça (meio de transporte da época), tachos de cobre, mexedores de madeira, caldeirões, suporte para secagem da passa de pêssego, açúcar e passas de pêssego.

Podemos perceber que a narrativa histórica e identitária legitimada se encontra nas ações empreendidas pelo grupo. A partir das apresentações nos eventos, a narrativa oficial é cada vez mais consolidada e abrange outros públicos.

Compreendemos aqui a existência de um dueto Educação/Invernada Mini Mirim, através do Discurso Autorizado do Patrimônio, que associa uma visão idílica do passado e uma afirmação, para as próximas gerações, do protagonismo – senão da singularidade – dos imigrantes europeus como detentores do saber-fazer do doce colonial.

Outro actante que faz parte da rede é a EMATER/RS. Juntamente com a ASCAR, o dueto EMATER/RS-ASCAR desenvolve ações, desde 1955, junto aos agricultores familiares. A equipe que trabalha em Morro Redondo oferece aos pequenos produtores rurais oficinas para agregar valor aos produtos agrícolas, dentre

³² Segundo Oliveira e Reolon (2019, p. 175), “O vestido de prenda é uma criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que a partir de 1948 produziu um traje que representa a mulher gaúcha de tal forma a combinar com o traje dos homens (peões) gaúchos. [...] Esse vestido foi esboçado a partir de peças herdadas de outras culturas, como a açoriana e indígena”.

elas, a confecção de bolos, doces, biscoitos para serem comercializados nos eventos da cidade.

O grupo também participa da implantação e divulgação do Sistema Agroflorestal (SAF) Doceiro, no qual espécies utilizadas para a produção e para embalagem dos doces (execução das caixinhas de madeira) são plantadas de acordo com os princípios da sustentabilidade do sistema de produção. O SAF Doceiro prioriza o uso da diversidade vegetal local associada às contribuições culturais indígenas, quilombolas e dos descendentes de imigrantes europeus. Em sistemas agroflorestais já implantados no país, têm-se como resultados uma grande produtividade associada a uma redução de custos na produção e de utilização de insumos externos; além da ampliação da proteção ambiental.

Individualmente, o programa de ação da EMATER/RS consiste em incentivar o desenvolvimento regional através da utilização de técnicas que respeitem os princípios da sustentabilidade socioambiental e fortaleçam a diversidade cultural. Em relação ao trabalho da ASCAR, a atuação se dava através do trabalho da então técnica Karin Peglow. Como exemplo, tem-se as ações desenvolvidas na Comunidade Quilombola Vó Ernestina, cujo objetivo é potencializar o empoderamento quilombola e aumentar a autoestima dos moradores em relação às contribuições culturais deles para o município.

O próximo actante que identificamos foi a EMBRAPA/RS. Ela atua juntamente com a EMATER/RS-ASCAR no sentido de promover ações extensionistas que apoiam os agricultores locais. O plano de ação da EMBRAPA/RS voltado à salvaguarda das tradições doceiras consiste em, segundo o pesquisador da instituição, João Carlos Costa Gomes, realizar atividades voltadas ao fortalecimento da agricultura local; atuar no melhoramento genético de espécies vegetais e auxiliar a implantação e no desenvolvimento de sistemas agroflorestais doceiros.

Para o pesquisador da EMBRAPA/RS e para a técnica da EMATER/RS, em informações coletadas durante a reunião de salvaguarda, a ideia da criação do Sistema Agroflorestal Doceiro surgiu em 2018. Com plano de implantar pequenos SAF nas propriedades dos agricultores familiares, as instituições se propõem a trabalhar com mutirões para diversificar a produção que antes estava concentrada em um único cultivar, como o pêssego, por exemplo.

Ao trazer discussões sobre a contribuição dos indígenas (com espécies utilizadas na fabricação de cestos e de jueiras – peneiras feitas com taquara), a dos

ciganos (tacho de cobre), a dos afrodescendentes (alguidar de barro), além das frutas trazidas pelos imigrantes, a EMATER/RS-ASCAR e a EMBRAPA/RS esperam contribuir para a ampliação das narrativas concentradas na contribuição dos imigrantes europeus.

Percebemos que existe uma associação da EMBRAPA/RS com a EMATER/RS-ASCAR no sentido de potencializar o desenvolvimento local e a diversidade cultural, aspecto que se afasta com o entendimento de que o saber-fazer do doce é fruto da imigração europeia.

Em seguida, trazemos a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto como actante na rede estudada. A SMCD, através do trabalho realizado pelo secretário Anderson Güths (em segunda gestão como secretário de educação) e equipe, desenvolve ações voltadas à preservação das tradições doceras coloniais e de valorização das contribuições multiétnicas.

Através de um trabalho de educação para o patrimônio, realizado em conjunto com moradores da Comunidade Quilombola Vó Ernestina, de professores da rede municipal e do Museu Histórico de Morro Redondo, a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto busca valorizar a contribuição dos afrodescendentes em relação às tradições doceras coloniais.

Segundo matéria divulgada no Jornal Tradição (FORLAN, 2019b), os professores:

[...] explicam aos alunos o que são os doces, a importância para o município. Buscou-se também apoio das universidades que potencializam formas de proteger e criar ações para manter a salvaguarda para alunos da escola de educação infantil e com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por intermédio de atividades de culinária por meio de receitas.

As ações citadas e as que foram descritas durante a segunda reunião para elaboração do plano de salvaguarda das tradições doceras coloniais foram realizadas com a presença do então técnico do IPHAN/RS, Caetano Sordi, que assumiu a pasta nessa época.



Figura 9 – Participação de educadoras e do secretário Anderson Gúths
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Sobre as ações realizadas, Forlan (2019b) também informa que:

[...] o grupo de mulheres quilombolas “Pérolas Negras” está valorizando os conhecimentos resgatando suas memórias. Artesãos com artesanato voltado ao saber do doce colonial utiliza pinturas em tecido, em madeira, palha de milho e com bonecas preservando o imaterial para manter vivas essas memórias.

Percebemos aqui a preocupação da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e da equipe com a ampliação das narrativas relacionadas ao saber-fazer dos doces coloniais. A partir do dueto entre educação e diversidade étnico-cultural, observamos uma controvérsia com a narrativa divulgada pela Invernada Mini Mirim do CTG Cancela Grande.

O próximo actante identificado foi a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo. A SMDR-Tur, até agosto de 2020, era representada por um secretário, que, após esse período, afastou-se do cargo para pleitear vaga nas eleições de 2020 como vice-prefeito de Morro Redondo.

Segundo informações contidas no *site* da Prefeitura Municipal de Morro Redondo (SECRETARIA..., s.d.), são funções da SMDR-Tur:

[...] planejar e executar programas e atividades que visem a assistência e o desenvolvimento da propriedade rural conservando e ampliando o sistema rodoviário municipal com a construção e a conservação de estradas, pontes e bueiros, a administração dos serviços de oficina, qualificar e promover o turismo, a defesa sanitária, desenvolver as atividades agropecuárias e agroindustriais, saneamento básico rural e eletrificação rural.

O plano de ação da secretaria é investir esforços na qualificação e promoção de atividades agropecuárias e turísticas pensadas de forma a potencializar o desenvolvimento sustentável do município. O apoio às ações relacionadas à instalação e manutenção dos sistemas agroflorestais doceiros continua acontecendo normalmente após a troca de secretários. Nesse âmbito, acrescentamos a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo à associação formada entre a EMATER/RS-ASCAR e a EMBRAPA/RS.

O próximo actante identificado, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul, atua através da gestora de projetos de turismo, com o objetivo de incentivar e fortalecer o turismo em Morro Redondo. A ação do SEBRAE/RS começou a partir da assinatura de um convênio com o poder público, em 2013.

Tendo como marco inicial a criação do Roteiro Turístico Morro de Amores, o SEBRAE/RS organiza capacitações por meio de consultorias, cursos, palestras e formatação de produtos de turismo para divulgar a imagem do município como atração turística na região.

O plano de ação do SEBRAE/RS é aumentar a renda dos empreendedores a partir da oferta diversos produtos. Por orientação da instituição, as artesãs vinculadas à Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo criaram a coleção “Doces raízes”, cujos produtos são comercializados em lojinhas da cidade e nos eventos comemorativos até então realizados na região. Nesses eventos, a gastronomia local – que envolve as tradições doceiras coloniais – está sempre presente, assim como outros alimentos que contribuem para o acolhimento dos visitantes, para o aumento de renda e da autoestima dos produtores.

Outro aspecto do plano de ação do SEBRAE/RS diz respeito ao incentivo à abertura de museus na cidade, dentre eles “A Casa do Doce Colonial”. Nesse quesito, a literatura nos mostra que esse não é o caminho mais adequado à promoção do patrimônio cultural, pois os ditos museus podem contribuir para a turistificação do patrimônio e a degradação do bem, a partir da espetacularização e da potencialização de discursos excludentes, já que os museus não são campos neutros nem apolíticos.

O próximo actante, o Plano Municipal de Turismo, foi criado através da Lei n. 2.291, de 26 de agosto de 2020 (MORRO REDONDO, 2020), e assinada pelo até então prefeito, Diocélio Jaeckel. O plano resultou das discussões iniciadas no dia 25 de julho de 2018, no prédio da Câmara de Vereadores.

A reunião para a elaboração dos objetivos iniciais do plano contou com diversos representantes de segmentos da comunidade, como o prefeito Diocélio Jaeckel (PTB); o ex-prefeito Rui Brizolara (DEM); o secretário de Desenvolvimento Rural e Turismo, Flávio Almeida; o secretário de Educação, Cultura e Desporto, Anderson Güths (Teko); a presidente da Câmara de Vereadores, Silvia Wahast Islabão (DEM); os vereadores Márcio Zanetti (DEM), Thiarles Schneider (PT) e Marcos Pereira (PTB); a assessora do deputado estadual Pedro Pereira (PSDB), Angélica dos Santos, além de representantes das seguintes instituições: escritório municipal da EMATER/RS-ASCAR, SEBRAE, UFPel, Associação dos Empreendedores do Roteiro Morro de Amores, Conselho Municipal de Turismo, agência Morro de Amores Receptivo, Museu de Morro Redondo, Comunidade Quilombola Vó Ernestina, dentre outras.

A partir da oficina realizada pela consultora de turismo, contratada pelo SEBRAE/RS, os participantes foram divididos em quatro grupos para propor ações voltadas às questões ligadas à infraestrutura física do município em relação ao desenvolvimento do turismo; as ações de *marketing*; a organização de eventos e a descrição das potencialidades, fraquezas, ameaças e oportunidades locais. Ao final da oficina, os presentes construíram um plano de ações para os próximos quatro anos que criará a identidade turística do município.

O programa de ação do Plano Municipal de Turismo consiste em promover o desenvolvimento do município, atendendo as fraquezas ou oportunidades de melhorias nas áreas de acesso, apoio ao turista, hospedagem, gastronomia, inventário dos atrativos histórico-culturais, atrativos naturais, atrativos econômicos e eventos, tornando-se também um meio de receber ações de infraestrutura, promoção e qualificação do turismo local.

Reiteramos, conforme abordado em parte anterior, que o Plano Municipal de Turismo restringiu a salvaguarda das identidades do território aos aspectos culturais dos imigrantes e seus descendentes. Nesse aspecto, houve uma associação entre a Invernada Mini Mirim do CTG Cancela Grande, o Roteiro Morro de Amores e a Associação de Empreendedores Turísticos de Morro Redondo ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul.

Em nossa pesquisa, identificamos também o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como actante. Criado em 13 de janeiro de 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional atualmente é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do patrimônio cultural

brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

O plano de ação do IPHAN é fortalecer as ações de preservação no Brasil, garantindo o protagonismo dos detentores e produtores na gestão do seu patrimônio, para que tenha a sua sustentabilidade cultural. Percebemos a associação do IPHAN com o INRC.

Como próximo actante, trazemos o Grupo de Trabalho da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”. A concepção do GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia” surgiu, em 2018, durante a primeira reunião para a elaboração do plano de salvaguarda para as tradições doces coloniais, presidida pela até então técnica do IPHAN/RS, Beatriz Nunes Freire.

O GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia” conta com representantes da AETMORE, da EMATER/RS-ASCAR; da EMBRAPA/RS, da UFPel, do Museu Histórico de Morro Redondo, da Associação de Pequenos Agricultores e da Prefeitura Municipal, mas se encontra aberto à participação de outros representantes de entidades locais.

Tendo como pauta atualizar o INRC das tradições doces no tocante às contribuições de outros atores para o fazer doceiro colonial, o GT tem como meta viabilizar a construção de um Conselho Deliberativo, formado por representantes do próprio GT; da AETMORE, da EMATER/ASCAR; da EMBRAPA, do IPHAN/RS, da UFPel, do MHMR, do COMTUR e da Prefeitura Municipal, com o objetivo de elaborar ações de salvaguarda a curto, médio e longo prazo.

Como objetivos específicos, o GT tem a produção de conhecimento, a documentação e a ampliação do inventário; a promoção e valorização das tradições doces na sociedade; o desenvolvimento de um *blog* com o intuito de democratizar o conhecimento; a contribuição nos debates em relação à valorização dos saberes e do desenvolvimento local. Outro objetivo do GT diz respeito às discussões relacionadas à modificação da paisagem cultural a partir da retirada dos pomares de pessegueiros para o plantio da soja e a busca de alternativas para a questão. Segundo o articulador do GT, os resultados esperados são o fortalecimento da rede de atores envolvidos na salvaguarda das tradições doces e a elaboração de propostas, a organização e a execução de ações futuras.

No plano de ação do GT da Salvaguarda das tradições doces e das secretarias municipais citadas anteriormente, estavam previstas reuniões para o

primeiro semestre de 2020, tendo como pauta a discussão de políticas públicas protetivas indicadas às questões, mas, em função da pandemia causada pelo COVID-19, as reuniões foram suspensas temporariamente.

Percebemos aqui o dueto patrimônio e diversidade cultural fazendo oposição direta à Invernada Mini Mirim, ao SEBRAE/RS, à AETMORE, ao Roteiro Turístico Morro de Amores e ao próprio Plano Municipal de Turismo, cujos programas de ação possuem características do Discurso Autorizado do Patrimônio.

O Museu Histórico de Morro Redondo vem a ser o próximo actante a ser apresentado nessa rede. Pesquisas bibliográficas e conversas com os fundadores da instituição revelaram que o MHMR foi concebido em 2006, a partir de uma vontade de memória (NORA, 1993), de três moradores do município: Osmar Franchini, Ervino Büttow e Antônio Reinhard (*in memoriam*).

Na Figura 10, da esquerda para a direita, estão Antônio Reinhardt, Osmar Franchini e Ervino Büttow. Para a formação do acervo, Osmar Franchini realizou uma campanha na rádio local para incentivar os moradores a doar materialidades e imaterialidades. As coleções formadas representam a vida e os costumes locais, principalmente aqueles atrelados à ruralidade, temática principal da instituição, que preserva sua essência comunitária.



Figura 10 – Fundadores do MHMR

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2019.

Além de atividades museográficas no interior da instituição, o MHMR realiza ações externas no sentido de aproximar moradores e visitantes dos lugares de

memórias³³ (NORA, 1993) apropriados pelos idosos como patrimônios. As ações pensadas em conjunto com os membros da Associação Amigos da Cultura e com a equipe do projeto de extensão “Museu Morro-Redondense: Espaço de Memórias e Identidades” contam com o protagonismo dos fundadores do museu.

Com a finalidade de garantir seu fomento, o museu foi municipalizado em 2010, através da Lei Municipal n. 1.150/2010. Porém, sua gestão continua sendo feita de forma compartilhada com representantes da Associação Amigos da Cultura (que responde juridicamente pelo museu), com o secretário municipal de Educação, Cultura e Desporto, membros da sociedade civil do município, além da equipe do projeto de extensão.

O plano de ação do MHRM consiste em pôr em prática a missão da instituição através da sugestão, organização e participação de ações que promovam a reflexão, observação e interação das diversas parcelas da sociedade com o patrimônio cultural do município, ancoradas na perspectiva da diversidade e da multiculturalidade.

Percebemos aqui um programa de ação complexo que envolve os anseios das comunidades e a ação da Universidade Federal de Pelotas através do projeto de extensão “Museu Morro-Redondense: Espaço de Memórias e Identidades”.

O próximo actante a ser apresentado é a soja e a modificação da paisagem cultural. A entrada do plantio de soja em Morro Redondo, além de todos os problemas socioambientais conhecidos decorrentes desse cultivar, modifica a paisagem cultural, provocando a retirada dos pomares de pessegueiros. Através da compra e/ou arrendamento de áreas de pequenos agricultores endividados ou de idosos, os produtores de soja, muitas vezes externos à comunidade, estão inserindo a monocultura em espaços cada vez maiores – aspecto que preocupa vários setores locais, inclusive o turismo, que vende a paisagem natural como um atrativo do município.

Percebemos aqui um programa de ação essencialmente econômico e desenvolvimentista, com adoção e a implementação de uma agricultura mecanizada que não comporta a preservação do patrimônio cultural em seu horizonte.

E, para finalizar a apresentação dos actantes dessa rede, trazemos a pandemia de COVID-19. A pandemia causada pelo COVID-19 atuou de maneira intensa nas

³³ Por “lugares de memória”, Pierre Nora (1993) entende como sendo locais de negociação de lembranças que fundamentam identidades, funcionando como gatilhos de evocação de memórias que se fazem necessários para evitar o apagamento delas.

ações de salvaguarda das tradições doceiras que estavam previstas para 2020. Em virtude dos protocolos de segurança adotados pela Prefeitura Municipal, os eventos públicos foram cancelados e as poucas reuniões que aconteceram se utilizaram, principalmente, das plataformas digitais para as discussões. Tal fato diminui o número de participantes locais devido aos problemas relacionados ao acesso e à acessibilidade deles.

Em virtude da pandemia, nossos instrumentos de coleta de dados foram modificados e, com o cancelamento dos eventos previstos para 2020, as dinâmicas das redes foram abaladas também. Como exemplos, destacamos o fechamento temporário de empreendimentos turísticos em respeito aos protocolos de segurança nos períodos de ascensão da curva de transmissão do vírus, além do fechamento do Museu Histórico de Morro Redondo desde o início da pandemia, em respeito aos fundadores que fazem parte do grupo de risco, aos alunos vinculados ao projeto de extensão da UFPel, aos moradores e visitantes. Nesse âmbito, nós nos solidarizamos com os familiares dos idosos que faleceram vitimados pelo Coronavírus. Além da extrema dor que a ausência física dessas pessoas tem causado, reiteramos a lacuna que eles deixaram em relação às ações de preservação do patrimônio cultural no município.

4.1.1 As controvérsias na rede estudada

Conforme abordamos anteriormente, as controvérsias são a porta de entrada na rede. Através delas, é possível acompanharmos a movimentação dos actantes e, conseqüentemente, a dinâmica da própria rede. Em relação à importância das controvérsias para a Teoria Ator-Rede, Latour (2012) afirma a necessidade do pesquisador da ANT se alimentar de incertezas e de perplexidades, pois esses são os aspectos que contribuem para fortalecer o social (entendido como as associações entre os actantes) e para a produção do conhecimento. O processo “tem de ser tão custoso quanto a necessidade de estabelecer as conexões entre os muitos mediadores que populam a cada passo”³⁴ (LATOUR, 2012, p. 179). A associação e o

³⁴ Para a ANT, mediadores são os actantes que “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOUR, 2012, p. 65). É aquele actante que, em decorrência de suas ações, imprime dinamismo à rede de associações.

reagrupamento entre os mediadores e os intermediários³⁵ nasce com as controvérsias.

Em nosso lócus de pesquisa, identificamos as seguintes controvérsias:

- Os detentores do saber-fazer pouco participam das ações de salvaguarda.
- A narrativa de que os detentores do saber-fazer sempre utilizam e/ou utilizaram o tacho de cobre.
- O relato de idosas produtoras de doce no Açoita Cavalo de que o doce de tacho não é tão importante a ponto de ser um patrimônio (o Açoita Cavalo é um território que, segundo o INRC das tradições doceiras em Pelotas e na Antiga Pelotas, disputa com o Santo Amor a autenticidade das passas de pêssego).
- A relação conflituosa entre tradição e Estado, através das políticas de salvaguarda da diversidade cultural que colocam o registro de bens imateriais de um lado e as normativas da ANVISA de outro no tocante à regulamentação da produção doceira tradicional.
- O doce colonial de Morro Redondo utiliza menos açúcar, é um doce mais saudável que os tradicionalmente feitos com as receitas europeias³⁶.
- Existem novos detentores que não estão no INRC e não têm voz nas ações de salvaguarda do patrimônio imaterial – que deveriam potencializar a diversidade.
- Narrativas que entendem que, pelo fato de os quilombolas não fazerem doce no tacho, não poderão ser inseridos como agentes das tradições doceiras.
- Em Morro Redondo, o doce não é utilizado para oferendas³⁷ em rituais religiosos.

³⁵ Os intermediários são definidos por Latour (2012, p. 65) como “aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los. [...] Um intermediário pode ser considerado não apenas uma caixa-preta, mas uma caixa-preta que funciona como uma unidade, embora internamente seja feita de várias partes”. Percebemos então que “as verdades” relacionadas às tradições doceiras podem funcionar como intermediários ou como mediadores, a depender da ação que elas causem na rede.

³⁶ Relato obtido em entrevista semiestruturada que realizamos em 2020 com alguns moradores quilombolas e com empreendedores doceiros de Morro Redondo.

³⁷ Cerqueira e Ferreira (2016, p. 80) explicam que alguns tipos de doces são oferecidos aos orixás, entidades oriundas da religiosidade africana responsáveis pela criação e governo do mundo, em rituais religiosos: “Geralmente quando se faz uma oferenda à Oxum, os presentes preferidos da orixá são os quindins - pequenos doces feitos de gemas de ovos, açúcar e coco - que ficam dispostos em bandejas enfeitadas; quem Ihe oferece esses docinhos amarelos, além de fazer um agrado à deusa, também está Ihe pedindo que zele por suas relações afetivas e riquezas materiais”.

Sobre as controvérsias, ressaltamos que elas foram importantes para que determinássemos quais atores iríamos rastrear. Por conta delas, escolhemos seguir as trilhas deixadas pelo tacho de cobre. A nossa escolha está baseada na seguinte afirmação: “Para serem levados em conta, os objetos precisam ingressar nos relatos. Quando não deixam rastros, não fornecem nenhuma informação ao observador e não produzem efeito visível em outros agentes” (LATOUR, 2012, p. 65).

Latour (2012, p. 118-119, grifo do autor) faz a seguinte ressalva:

Os objetos, pela sua própria natureza de seus laços com os humanos, logo deixam de ser mediadores para se transformarem em intermediários, assumindo importância ou não, independentemente de quão complicados podem ser por dentro. Eis que alguns truques precisam ser inventados para *forçá-los a falar*, ou seja, apresentar descrições de si mesmo, produzir roteiros daquilo que induzem em outros – humanos ou não-humanos a fazer.

Em nossa pesquisa, percebemos que, até o momento, o tacho de cobre sempre atuou na rede, mesmo na ocasião em que ele parecia estar em silêncio (como ocorreu no caso da ação realizada na Comunidade Quilombola Vó Ernestina, que será descrita em tópicos seguintes) ou que não participou de forma física do evento (como o ocorrido na reunião para a elaboração do Plano Municipal de Turismo).

Em relação à atuação dos humanos e não humanos, Latour (2012, p. 119, grifo do autor) traz a seguinte diferenciação:

[...] quando os humanos voltam a ser mediadores, já quase não se pode detê-los. Uma sequência vaga de dados tem início, ao passo que os objetos, por mais importantes, eficientes, essenciais ou necessários que sejam, tendem a recuar depressa para os bastidores, interrompendo o fluxo de dados – e, quanto mais importante são, mais rapidamente desaparecem. Não é que deixem de agir; sucede apenas que seu modo de ação já não está mais *visivelmente conectado* aos laços sociais costumeiros, pois dependem de tipos de forças escolhidos justamente por suas diferenças em relação aos vínculos sociais normais.

Reiteramos que, no estágio atual de pesquisa, talvez em decorrência da importância dada a ele pelo plano de ação do Inventário Nacional de Referências Culturais das tradições doceras em Pelotas e na Antiga Pelotas, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Associação dos Empreendedores de Turismo em Morro Redondo, do Centro de Tradições Gaúchas Cancela Grande e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o tacho de cobre ainda não se retirou do palco.

4.2 As trilhas deixadas pelo tacho de cobre e as alterações provocadas na rede

Fizemos uma descrição das ações realizadas pelo tacho de cobre como actante em diversos eventos acontecidos, majoritariamente, durante o período de abril de 2018 a outubro de 2020 (exceção feita para a I Festa do Doce Colonial, que aconteceu em julho de 2017; ressaltamos que esse evento foi incluído na pesquisa em função da ressonância que ele teve). Após a descrição, trazemos uma análise prévia das ações através da perspectiva da Teoria Ator-Rede e do suporte teórico do Discurso Autorizado do Patrimônio.

Como instrumentos metodológicos para a elaboração da rede nos diversos eventos analisados, foram utilizadas as descrições etnográficas a partir do nosso caderno de campo, de documentos impressos e de imagens disponibilizados pelos atores.

4.2.1 A visita da conselheira do IPHAN

No dia 1º de abril de 2018, a conselheira do IPHAN, Márcia Sant'Anna, esteve em Morro Redondo antes de emitir o parecer final sobre o registro do bem cultural realizado no mesmo ano. Essa reunião contou com a participação da até então técnica do IPHAN/RS, Beatriz Muniz Freire; do prefeito da cidade, Diocélio Jaeckel (PDT), de vereadores, de mobilizadores do turismo rural, de pouquíssimos doceiros, alguns representantes da UFPel e instituições de Morro Redondo, além dos fundadores do Museu Histórico. O evento foi dirigido pela então representante do Roteiro Morro de Amores, Angélica Boettge dos Santos, e contou com a fala do diretor do patrimônio imaterial do IPHAN, Hermano Guanais e Queiroz, dentre outras autoridades presentes.



Figura 11 – Abertura do evento pela representante do Roteiro Turístico Morro de Amores
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Em sua fala, Angélica destacou a importância do registro para o desenvolvimento do turismo rural em Morro Redondo e convidou Hermano Queiroz a se pronunciar.



Figura 12 – A importância do registro pela fala do diretor do patrimônio imaterial do IPHAN
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Segundo Hermano, a construção do patrimônio cultural imaterial deve ser feita a partir do olhar que a própria comunidade tem a respeito do patrimônio que é considerado importante para eles. Em seguida, o diretor definiu o Registro dos Doces de Pelotas e da Antiga Pelotas como um pacto cultural e a possibilidade de realização de ações de salvaguarda como uma forma de conter as ameaças e de enfrentar os desafios relacionados ao patrimônio em questão.



Figura 13 – Autoridades presentes no evento
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Observamos o comparecimento irrisório dos detentores do saber-fazer, como também a ausência da participação popular no evento. Ao questionarmos a então representante do Roteiro Turístico Morro de Amores sobre essa ausência, ela respondeu que “esse é um problema sério no município, pois as pessoas não se interessam pelas discussões. É sempre o mesmo grupo que se envolve” (informação verbal). Verificamos, então, a necessidade da promoção de ações educativas para fomentar a patrimonialização das tradições doceiras no município.

Ressaltamos que, nesse evento, o tacho de cobre pertencente ao acervo do Museu Histórico de Morro Redondo atuou como um híbrido cuja mediação ressaltou as marcas de uso e o conserto executado por um grupo de ciganos que viveu temporariamente em Morro Redondo, provocando o desejo em outros atores de buscar a influência desses grupos na história das culturas doceiras no município. O fato narrado pelo doador do artefato, Ervino Büttow, fez com que a consultora do IPHAN desejasse conhecer a instituição.



Figura 14 – A visita da consultora do IPHAN ao Museu Histórico
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2018.

Conforme mencionado anteriormente, a presença irrisória dos detentores do saber-fazer e a ausência da participação popular constituíram as primeiras controvérsias do fenômeno estudado em nossa pesquisa. Em relação à atuação dos actantes no evento analisado, observamos que foram mediadores: o tacho de cobre, o INRC, a ANVISA, a AETMORE, o Roteiro Morro de Amores, a EMATER/RS-ASCAR, a EMBRAPA/RS, a SMDR-Tur, o SEBRAE/RS, o IPHAN e o COMTUR. Atuaram como intermediários o CTG Cancela Grande, o Museu Histórico de Morro Redondo e a SMCD.

As ausências do Plano Municipal de Turismo e do GT da Salvaguarda são explicadas por conta da inexistência desses atores nessa época. Isso se deu em relação à entrada da soja nas discussões e à modificação da paisagem causada por ela, que só aconteceram a partir de 2019.

Percebemos também a associação entre o Roteiro Morro de Amores, o IPHAN, o SEBRAE e do Conselho Municipal de Turismo. Nesse momento, todos se aproximaram em decorrência da apropriação feita do INRC. Em contrapartida, observamos a aproximação entre a EMATER/RS-ASCAR, a EMBRAPA, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo, a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e o Museu Histórico de Morro Redondo como articuladores de uma narrativa plural em relação ao patrimônio estudado.

4.2.2 A entrega do Certificado de Doceiro Tradicional

A solenidade de entrega do certificado que confere as tradições doceiras da região de Pelotas e Antiga Pelotas foi organizada pela Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo, com ajuda dos seus parceiros. O evento contou com a presença da ex-presidente do IPHAN, Kátia Bogéa, e da ex-superintendente do IPHAN/RS, Beatriz Muniz Freire. Também estiveram presentes o prefeito e secretários do município, vereadores, representantes das instituições e associações locais, empresários, educadores, o SEBRAE, a EMBRAPA, a EMATER, os fundadores do Museu Histórico de Morro Redondo, cerca de 30 doceiros e representantes da UFPel (representados pela Antropologia e a Museologia). Estiveram presentes também crianças do CTG Cancela Grande que trabalham com a temática doceira, além da Corte³⁸ de Morro Redondo, formada pela rainha da cidade e as duas princesas.

Em nosso caderno de campo, registramos tópicos da fala da ex-presidente do IPHAN. No início do seu pronunciamento, Kátia Bogéa ressaltou que o patrimônio imaterial registrado não foi o doce colonial e sim as pessoas que detinham o saber-fazer, no caso, os idosos designados como os detentores de conhecimentos passados de geração a geração. Kátia Bogéa defendeu que a tradição doceira não é estática e que as gerações futuras sempre contribuirão nessa trajetória humana com o olhar delas. Ela também recomendou que os problemas deverão ser enfrentados, principalmente aqueles relacionados à legislação vigente, no que diz respeito à restrição do uso do tacho de cobre e do mexedor de madeira.

Ao se referir à questão do turismo e do patrimônio doceiro, Kátia Bogéa se direciona ao SEBRAE e ressalta que o turismo é bom e que pode possibilitar o aumento de renda familiar, mas recomenda cautela em relação à massificação turística e pede que esse “tesouro que Morro Redondo tem (as pessoas e o saber-fazer) seja defendido”.

³⁸ Anualmente, é realizada uma seleção para a formação da Corte de Morro Redondo, formada pela rainha e duas princesas. As candidatas eleitas por autoridades locais e convidados representam o município e divulgam a imagem dele em eventos festivos e oficiais utilizando, para isso, trajes especialmente confeccionados para a performance.



Figura 15 – A entrega do certificado aos detentores

Fonte: Acervo da autora, 2018.

Ao final, a ex-presidente do IPHAN elogiou o trabalho realizado pelo Museu Histórico de Morro Redondo no fortalecimento das memórias e identidades referentes às tradições doceiras, como também no trabalho intergeracional realizado com vistas à continuidade das tradições e sugeriu que a instituição seja reconhecida como um Centro de Referência para a Salvaguarda das tradições doceiras em Morro Redondo.

Percebemos, então, a seguinte mudança na rede: foram mediadores a ex-presidente do IPHAN, o Tacho de Cobre, o INRC, a ANVISA, a AETMORE, o Roteiro Morro de Amores, a EMATER/RS-ASCAR, a EMBRAPA/RS, a SMDR-Tur, o SEBRAE/RS, o IPHAN, o COMTUR, o CTG Cancela Grande e o Museu Histórico de Morro Redondo. Os cerca de 30 detentores do saber-fazer atuaram como intermediários. Vale ressaltar que essa foi a primeira vez em que os doceiros compareceram em tão grande número em um evento formal. Em relação às associações, percebemos que não houve mudança em relação ao primeiro evento analisado.

4.2.3 A primeira reunião para elaboração do plano de ação para a salvaguarda das tradições doceiras

Foram realizadas duas reuniões para a elaboração do plano de salvaguarda em Morro Redondo. Na primeira delas, a representante da superintendência do IPHAN/RS era a historiadora Beatriz Muniz Freire. Devido à aposentadoria da servidora, a segunda reunião foi realizada quase 11 meses após a primeira, tendo

como propósito atualizar o então responsável técnico, o antropólogo Caetano Sordi, em relação aos trabalhos já efetuados.

Percebemos que esse fato, inicialmente, reverberou negativamente no sentido de “esfriar os ânimos iniciais dos envolvidos” em relação ao andamento do processo de construção do plano de ação para a salvaguarda. Atribuímos a resposta dos envolvidos em relação à pessoa do técnico por ele ser um “novo outro” na comunidade e também em decorrência da lentidão dos protocolos da troca dos técnicos.

A primeira reunião para elaboração do plano de salvaguarda das tradições doceras coloniais em Morro Redondo foi realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Centro Cultural de Eventos Valdino Krause. Promovida pelo Roteiro Turístico Morro de Amores, a reunião contou com a presença dos parceiros do roteiro e com o apoio técnico do IPHAN/RS. A ata da reunião, produzida pela técnica do IPHAN/RS, Beatriz Freire, pode ser lida na íntegra em IPHAN (2018a).



Figura 16 – A primeira reunião de Salvaguarda
Fonte: Página de Diones Forlan Nunes no Facebook, 2018.

Para o evento, o IPHAN/RS elaborou e divulgou o seguinte convite:

Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas
1ª Reunião de Salvaguarda – Tradição de Doces Coloniais
 20 de novembro de 2018 – das 9:30 às 11:30h e das 14:00 às 17:00 horas
 Centro de Eventos Valdino Krause
 Av. Jacarandá, 153 – Morro Redondo



As Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas foram registradas pelo Iphan como patrimônio cultural brasileiro, em maio de 2018. Desenvolvidas durante o século XIX, a Tradição de Doces Finos e a Tradição de Doces Coloniais permanecem vivas e se tornaram um símbolo da região.

A salvaguarda desse bem cultural deve ser elaborada com as doceiras e doceiros, e executada, de forma colaborativa, com instituições e poderes públicos.

O Iphan convida os detentores do saber doceiro a participarem desse processo, na 1ª Reunião de Salvaguarda - Tradição de Doces Coloniais, que se realizará no próximo dia 20 de novembro, no Centro de Eventos Valdino Krause, em Morro Redondo, das 9:30 às 11:30h e das 14:00 às 17 horas.

Para esclarecimentos, entre em contato com o Iphan no Rio Grande do Sul, pelo telefone (51) 3311-7722 (falar com Beatriz) ou pelo e-mail beatriz.freire@iphan.gov.br



Figura 17 – Convite para a primeira reunião de Salvaguarda
 Fonte: IPHAN/RS, 2018.

O jornalista e radialista Diones Forlan Nunes, autor das postagens a seguir, acompanhava as ações de salvaguarda e as publicava em sua página pessoal do Facebook. Vale ressaltar que a população de Morro Redondo costuma interagir com ele por esse meio. Segundo postagem³⁹, a técnica do IPHAN/RS, Beatriz Muniz Freire, considerou:

³⁹ Postagem realizada em 6 de junho de 2018. O *post* não se encontra mais *online* na página do Facebook do jornalista, trazemos aqui a reprodução de dados coletados durante a pesquisa.

[...] importante o encontro para vislumbramos os caminhos que visam principalmente garantir a continuidade de manter viva e valorizar a tradição doceira que foi registrada neste ano em Brasília no livro dos saberes, por isso é importante que as doceiras e doceiros participem de futuros encontros, que os jovens conversem com os mais velhos para ouvir as histórias do saber fazer, podendo no futuro inclusive ser realizadas oficinas que revitalizem a tradição doceira, portanto cabendo a nós auxiliar a assegurar que esta tradição seja divulgada e promovida, tendo por objetivo com ações participativa, proporcionar autonomia dos detentores, articulação interinstitucional e sustentabilidade do bem cultural.

O jornalista publicou também que a técnica do IPHAN/RS citou que será criado um plano de salvaguarda em conjunto, informando que:

Durante o encontro foi elencado através de apontamentos pelos grupos de trabalho os entraves e os problemas de fácil solução, quanto aos potenciais para preservação do doce colonial citados, a história, tradição do saber fazer e de família, manter para futuras gerações, jeito colonial aliado a qualidade da matéria-prima e próxima da produção, produto saudável, mercado em expansão, potencialidade da cadeia produtiva, informalidade, valorização artesanal, fomenta o turismo, fonte de geração de renda. Já os pontos frágeis e que ameaçam a preservação apontados foram, legislação (burocracia), divulgação, pouca valorização dos produtos, apoio de órgãos, instabilidade climática, custo do material de produção e continuidade de mercado.⁴⁰

Embora o convite tenha sido divulgado na rádio local e em redes sociais, percebemos a mínima participação dos doceiros e a ausência dos representantes das indústrias conserveiras; dos quilombolas e de moradores sem relação direta com o PCI. Em contrapartida, houve presença massiva de empreendedores turísticos, autoridades regionais, além da UFPel (representada pela Antropologia e a Museologia).

Através do pronunciamento da então superintendente do IPHAN/RS, Beatriz Muniz Freire, ressaltou-se que um plano de salvaguarda não se faz sem a presença dos detentores do saber-fazer e sem a presença massiva da comunidade. Segundo ela, dentre os aspectos que foram levantados, uma das ameaças é a dificuldade de circulação dos doces e a questão da vigilância sanitária. Beatriz também informou que existem quatro grandes eixos da salvaguarda: o da mobilização social; o das ações de gestão compartilhada; o da difusão e valorização do bem cultural e o das ações que apoiam a continuidade do bem registrado.

Após o pronunciamento do IPHAN/RS, através da ex-superintendente, percebemos uma movimentação entre os actantes. Nesse momento, a Secretaria

⁴⁰ Postagem realizada em 6 de junho de 2018.

Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo, a EMBRAPA/RS, a EMATER/RS-ASCAR e o Museu Histórico de Morro Redondo se associaram ao IPHAN/RS em virtude da formação de um Grupo de Trabalho para a Salvaguarda com o objetivo desenvolver ações que visem a continuidade do bem.

Ao fim da reunião, o então secretário municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo reforçou a necessidade da elaboração do Plano Municipal de Turismo para que fossem pensadas, de forma coletiva, ações de curto, médio e longo prazo em relação ao desenvolvimento do turismo em Morro Redondo. Em sua fala, o ex-secretário ressaltou a importância da elaboração de um projeto de lei que defina as diretrizes e apoio do poder público municipal em relação à abertura e legalização de agroindústrias familiares que produzem doces, pois, dessa forma, novos atores surgiriam.

Percebemos também que o Roteiro Morro de Amores, a AETMORE e o SEBRAE estavam associados em função do desenvolvimento do turismo e do potencial de atração do PCI em função das tradições doceras coloniais por participarem do Grupo de Trabalho da Salvaguarda destinado à difusão e valorização dos bens culturais, apoiando-se, inicialmente, na problemática relacionada à comercialização dos doces.

4.2.4 A reunião para a elaboração do Plano Municipal de Turismo

As primeiras discussões em relação à necessidade da elaboração do Plano Municipal de Turismo em Morro Redondo surgiram quando existiam apenas seis empreendedores no setor. As ações voltadas ao desenvolvimento turístico no município resultam de um contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e o SEBRAE desde 2013.

Com o olhar voltado às potencialidades locais, a gestora do SEBRAE/RS, responsável pela implementação de ações de fomento ao turismo rural, associou as tradições doceras ao discurso turístico. Com isso, o SEBRAE/RS, além de prestar assessoria técnica e auxiliar na organização dos eventos voltados à divulgação e valorização dos doces coloniais, capacitou um grupo de artesãs do município para que elas criassem a “Coleção Doces Raízes”. Em matéria divulgada na página do SEBRAE (TURISMO..., 2017, grifo nosso), a gestora revela:

Hoje integram o Morro de Amores 17 empreendedores de micro e pequenas empresas locais. Todos eles recebem consultorias e assessorias em turismo rural focadas em formatar produtos (que vão desde alimentos orgânicos crus, doces, até artesanato) e ecoturismo, além de orientações de gestão de processos, pessoas, marketing e outros atributos para administrarem bem os negócios. Nesse contexto, o investimento do SEBRAE/RS está em torno de R\$ 55 mil entre consultorias e capacitações no ano de 2017. [...] além da importância do aumento de turistas, visitantes que consomem produtos e serviços na cidade, *“estamos percebendo a elevação da autoestima da comunidade, com o envolvimento de várias pessoas no turismo receptivo, além do interesse em crescer, na geração de empregos e no bem-estar para todos”*.

A reportagem revela também o discurso da AETMORE, através da fala do então presidente e proprietário do Hotel Fiss:

Os resultados parecem bom demais, mas são realidade. *Estamos vendo uma transformação que é boa para todos, não somente para alguns*. Até mesmo questões como o paisagismo da cidade entram em nossas pautas. O envolvimento da comunidade produzindo mudas de flores, por exemplo, é muito bonito, anima-se ele (TURISMO..., 2017, grifo nosso).

No tocante à inclusão das tradições doceiras coloniais na elaboração do Plano Municipal de Turismo, a ação começou a ocorrer a partir da palestra “Criatividade e Turismo” e de uma oficina voltada à construção coletiva de um documento para embasar o plano. Segundo o Jornal Tradição, em matéria veiculada no dia 9 de agosto de 2019 (FORLAN, 2019a):

[A] Prefeitura de Morro Redondo firmou um convênio com o Sebrae, que oportuniza – através do projeto Cooperação e Governança (Coopergov), gerido por Jussara Argoud – realizar oficinas e apoiar a criação do Plano Municipal de Turismo. Discutido no dia 25 de julho, no prédio da Câmara de Vereadores, o plano contou com diversos representantes de segmentos da comunidade, como o prefeito Diocélio Jaeckel (PTB), ex-prefeito Rui Brizolara (DEM), secretário de Desenvolvimento Rural e Turismo, Flávio Almeida, secretário de Educação, Cultura e Desporto, Anderson Güths (Teko), presidente da Câmara, Silvia Wahast Islabão (DEM), os vereadores Márcio Zanetti (DEM), Thiarles Schneider (PT) e Marcos Pereira (PTB), a assessora do deputado estadual Pedro Pereira (PSDB), Angélica dos Santos, Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar, Sebrae, Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Associação dos Empreendedores do Roteiro Morro de Amores, o Conselho Municipal de Turismo, agência Morro de Amores Receptivo, Museu de Morro Redondo, Comunidade Quilombola Vó Ernestina, entre outros. Aproveitando a estada no município, a consultora de Turismo, Ivane Fávero, comentou que esta oficina realizada elencou, através da análise de grupos divididos entre os quatro eixos do plano que envolve infraestrutura, turismo, marketing e eventos, as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, além de invocar um plano de ações para os próximos quatro anos que criará a identidade turística do município.



Figura 18 – Participantes da oficina para elaboração do Plano Municipal de Turismo
Fonte: Forlan, 2019a.

Segundo a consultora contratada para a construção da proposta que embasou o Plano Municipal de Turismo, foi utilizada a metodologia participativa e integrada do Programa Líder, Liderança para o Desenvolvimento Regional, e do projeto Cooperação e Governança para o Turismo da Costa Doce (Coopergov).

A proposta da oficina consistiu em trabalhar em dois turnos para vencer “5 dias em 1”. Para isso, a mediadora estimulou a participação de todos os representantes dos segmentos público e privado; das comunidades, empreendedores, professores etc., no sentido de evidenciarem as fraquezas e potencialidades do município, além de pensarem em ações a curto, médio e longo prazo que estejam voltadas à melhoria do turismo local.

Como resultado positivo da oficina, além da elaboração conjunta das ações, destacamos a fala de professores, moradores e representantes de instituições locais ao discutirem os efeitos maléficos ao município, caso o turismo associasse seu discurso tão somente à contribuição dos descendentes dos imigrantes europeus. Durante a elaboração das metas que estão no plano, ficou previsto que os empreendedores do setor investiriam esforços na promoção do turismo de experiência, oferecendo a oportunidade de realização de trilhas ecológicas, oficinas de feitiço de doces artesanais e vivências no meio rural.

O Plano Municipal de Turismo foi entregue no primeiro trimestre de 2020. Segundo o então secretário municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo de Morro Redondo, existe uma cópia do documento na SMDR-Tur que está disponível à apreciação de todos.

4.2.5 A segunda reunião para a elaboração do plano de ação para a salvaguarda das tradições doces coloniais

A segunda reunião para institucional voltada à salvaguarda das tradições doces coloniais foi realizada no dia 8 de outubro de 2019, no Centro Cultural de Eventos Valdino Krause. Promovida pelo Roteiro Turístico Morro de Amores, a reunião contou com a presença dos parceiros do roteiro e do técnico do IPHAN/RS, Caetano Sordi.

O convite elaborado pelo Roteiro Turístico Morro de Amores foi divulgado pelas redes sociais e pela rádio local. O material impresso foi colocado na entrada dos estabelecimentos comerciais.



MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



Convite

2ª Reunião de Salvaguarda – Tradição Doceira Colonial

As Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Turucu e Morro Redondo) foram registradas, em maio de 2018, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio cultural brasileiro de caráter imaterial. A partir de então, iniciou-se o processo de salvaguarda desses bens culturais, que consiste na elaboração de iniciativas para a proteção e valorização. Tais iniciativas devem ser planejadas e executadas com as doceiras e com os doceiros, bem como com instituições e poderes públicos. Frente a isso, o IPHAN, junto ao Roteiro Morro de Amores, o convidam para participares do processo e estará realizando a 2ª Reunião de Salvaguarda da tradição doceira colonial, que se vai acontecer no próximo dia 08 de outubro de 2019, no horário das 13:30 às 18:00 horas, no Centro de Eventos Valdino Krause, localizado na Av. Jacarandá, nº 153 – cidade de Morro Redondo. O objetivo da reunião é reunir demandas para fazer o planejamento das atividades de salvaguarda.

Assuntos propostos para discussão:

- Apresentação da memória da Primeira Reunião realizada no dia 20 de novembro de 2018;
- Apresentação do Grupo de Trabalho para a salvaguarda dos saberes e modos de fazer doces coloniais;
- Relatos de iniciativas de valorização da tradição doceira;
- Planejamento e organização das atividades.

Figura 19 – Convite para a segunda reunião de Salvaguarda

Fonte: Página do Roteiro Turístico Morro de Amores no Facebook, 2019.⁴¹

O objetivo da reunião era comentar sobre a troca de representantes do IPHAN e o reinício dos trabalhos, observando se seria um evento político. Houve representantes das instituições e dos doceiros, mas pouca presença de populares.

Em matéria divulgada em 22 de outubro de 2019, no site do Jornal Tradição, Forlan (2019b) informa que:

⁴¹ Disponível em: https://web.facebook.com/morrodeamores/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 26 out. 2022.

A segunda reunião de Salvaguarda da Tradição dos Doces Coloniais da Região de Pelotas e Antiga Pelotas foi realizada na quarta-feira (9), no Centro Cultural de Eventos Valdino Krause, comandada e orientada pelo novo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan), no Rio Grande do Sul, Caetano Sordi. Na ocasião, houve também visita à fábrica de doces de Jordão Costa Gomes, agroindústria João de Barro e à propriedade agroecológica de Márcia Scheer.

Para conhecimento do novo técnico do Iphan relatou-se as demandas da primeira reunião, ocorrida ano passado, que visam ampliar as ações de preservação, legislação e burocracia para início de atividades, matéria-prima – algumas em extinção –, condições edafoclimáticas – relacionado ao clima e solo –, além da ampliação do conhecimento das tradições, aumento da produção de frutas e obtenção de políticas de salvaguarda que visem proteção, valorização e sustentabilidade.

Foi apresentado pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto ações que estão sendo feitas no município para preservar esta tradição, sendo trabalhado com apoio de professores e do Museu, que explicam aos alunos o que são os doces, a importância para o município. Buscou-se também apoio das universidades que potencializam formas de proteger e criar ações para manter a salvaguarda para alunos da escola de educação infantil e com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por intermédio de atividades de culinária por meio de receitas.

Além disso, o grupo de mulheres quilombolas Pérolas Negras está valorizando os conhecimentos resgatando suas memórias. Artesãos com artesanato voltado ao saber do doce colonial utiliza pinturas em tecido, em madeira, palha de milho e com bonecas preservando o imaterial para manter vivas essas memórias. Já o Museu de Morro Redondo começou um trabalho neste ano de resgate da história das indústrias de conservas.

Outro aliado é o grupo de Salvaguarda e de Sistema Agroflorestal (SAF) doceiro que está resgatando as variedades de frutas que se tinha na região, onde na segunda segunda-feira de cada mês o grupo se reúne numa área demonstrativa cedida pela secretaria de Desenvolvimento Rural e Turismo através de mutirões. E as internadas do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Cancela Grande trabalham temática da tradição doceira despertando desde pequenos o interesse por manter a nossa tradição com memória viva.

O jornal (FORLAN, 2019b) ainda relata que:

A partir do próximo ano queremos fazer um planejamento de ações com eixos que possam ter um acompanhamento mais seguido e que possam resolver através de diálogo com os responsáveis pela vigilância sanitária, visando a viabilização dessa produção para comercialização, apoiando a educação patrimonial e o trabalho de resgate das culturas pelo grupo do SAF doceiro que conta com apoio da Emater e Embrapa.

Participaram da reunião o prefeito Diocélio Jaeckel (PTB), presidente da câmara Silvia Wahast Islabão (DEM), vereadores Thiarles Schneider (PT), Marcos Pereira (PTB) e Marcio Zanetti (DEM), além da assessora do deputado estadual Pedro Pereira (PSDB), Angélica dos Santos e o assessor do deputado estadual Zé Nunes (PT), Denis Peglow. Os secretários municipais, representantes da Emater/Ascar municipal e do Arroio do Padre, da Embrapa, da Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), do Museu de Morro Redondo, do CTG Cancela Grande, dos Quilombolas e dos doceiros também estiveram presentes.

A matéria elenca os participantes da 2ª Reunião da Salvaguarda, demonstra as ações realizadas durante o evento e demonstra o plano de ação do SAF Doceiro como grupo de ação para a salvaguarda.



Figura 20 – A presença do técnico do IPHAN/RS durante a segunda reunião de Salvaguarda
Fonte: Forlan, 2019b.

A observação participante realizada e a leitura dos documentos anteriores nos permitem demonstrar as associações ocorridas no evento. O primeiro grupo, formado por Roteiro Morro de Amores, AETMORE e IPHAN (com apoio do Governo Federal), contou com a mediação do tacho de cobre, EMBRAPA/RS, EMATER/RS-ASCAR e CTG Cancela Grande. As ações foram pensadas com o intuito de potencializar o plano de ação do INRC, além de divulgar espaços relacionados ao feito do doce colonial, como forma de potencializar um turismo de experiência.

O segundo grupo foi formado pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a UFPel, o Museu Histórico de Morro Redondo, as escolas municipais de educação infantil, os alunos e uma professora da Educação de Jovens e Adultos (estes dois últimos, moradores da Comunidade Quilombola Vó Ernestina). Os actantes atuaram como mediadores com o intuito de comunicar as ações realizadas em prol da continuidade das tradições através do diálogo intergeracional. Ressaltamos o empenho dos alunos e da professora do Programa de Educação de Jovens e Adultos na busca de relatos de contribuições quilombolas relacionados ao saber-fazer doceiro colonial.

O terceiro grupo de mediadores, formado pela EMATER/RS-ASCAR, a EMBRAPA/RS, o Museu Histórico de Morro Redondo e o GT da Salvaguarda, teve como objetivo relatar as primeiras ações realizadas pelo SAF Doceiro, que está sendo consolidado após discussões sobre o impacto da soja sobre a paisagem local. O SAF Doceiro se preocupa também em incentivar o plantio e a utilização de espécies vegetais que demonstram as contribuições multiétnicas relacionadas às tradições doceiras coloniais.

Percebemos que todos os actantes atuaram como mediadores. Cabe ressaltar também o sentimento de felicidade relatado pelo pesquisador da EMBRAPA/RS porque a instituição estava realizando atividades voltadas ao fortalecimento da agricultura local relacionada à salvaguarda das tradições doceiras.

Convém ressaltar a pequena presença de doceiros nas reuniões relacionadas à elaboração do plano de salvaguarda. Narrativas locais demonstram que doceiros não legalizados têm resistência em participar diretamente de atividades locais por medo de serem denunciados para os órgãos de fiscalização.

Outro relato bem recorrente em relação à pequena participação dos doceiros em atividades diz respeito ao cansaço deles em relatar as dificuldades vivenciadas por eles aos diversos especialistas que já visitaram Morro Redondo e não obter uma resposta conclusiva em relação à demanda de muitos: a liberação do uso do tacho de cobre para o fazer dos doces.

4.2.6 As Festas do Doce Colonial

A Festa do Doce Colonial estaria em sua quarta versão em 2020, caso não tivesse sido cancelada em função da pandemia de COVID-19. É realizada pelo Roteiro Morro de Amores, a AETMORE e o SEBRAE/RS, que atuam como mediadores. Os organizadores optaram por realizar a Festa do Doce Colonial em um dos finais de semana em que acontece a Feira Nacional do Doce (FENADOCE), em Pelotas.



Figura 21 – Divulgação da 2ª Festa do Doce Colonial
Fonte: Página do Roteiro Morro de Amores no Facebook, 2018.⁴²

A Figura 21 faz parte do *card* para divulgação da 2ª Festa do Doce Colonial. Percebe-se a intenção em demarcar a importância do tacho de cobre como elemento identitário dos doces coloniais em Morro Redondo.

Na Figura 22, divulgada na página do Roteiro Morro de Amores, os doces coloniais aparecem juntamente com uma provocação aos públicos em relação à especificidade do saber-fazer local e o uso do tacho de cobre. Ao mesmo tempo, a publicação enaltece que o evento se caracteriza como uma festa para toda a família, com diversas atrações e com o feito do doce do tacho.



Figura 22 – Postagem em rede social sobre a 2ª Festa do Doce Colonial
Fonte: Página do Roteiro Morro de Amores no Facebook, 2018.⁴³

⁴² Disponível em: https://web.facebook.com/morrodeamores/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 26 out. 2022.

⁴³ Disponível em: https://web.facebook.com/morrodeamores/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 26 out. 2022.



Figura 23 – Oficina gratuita de passa de pêssago promovida pelo Roteiro Morro de Amores
Fonte: Acervo da autora, 2018.

A realização da oficina gratuita de passa de pêssagos promovida Roteiro Morro de Amores e executada com a presença de doceiras atuantes no saber-fazer teve como plano de ação divulgar as tradições e incentivar os jovens a conhecer o patrimônio. Tal ação, realizada ao lado do feitio do doce do tacho promovido pelo Museu Histórico, em junho de 2018, demonstrou a formação de um coletivo entre o Roteiro Morro de Amores, a Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo, a EMBRAPA/RS; a EMATER/RS-ASCAR e o Museu Histórico de Morro Redondo.



Figura 24 – Feitio de doce de abóbora com coco por uma doceira atual
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Ao buscar novos atores nas tradições doceiras coloniais, o Museu Histórico de Morro Redondo formou um coletivo com a EMBRAPA/RS e a EMATER/RS-ASCAR. O plano de ação desse coletivo consistia em expandir o número de doceiras, incentivar

o feitiço de novas receitas e, com isso, contribuir para o empoderamento delas e para a continuação dos saberes.

O Museu Histórico de Morro Redondo agiu nesse evento de 2018 incentivando o diálogo intergeracional em torno do feitiço do doce do tacho, conforme demonstra a Figura 25.



Figura 25 – Relação intergeracional no feitiço do doce
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Nesse momento, foi possível perceber a interação das três gerações que, para além da execução de um movimento mecanizado de mexer um doce, executava um ritual demonstrando que um actante não humano e os humanos formavam um híbrido (conforme explicação latouriana). Logo, performances corporais se entrelaçavam, assim como as memórias e os novos conhecimentos.

No ano seguinte, em junho de 2019, durante a terceira versão da Festa do Doce Colonial, além da presença dos doceiros e seus *stands* e o dos demais empreendedores parceiros do evento promovido pelo Roteiro Morro de Amores, o CTG Cancela Grande, através da Invernada Mini Mirim, atuou como mediador, ao apresentar a cultura doceira através da performance artística dos seus integrantes.



Figura 26 – Apresentação cultural: CTC Cancela Grande e a tradição doceira colonial
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Conforme vinha acontecendo em todas as edições da Festa do Doce Colonial, a partir de 2018, o tacho de cobre e o Museu Histórico de Morro Redondo participaram dos eventos, atuando como mediadores.



Figura 27 – Doceira representante dos agricultores familiares
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 28 – Feitio de nova receita de doce de caqui, interação do público espontâneo com a doceira e o tacho

Fonte: Acervo da autora, 2018.

O plano de ação do tacho de cobre e do Museu Histórico de Morro Redondo consiste em potencializar o empoderamento das doceiras (Figura 27), a comunicação de novas receitas (Figura 28), a interação dos públicos presentes com o saber-fazer enquanto um patrimônio vivo e o diálogo interacional como forma de continuidade das tradições doceiras. Nesse instante, há a formação de um coletivo envolvendo todos os actantes já identificados, com exceção da ANVISA, que, por restrição ao uso do tacho de cobre nas tradições doceiras coloniais, afasta-se de todos eles.

4.2.7 As Feiras de Artesanato e de Produtos Coloniais

Tal como acontece com as Festas do Doce Colonial, as Feiras de Artesanato e de Produtos Coloniais são realizadas pelo Roteiro Morro de Amores, a AETMORE e o SEBRAE/RS. Esses actantes atuam como mediadores.

Os dois eventos já realizados contaram com a atuação da EMBRAPA/RS, da EMATER/RS-ASCAR, da SMDR-Tur e do IPHAN/RS. Nesses eventos, o plano de ação do INRC também serve como conexão entre o dos demais.



Figura 29 – Material de divulgação da I Feira do Artesanato e de Produtos Coloniais
Fonte: Página do Roteiro Turístico Morro de Amores no Facebook, 2018.⁴⁴



Figura 30 – Material de divulgação da II Feira de Artesanato e Produtos Coloniais: a oficina de Osterbaum

Fonte: Página do Roteiro Turístico Morro de Amores no Facebook, 2019.⁴⁵

⁴⁴ Disponível em: https://web.facebook.com/morrodeamores/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 26 out. 2022.

⁴⁵ Disponível em: https://web.facebook.com/morrodeamores/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 26 out. 2022.



Figura 31 – Material de divulgação da II Feira de Artesanato e Produtos Coloniais
Fonte: Página do Roteiro Turístico Morro de Amores no Facebook, 2019.⁴⁶

As Figuras 29, 30 e 31, referentes aos materiais de divulgação das Feiras de Artesanato e de Produtos Coloniais que aconteceram em Morro Redondo, representam o plano de ação do Roteiro Morro de Amores, da AETMORE, da EMATER/RS-ASCAR, da EMBRAPA e da SMDR-Tur em fomentar a visitação turística no município e em divulgar outros patrimônios apropriados, como é o caso da musicalidade e do feitiço da árvore de Páscoa. Nessas ações, o tacho de cobre aparece de forma indireta, através da presença dos doces produzidos nos artefatos desse material.



Figura 32 – Alguns produtos comercializados
Fonte: Acervo da autora, 2019.

No evento realizado em 2019, o GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia” teve a sua primeira apresentação aos públicos no *stand* da EMATER/RS. Nessa ocasião, houve uma reunião com representantes das comunidades para a discussão sobre a logomarca do GT e as ações que seriam realizadas naquele ano.

⁴⁶ Disponível em: https://web.facebook.com/morrodeamores/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 26 out. 2022.

Nesses eventos, o Museu Histórico de Morro Redondo, o tacho de cobre e a SMCD atuaram como intermediários. Não houve atuação do CTG Cancela Grande nos eventos.

4.2.8 A IV Festa do Pêssego

A IV Festa do Pêssego foi organizada pela Comunidade Cristo Rei, na Colônia Colorado, zona rural de Morro Redondo. Aconteceu no dia 8 de dezembro de 2019. Nesse evento, atuaram como mediadores: o tacho de cobre, a SMDR-Tur, a EMBRAPA/RS, a EMATER/RS-ASCAR, a CONDERMOR e o MHMR. A associação entre os mediadores aconteceu via plano de ação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto atuou como intermediária ao apoiar o Museu Histórico de Morro Redondo. O Roteiro Morro de Amores atuou como intermediário no *stand* da EMATER/RS-ASCAR. O INRC e a ANVISA também tiveram atuação como intermediários, no tocante à utilização do tacho de cobre para o feitiço do doce de pêssego. Não atuaram no evento: a AETMORE, o COMTUR, o SEBRAE/RS e o CTG Cancela Grande.



Figura 33 – Material de divulgação da IV Festa do Pêssego
Fonte: Página do Roteiro Morro de Amores no Facebook, dezembro de 2019.⁴⁷

⁴⁷ Disponível em: https://web.facebook.com/morrodeamores/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 26 out. 2022.

Com o objetivo de promover diversificar o consumo do pêssego e potencializar a continuidade da tradição doceira no município, a EMATER/RS-ASCAR organizou o quarto concurso de doces à base de pêssego.



Figura 34 – Jurados do concurso de receitas à base de pêssego
Fonte: Página de Diones Forlan Nunes no Facebook, 14 dez. 2019.⁴⁸



Figura 35 – Receitas participantes do concurso
Fonte: Página do Roteiro Morro de Amores no Facebook, 2019.⁴⁹

No mesmo evento, a EMBRAPA/RS organizou o Concurso do Pêssego, contando com a participação de amostras de dez produtores locais.

⁴⁸ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/dionesforlan.nunesdasilva.9/>. Acesso em: 26 out. 2022.

⁴⁹ Disponível em: https://web.facebook.com/morrodeamores/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 26 out. 2022.



Figura 36 – Concurso do pêssego

Fonte: Página de Diones Forlan Nunes no Facebook, 14 dez. 2019.⁵⁰

Durante o evento, percebemos o coletivo formado entre a EMBRAPA/RS, a EMATER/RS-ASCAR, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Turismo, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, o Museu Histórico de Morro Redondo e o tacho de cobre. O plano de ação consistiu em divulgar os produtores de pêssego e escolher a variedade campeã de 2019, incentivar a produção de novas receitas à base de pêssego, contribuir para o empoderamento das doceiras e a continuidade dos saberes relacionados às tradições doceiras coloniais.

4.2.9 A atuação da pandemia na rede

A pandemia causada pelo Coronavírus⁵¹ exigiu a adoção de protocolos para conter a proliferação dela. Com isso, os eventos públicos envolvendo a aglomeração

⁵⁰ Disponível em <https://pt-br.facebook.com/dionesforlan.nunesdasilva.9/>. Acesso em: 26 out. 2022.

⁵¹ Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Dados revelam que, em 31 de dezembro de 2019, um surto de COVID-19 iniciou em Wuhan, na China, após a infecção de pessoas. Por ser um vírus de fácil disseminação, o COVID-19, entre outros protocolos de prevenção, exige distanciamento social, higienização constante das mãos e uso de máscaras cobrindo o nariz e a boca. Até o dia 2 de dezembro de 2020, dados oficiais informavam que o COVID-19 ocasionou

de pessoas foram todos cancelados, dentre eles, os relacionados à salvaguarda das tradições doceiras em Morro Redondo. Dessa forma, em 2020, só foram realizados eventos *online*.

Dentre os eventos *online* realizados em função da pandemia, destacamos a participação do Daniel Vaz Lima nas celebrações referentes aos 20 anos da Política do Patrimônio Cultural Imaterial e mencionamos o impacto do PCI sobre os detentores, ocasião na qual o então doutorando explicou como está sendo desenvolvida a salvaguarda em Morro Redondo. Durante a participação dos públicos, um internauta questionou ao Daniel como se dava a relação dos negros doceiros na cidade e como era a visibilidade das mãos negras em relação às questões econômicas e demais.

O antropólogo respondeu que essa é uma das questões desafiadoras que alguns membros da equipe da salvaguarda em Morro Redondo estão começando a investir esforços. Em sua resposta, Daniel Lima ressalta que Pelotas, e a região doceira como um todo, tem dificuldade em reconhecer essa contribuição. Informa também, que, durante o INRC, relatos resumiam o reconhecimento⁵² da mão negra no processo das tradições doceiras ao mexer os doces no fogo. Daniel enfatiza dizendo que, para a Pelotas elitizada, é difícil reconhecer esse saber, e na região colonial também não é diferente. E finaliza a resposta afirmando que “Quem conhece o Sul, sabe desses desafios que temos na região”.

Em virtude da pandemia de COVID-19, a coleta de dados para a ação anterior, realizada pelo IPHAN, foi feita através de ligação telefônica. Identificando-nos como pesquisadora das tradições doceiras em Morro Redondo e partícipe do GT da Salvaguarda, realizamos uma entrevista semiestruturada com 15 doceiros cadastrados pelo Roteiro Morro de Amores.

A entrevista realizada via telefone celular (fato que inviabilizou a participação de doceiros da zona rural) se baseou em quatro questões: 1) Quais são as principais dificuldades encontradas por vocês? 2) Quais estratégias vocês estão adotando para lidar com a situação? 3) O que poderíamos fazer, juntos, em termos de políticas

176.641 mortes e um total de 6.576.699 casos no Brasil. No mundo, os números demonstravam, respectivamente, 1.530.296 mortes e 66.608.379 casos.

⁵² A participação ocorreu em 31 de julho de 2020. Ressaltamos que abrimos uma exceção no critério temporal adotado para a análise dos eventos, por considerarmos a pergunta do internauta e a resposta do antropólogo de extrema relevância na compreensão das narrativas que estão sendo fortalecidas e rebatidas em Morro Redondo.

públicas, para superar essas dificuldades? 4) O que você pensa em relação à criação de uma associação ou de uma cooperativa que favoreça a legalização e a comercialização dos doces?

Com essas questões, pretendíamos ter um diagnóstico feito pelos doceiros acerca dos problemas enfrentados por eles, das estratégias próprias para enfrentamento e do desejo de apoio em relação à existência de políticas públicas para o setor. Com os resultados, esperávamos coletar dados que pudessem ser utilizados para as ações posteriores.

A estiagem ocorrida em 2019 apareceu como principal dificuldade em todas as respostas dadas pelos produtores, pois, em decorrência dela, a matéria-prima para o feitiço dos doces foi escassa na safra de 2020. A estratégia utilizada por eles, além da redução na produção, foi a confecção de doces a partir da utilização de frutas congeladas adquiridas no mercado.

Como políticas públicas que podem ser estruturadas, a maioria dos entrevistados ressaltou a necessidade da atuação junto à ANVISA para a adequação das normas exigidas, principalmente em relação ao impedimento da utilização do tacho de cobre e das exigências em relação aos locais de produção, sendo que os custos das reformas inviabilizam a continuidade da produção.

Os entrevistados acharam interessante a criação de uma cooperativa ou associação que atuasse de forma direcionada à legalização e à comercialização dos doces produzidos em Morro Redondo. É importante ressaltar que houve unanimidade em relação a essa questão.

Outra ação iniciada em 2020 e relacionada à salvaguarda das tradições doceiras em decorrência da COVID-19 foi a possibilidade de divulgação dos doces coloniais produzidos em Morro Redondo em um *blog* que está sendo organizado pelo IPHAN/RS. O intuito é divulgar as tradições e potencializar as vendas dos produtos em função da redução do fluxo de turistas no município. O GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia” está tratando da questão, juntamente com o Roteiro Morro de Amores, a AETMORE, a EMATER/RS-ASCAR, a EMBRAPA/RS, a SMDR-Tur, o CONDERMOR e o COMTUR.

Ainda em decorrência da pandemia, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através da Lei Aldir Blanc⁵³ sancionada pelo Governo Federal,

⁵³ A Lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020, carinhosamente denominada Lei Aldir Blanc, foi feita pelo Governo Federal com o objetivo de potencializar o desenvolvimento de ações para os espaços

lançou um edital para potencializar as tradições doceiras através de ações que favoreçam o diálogo multiétnico. Em novembro de 2020, os projetos enviados foram analisados e o Roteiro Morro de Amores juntamente com o GT da Salvaguarda foi contemplado. Como resultado da ação, foi realizado um vídeo⁵⁴ educativo que será utilizado como ferramenta de educação patrimonial nas escolas públicas do município, com o objetivo de contribuir para a salvaguarda do saber-fazer artesanal dos doces coloniais.

Em relação ao vídeo, cabe ressaltar a contribuição dos quilombolas e dos indígenas em relação às tradições doceiras coloniais, através da fala de Maria Helena Costa Duarte. Achamos necessário, para embasar as nossas últimas análises, transcrevermos trechos da entrevista realizada com a senhora Maria Helena Costa Duarte, contida no vídeo. Sobre a biografia dela, a interlocutora revela que:

– Esse doce de figo que eu vou fazer hoje, aprendi com a minha avó e dali eu continuei [...]. Minha avó não foi criada com a gente dela, ela foi criada de criação, né? Naquela época era muito difícil porque a minha avó era uma negra, uma negra mina, não sei se vocês sabem o que é. A negra mina é aquela que o cabelo nem cresce e se pentear, a metade do cabelo fica no pente. E o meu avô era um índio, índio mesmo. Meu tataravô foi pegado no mato. Pegaram ele e criaram em uma peça até grande. Dizem que ele era uma fera quando pegaram, daí ele casou com a minha avó. E minha avó foi do tempo da última guerra. Me orgulha falar, mas tem partes que dói. Minha vó foi tipo escrava. Ela foi vendida para eles. Depois ela conseguiu depois viver com meu avô, mas ela era uma “pessoa dura”. Ela não conheceu o amor e não tinha amor para dar, né? Era muito complicado! (MORRO..., 2021).

Em relação ao saber-fazer dos doces coloniais, Maria Helena expõe o pensamento dela, demonstra as variadas contribuições à tradição doceira e exprime o seu desejo em relação à comunicação deles:

Os doces, hoje em dia, todo mundo diz assim: “tem os portugueses, então é de origem deles”. *Mas vai ver se não tinha uma negra lá executando os doces, então a receita era dela.* Eu sempre questiono isso. A minha avó tinha várias receitas, que a gente vai até esquecendo ao longo da vida. Os doces que vou fazer hoje aprendi com ela. [...] Eu vivi 13 anos com a minha avó quando o meu avô morreu. Ela me ensinou a bordar, eu odiava bordar, mas ela me botava de castigo e eu tinha que aprender a bordar. *Aprendi também a fazer doce. A minha mãe também é uma doceira de mão cheia. Ela sabe até a fazer aquele doce de limão.* Minha mãe sempre fazia doces no Natal, nos aniversários e, mesmo com todas as dificuldades, lá estava o doce dela (MORRO..., 2021, grifo nosso).

culturais e seus trabalhadores durante a pandemia de COVID-19. Para mais informações, ver Brasil (2020).

⁵⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=WBzf2qJaC0Y&feature=youtu.be&ab_channel=MorroRedondoTerradoDoceColonial. Acesso em: 26 out. 2022.

Maria Helena destaca a contribuição dos indígenas no processo de feitura dos doces coloniais:

Sabe aquelas peneiras feitas de bambu? [...] O doce é colocado para secar nela. Eu sei fazer, na época era a peneira que usavam. Meu avô sabia fazer, meu primo sabe fazer também. Tudo de cipó, ele aprendeu com meu avô. [...] Eu quero passar esse conhecimento tanto da dor, mesmo a gente não tendo sofrido isso. *Quero passar meu conhecimento*. [...] A gente não sabe como vai ser o final, mas eu ficaria muito feliz que minhas filhas levassem esse conhecimento até o final (MORRO..., 2021, grifo nosso).

O documentário visual ressaltou também informações acerca do multiculturalismo em relação à produção doceira no território de Morro Redondo. Podemos constatar essas informações na fala do engenheiro agrônomo, João Carlos Costa Gomes:

Uma coisa muito curiosa que eu fui descobrindo ao longo do tempo, foi o multiculturalismo cosmopolita por trás da produção desse doce. Ainda que o doce seja restrito a esse pequeno território aqui, dominada por cinco ou seis famílias, os Costa; os Gomes, os Cruz, os Cardoso e poucas outras famílias que faziam e produziam esses doces em grande escala. Quando a gente começa a ver a influência que vieram de longe e de épocas muito remotas. Todos os doces eram feitos em tachos de cobre. E quem faziam os tachos? Os ciganos injetaram uma cultura deles. Os Beduínos, como eram chamados os ciganos, produziam os tachos e trocavam o fundo quando ela ficava fino. [...]. Quando se cozinhavam os pêssegos no tacho de cobre, eles ficavam de um dia para o outro, secando em uma jueira em cima de alguidar. – Quem é que trabalha com cestarias? Os indígenas, né? Os tupi-guarani dessa região eram exímios em fazer utensílios domésticos trançando taquara e cipó. [...] O alguidar de barro de boca grande tinha que ter mais de 50 cm de diâmetro para caber uma jueira porque a calda era reaproveitada depois. Esse alguidar usado era de origem árabe. Mas, quem introduziu o alguidar no Brasil foi a cultura negra. Até hoje a gente vê um alguidar até hoje com oferendas numa sexta-feira. [...] Acho isso extremamente relevante, porque eu estou falando de um produto que se cristaliza em um determinado território, mas que ele se alimenta, em seu processamento, de culturas várias milenares forjadas ou desenvolvidas em várias partes do mundo (MORRO..., 2021).

O agrônomo ressalta o multiculturalismo envolvendo as tradições doceiras em Morro Redondo ao afirmar:

No caso da tradição doceira a gente vê esse sincretismo cultural. Dizem que quem introduziu as frutas no Brasil foi Martim Afonso de Souza, em 1530, em São Paulo. Hoje, elas fazem parte da nossa cultura, do nosso território, da nossa paisagem. Hoje não saberíamos viver sem elas, né? [...]. Quando a gente vê essa origem portuguesa, talvez no processamento das passas, do europeu na introdução das frutas, o papel dos franceses, italianos, alemães na reprodução da cultura dos doces e das schimiers à base de frutas e enxerga nisso o alguidar que vem do mundo árabe, introduzido pela cultura negra, vê o cobre introduzido pela cultura cigana, a cestaria introduzida pela

cultura indígena e sem contar o açúcar que vinha de barco do Nordeste, nós acabamos encontrando numa passa de pêssego a Europa, a África, o Nordeste, os territórios ocupados pelos quilombolas e os indígenas. Se isso não for uma coisa maravilhosa, eu não sei do que eu estou falando! (MORRO..., 2021).

Ao mesmo tempo em que esses interlocutores pontuam informações trazidas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais em relação às tradições doceiras em Pelotas e na Antiga Pelotas, eles demonstram a importância e o desejo de que elas sejam comunicadas. Percebemos o nítido desejo deles em abrir espaços de diálogo para os indígenas e os quilombolas quando o assunto é a salvaguarda das tradições doceiras coloniais.

5 O patrimônio como performance: um foco sobre o Museu Histórico de Morro Redondo e o GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”

Neste tópico, demonstraremos de forma mais aprofundada a associação entre o tacho de cobre, o Museu Histórico de Morro Redondo e o Grupo de Trabalho “Saboreie a Colônia” para a salvaguarda das tradições doceiras coloniais no município. Para isso, demonstraremos, inicialmente, como a Teoria da Performance (BRULON, 2012, 2018, 2019; SCHECHNER, 1985, 2002; TURNER, 1982) se aproxima da Teoria Ator-Rede, já descrita anteriormente.

Com base nesses aspectos, demonstraremos como o Museu Histórico de Morro Redondo e o GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia” começaram a atuar de forma a potencializar o reconhecimento das contribuições multiculturais em relação às tradições doceiras coloniais no município.

5.1 A performance museal e a fruição do patrimônio cultural

Além de “determinar” e servir de “pano de fundo” para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, fornecer recursos, incentivar, sugerir, influenciar, bloquear, tornar possível, proibir etc. (LATOURET, 2012, p. 108-109).

Nosso interesse pelos estudos da performance começou a partir de 2017, quando estávamos construindo o Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Museologia da UFPel. Desde aquele momento, buscamos compreender como poderíamos relacioná-la aos estudos que fazíamos na época. Atualmente, buscamos analisar a associação do tacho de cobre, do MHMR e do GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia” a partir da performance desse grupo para o fortalecimento do patrimônio imaterial em Morro Redondo.

Segundo a proposição teórico-metodológica de Turner (1982, p. 7), que teve como resultado a antropologia da performance, ela tem caráter experimental e se baseia no drama enquanto analogia da vida social e na conexão entre o ritual e o teatro: “*The essays in this book chart my personal voyage of discovery from traditional*

*anthropological studies of ritual performance to a lively interest in modern theatre, particularly experimental theatre*⁵⁵.

Para Schechner (2009), outro estudioso da performance que trabalhou com Turner, o conceito de performance resulta do cruzamento de considerações advindas das ciências humanas, da estética e da biologia, além de resultar de uma estrita ligação com a antropologia e de contribuições da psicanálise e da filosofia. Segundo o autor:

Performances marcam identidades, dobram o tempo, remodulam e adornam o corpo, e contam histórias. Performances – de arte, rituais, ou da vida cotidiana – são “comportamentos restaurados”, “comportamentos duas vezes experienciados”, ações realizadas para as quais as pessoas treinam e ensaiam (SCHECHNER, 2002, p. 2).

Ao participar de estudos e oficinas sobre performance com Schechner, a antropóloga Regina Polo Müller (2005, p. 79) revela que:

Schechner as denomina, então, “transportações”. Para ele, como as iniciações, as performances fazem de uma pessoa, outra. Mas diferentemente das iniciações, completa, “performances geralmente tratam daquilo que o performer recobra de seu próprio eu”.

Compreendemos que a ideia de “transportações” (SCHECHNER, 1985) corresponde ao “ensaio de antropologia simétrica” trazida por Latour (1994a), através da formação dos híbridos. Dar vida aos objetos, segundo Latour (1994a, 2012), decorre da modernidade, através da separação da natureza e da ciência; do sujeito e do objeto – ação hermética que cria os híbridos, já explicados anteriormente, que alteram o fluxo da construção do conhecimento através da construção de verdades cristalizadas.

Por intermédio de Brulon (2012, 2018, 2019), compreendemos a potencialidade da performance como forma de dar vida aos objetos, a partir de um processo de criação de ligações e vínculos entre eles e os sujeitos, tal como defende a Teoria Ator-Rede. Nesse sentido, fazemos nossas as palavras de Ribeiro *et al.* (2017, p. 1) em relação ao entendimento da vida e da morte no contexto estudado:

⁵⁵ “Os ensaios deste livro traçam minha viagem pessoal de descoberta dos tradicionais estudos antropológicos da performance ritual para um animado interesse no teatro moderno, particularmente o teatro experimental” (tradução nossa).

[...] a vida é neste contexto compreendida como a memória em ação, que insere o bem cultural numa rede de interlocução com pessoas, tempos e outros artefatos; é, portanto, a memória ativada socialmente. A morte, em oposição, redundando na amnésia social, no vazio de sentidos.

Ao aproximarmos Latour de Brulon (2012), destacamos que a ação regenerativa e provedora de vida, característica da performance museal, age no sentido de modificar o universo museológico:

Os significados nos museus atuam como laços que conectam as pessoas a outras pessoas, e pessoas ao seu fluxo de identidades do presente. Ao atuarem na restauração do passado, os museus produzem tais ‘invenções verdadeiras’ que permitem ao passado se “encaixar” ao presente, e vice-versa. Eles acomodam os restos, ao criarem novas pontes entre passado e presente. A ação do museu tem, assim, natureza regenerativa (BRULON, 2012, p. 358).

Segundo Brulon (2019, p. 246, grifo nosso), a performance museal não prioriza o:

[...] espectador como uma construção histórica e social, ou tampouco nas “obras” ou representações da cultura; interessa mais a produção do encontro entre o visitante e a coisa musealizada. *Este encontro, em que alguém se vê tomado pela obra apresentada, num ato de ruptura com a vida cotidiana para entrar no estado liminar criado pelo museu, envolve uma certa forma de magia e constitui aquilo que entendemos como performance museal.*

O autor defende que o objeto central da performance museal:

[...] é a construção social desse encontro, na forma de uma comunicação que é parte constitutiva dos processos de musealização. Tanto no caso de museus das artes primeiras ou, em seu contraponto, nos exemplos de museus etnográficos baseados na automusealização, *um sentido de patrimônio é colocado em cena para ativar certos imaginários e criar novos sentidos interpretativos* (BRULON, 2019, p. 246, grifo nosso).

Da mesma forma em que “a performance museal é vivida pelo grupo como parte do real e como experiência sensível do social” (BRULON, 2012, p. 330), ela é defendida pelo autor, em estudos posteriores, como uma potência capaz de elevar os estados simbólicos da materialidade a partir da cadeia produzida pela musealização.

No entendimento de Brulon (2018, p. 190), a musealização é um processo contínuo, “produtora da performance museal, um tipo de delírio das coisas da realidade”. Dessa forma, através da performance museal, valores simbólicos são

agregados aos objetos. Após essa *magia performativa*, musealidades são criadas. Para Brulon (2018, p. 202):

[...] a musealidade é um valor criado pela mudança cultural. Ela atesta a crença na diferença reconhecida entre o universo banal e o universo mágico criado pela musealização, e logo ela é produzida por meio da performance museal.

Ressaltamos, assim, que percebemos a relação entre a performance museal, a musealização e a atuação dos atores humanos, não humanos e dos híbridos descritos pela Teoria Ator-Rede. Da mesma forma que Brulon (2018) defende a potencialidade da performance museal para a criação de novos sentidos patrimoniais, através da cadeia da musealização, defendemos que ela, em nossa pesquisa, vem a ser o ator não humano que promove as associações nesses dois nós da rede que aprofundaremos a partir de agora.

5.1.1 A performance do tacho de cobre no Museu Histórico de Morro Redondo e no GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”

Iniciaremos este tópico analisando a performance do tacho de cobre com o Museu Histórico de Morro Redondo. Ressaltamos que analisamos o patrimônio como processo, como experiência sensível, como substrato cultural, necessariamente em-se-fazendo. A cada performance, a depender do tempo e do espaço, criam-se novos nexos e, portanto, uma nova forma de vivenciar o patrimônio. O fato de perceber um patrimônio em fluxo faz com que se coloque por terra a ideia de patrimônio cristalizado, essencializador. Para a nossa análise, nós nos basearemos na ideia da aproximação entre as “transportações” (SCHECHNER, 1985) e ao “ensaio de antropologia simétrica” (LATOUR, 1994a), conforme explicado no tópico anterior.

Defendemos o argumento de que essa similaridade pode ser percebida por cientistas que utilizam a Teoria Ator-Rede como metodologia de trabalho, a partir do acompanhamento dos rastros deixados pelos actantes dentro da rede que representa a dinâmica da interação entre os elementos e seu meio social. Para além disso, o uso da “metodologia latouriana [...], pode conduzir a um profícuo terreno de reflexão

quando investigamos pragmaticamente uma relação comunicativa e social entre um museu público e microsocial que o circunda”⁵⁶ (RIBEIRO, 2007, p. 52-53).

Nas ações que serão analisadas neste tópico, em um primeiro momento, entendemos a performance museal como a negociação memorial entre jovens e idosos, necessariamente imersa em subjetividades. Defendemos também que o gatilho memorial trazido pela visão e experimentação do uso do tacho de cobre é a força motriz que reforça os vínculos geracionais. Dessa forma, percebemos que a performance museal potencializa transformações e a continuidade das tradições doceiras coloniais, fundamentais para a construção do patrimônio imaterial em Morro Redondo. Nessas performances, o tacho de cobre é um ator e não somente um coadjuvante ou um mero objeto em exposição.

Em seguida, a análise das ações, aqui representadas, baseada na contribuição de Bruno Latour (1994b; 2001; 2012), demonstra a agência dos atores não humanos. Esse ato, pertencente ao que o ator denomina por “ensaio de antropologia simétrica”, Latour (2001, p. 205) caracteriza como as possibilidades de ocorrência de uma “mediação técnica”.

Entendemos que a mediação técnica ocorrida em ter o tacho de cobre e os atores humanos representados nas figuras a seguir configura o primeiro tipo estudado por Latour (1994a). Para exemplificá-la, ele utiliza o exemplo de um cidadão que pega uma arma para matar. Segundo o autor, nesse exemplo envolvendo uma pessoa e um objeto, pode surgir um terceiro agente resultante da fusão dos dois, entendido como “um deslocamento, deslize, mediação, a criação de uma conexão que não existia antes e que em algum grau modifica os dois elementos ou agentes”, criando um “ator híbrido”, cuja “ação não é propriedade dos humanos, mas de uma associação de actantes” (LATOUR, 1994a, p. 32-35).

A partir desse momento, trazemos ações que possam ilustrar os argumentos trabalhados anteriormente, a partir da associação entre o tacho de cobre e o Museu Histórico de Morro Redondo, em um subprojeto do MHMR denominado “Café com Memórias”.

No “Café com Memórias”, os idosos, ao olharem e experienciarem alguns acervos da instituição, narram suas próprias histórias de vida associadas aos objetos.

⁵⁶ Ao utilizar a Teoria Ator-Rede para analisar seu objeto de estudo, o museólogo Diego Lemos Ribeiro o faz com o intuito de analisar, dentro de um processo que vinha sendo construído, as formas de comunicação de um determinado museu, em uma determinada época.



Figura 37 – Café com Memórias sobre as tradições doceiras coloniais
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2016.



Figura 38 – Interação do idoso com o tacho de cobre e o mexedor (construção mútua)
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2016.

As ações do Café com Memórias nos permitiram verificar, também, o significado simbólico que os objetos museológicos possuem para os participantes do evento. “Mais que materialidades salvaguardadas em um espaço físico, [...] elas agem como evocadores de memórias, contribuindo para o sentimento de pertencimento, e reforçando as identidades sociais locais” (MESSIAS, 2018, p. 35).

Essas materialidades agem nos sujeitos como se fossem extensões de si. Por mediarem potentes cargas afetivas, podem ser configurados também como objetos biográficos, sobretudo porque servem como moldura social, para as pessoas narrarem suas próprias histórias de vida ao confrontá-los intersubjetivamente (MESSIAS *et al.* 2020). Nesse exato momento, as memórias estão sendo tecidas (BERGSON, 1992).



Figura 39 – O fluxo em ação durante o feito do doce na III Festa do Doce Colonial
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2019.

Com base em Messias *et al.* (2020), percebemos que a performance museal (BRULON, 2012) amplia o espectro emocional dos museus ao ultrapassar a visão enfadonha nutrida pelo senso comum, baseada no binômio objetos e vitrines, tornando o museu palco, em que os atores percebem e projetam o patrimônio como um lugar de negociação, reivindicação memorial e estímulo as capacidades criativas. A partir de Fabre (2013), percebemos que, ao colocar os objetos em situação, o museu escapa do seu sentido cartorial e invade o que podemos denominar de emoção patrimonial. Pelo olhar latouriano, essa ação pode caracterizar o processo de tradução e a formação de um híbrido que promove uma dinâmica na rede.



Figura 40 – A intergeracionalidade em ação na II Festa do Doce Colonial
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2018.



Figura 41 – A intergeracionalidade em ação: feito da *schmier* de morango no 6º Festival Caixinha de Música “A vida é um doce”

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2019.



Figura 42 – Educação para o patrimônio: narrativas sobre o saber-fazer dos doces coloniais

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2018.



Figura 43 – O tacho e o mexedor em performance
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2018.



Figura 44 – Educação para o patrimônio na EMEF Alberto Cunha
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2018.

Percebemos também que, ao saírem do espaço físico museológico e atuarem nas instituições ligadas à rede pública de ensino em Morro Redondo, o tacho de cobre e o MHMR potencializam a imaginação museal⁵⁷ (CHAGAS, 1994, 2002), promovem

⁵⁷ Para Chagas (1994), a “imaginação museal” refere-se a tudo aquilo que guarde “relação explícita com o campo museal” expresso em ações e ideias que refletem uma “perspectiva museológica”

a transmissão intergeracional⁵⁸ (BOSI, 1994) do saber-fazer, aproximam idosos, educandos, educadores e familiares, conforme demonstraram as Figuras 37 a 44.

As figuras representam também como as gerações interagem durante as ações realizadas em uma cidade em que a população está envelhecendo em razão do êxodo de jovens nos espaços urbano e rural, uma vez que o reflexo pode ser observado na perda da capacidade de salvaguardar e transmitir as memórias do local.

Essas atividades intergeracionais se prestam a três objetivos: fortalecer as memórias individuais dos idosos a partir do momento que são narradas e confrontadas coletivamente, demonstrar aos jovens as inúmeras camadas de significados da cidade, que foram “soterradas embaixo da atual” (BOSI, 1994, p. 413), metáfora usada por Bosi para explicar a importância dessa ação para a memória grupal; reforçar as memórias grupais relativas ao fazer do doce colonial, momento de reunião do núcleo familiar.



Figura 45 – Doceira com Alzheimer pede para ajudar a mexer o doce na II Festa do Doce Colonial
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2018.

Além do sentido terapêutico dessa associação tacho de cobre com uma idosa portadora de Alzheimer (MESSIAS, 2018), podemos sugerir igualmente que o objeto atua no sujeito, no mesmo compasso e intensidade que o sujeito age sobre o objeto. Gonçalves (2005, p. 22) nos ajuda a compreender a importância dessa relação a partir da seguinte concepção:

⁵⁸ O termo “intergeracionalidade”, segundo descreve Bosi (1994), fundamenta-se na ideia de solidariedade e empatia na relação entre idosos e jovens.

Ao lado dessa dimensão material, é preciso assinalar a dimensão fisiológica, sempre implicam usos determinados do corpo. Afinal, pergunta Marcel Mauss: ao lado dessa dimensão material, é preciso assinalar a dimensão fisiológica, sempre implicam usos determinados do corpo. Afinal, pergunta Marcel Mauss: o que é um objeto se ele não é manuseado?

De acordo com Figurelli, Messias e Ribeiro (2016), quando as pessoas encenam o uso do objeto, demonstram que as gestualidades também compõem a materialidade e a envolvem de sentido. Dessa forma, a performance serve de gatilho para que as pessoas trabalhem as memórias de modo que, provavelmente, não seriam atualizadas no presente. Isto posto, a materialidade e a imaterialidade são entendidas como aspectos indissociáveis dos patrimônios, que formam os sujeitos, ao mesmo tempo em que são formados por eles. Se esse argumento permanecer válido, poderíamos dizer que objetos e sujeitos se fundem em uma mesma trama memorial.



Figura 46 – Café com Memórias na zona rural (Colônia Açoita Cavalo)
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2018.

Na ação, a idosa, ao demonstrar a forma como ela e seus familiares fazem doce de tacho, questiona o motivo de essa ação cotidiana ser considerada um patrimônio. Nesse aspecto, podemos perceber que a patrimonialização do doce colonial está em processo em Morro Redondo e, para além disso, que o patrimônio é entendido pela visão monumental.



Figura 47 – Exposição temporária “Do Tacho Às Indústrias”
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2019.

Na ocasião do aniversário da cidade, em 2019, o tacho de cobre, ao participar da exposição temporária no MHMR “Do Tacho Às Indústrias” (Figura 47), serviu para representar o elo entre o saber-fazer do doce no seio familiar com o das indústrias de conservas de frutas. Através de uma pesquisa de campo, realizada com proprietários das cinco últimas indústrias de conservas de doces em Morro Redondo, percebemos que o tacho de cobre estava presente no início das atividades laborais de quatro delas.



Figura 48 – Café com Memórias na Comunidade Quilombola Vó Ernestina
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo, 2019.

Percebemos, no evento “Café com Memórias”, realizado em 2019, na Comunidade Quilombola Vó Ernestina, que o tacho de cobre atuou na rede ao promover estranhamentos por parte dos quilombolas moradores em Morro Redondo. A fim de coletarmos as primeiras impressões desses sujeitos, realizamos entrevistas semiestruturadas através do celular (em respeito aos protocolos da pandemia) durante os meses de setembro e outubro. Escutamos relatos de moradores que se sentiram incomodados em relação às narrativas que restringem o saber-fazer dos doces coloniais tão somente uma contribuição de imigrantes:

Eu faço doces para consumo da minha própria família. Faço de batata doce, ambrosia, cocada e geleia de pêssego, não sou muito boa na geleia. [...] Não utilizo tacho de cobre e sim uma panela de alumínio ou outra qualquer mesmo e uma colher de pau, coisas bem simples. [...] *acho que a imagem ligada ao tacho de cobre não deixa que a gente busque o empoderamento. É como se a gente não fizesse parte da tradição, por não usar um tacho de cobre. Os quilombolas deixaram para trás esse conhecimento familiar e passaram a trabalhar mais com panificação (grifo nosso, informação verbal).*⁵⁹

Outro relato que nos chamou atenção foi o de uma professora aposentada e moradora da Comunidade Quilombola Vó Ernestina:

Costumo fazer doce de abóbora com coco, abóbora com cenoura, de melancia de porco, de goiaba e de figo para o meu consumo e para presentear alguma vizinha ou amiga. Eu uso pouco açúcar para sentir o sabor da fruta. [...] Faço em uma panela que eu uso para cozinhar e uma colher de pau ou uma colher de sopa mesmo, o que eu tiver à mão no momento. Não faço em grande quantidade. *Não acho que é o tacho de cobre que diz se você faz ou não parte de uma tradição. O importante é você fazer e conhecer a história. Sem conhecer a história, a gente deixa as coisas para trás.* [...] Eu acho importante o turismo está fortalecendo a economia do município com as tradições docesiras, mas gostaria que falassem dos doces afros (grifo nosso, informação verbal).⁶⁰

A narrativa do ex-secretário municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo, Flávio Almeida, agricultor e assentado, morador na zona rural de Morro Redondo, coletada em outubro de 2020, trouxe a seguinte contribuição à nossa pesquisa:

A formação do Quilombo Vó Ernestina foi muito importante para fortalecer a história dos negros aqui em Morro Redondo. Tem muita conversa de que aqui em Morro Redondo não tinha negro, há muita recusa em aceitar isso, principalmente por ser um território que predomina os descendentes de imigrantes. O reconhecimento do saber-doceiro não fala muito do negro no doce, mas nós temos muito relação com o doce. Isso parte da nossa cultura

⁵⁹ Relato de M. L. B. B., ex-secretária da Associação Quilombola, colhido em 9 de setembro de 2020.

⁶⁰ Relato de L. H. S. A., colhido em 20 de setembro de 2020.

também, porém, não buscaram nossas contribuições [...]. Ficou faltando nessa cultura do doce colonial a contribuição quilombola (informação verbal).

Dessa maneira, os relatos demonstraram que as narrativas criadas em relação à utilização do tacho de cobre como elemento integrante das tradições doceiras coloniais afastam os afrodescendentes. A maioria dos entrevistados se sente, agora, como não partícipe da memória coletiva divulgada pelos empreendedores do turismo rural, após o reconhecimento das tradições como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

A utilização de painéis de alumínio ou de ferro por parte dos quilombolas para o feitiço dos doces corrobora para esse sentimento, embora muitos tenham relatado haver trabalhado nas antigas fabriquetas de doces de fruta e fazer as iguarias para o consumo familiar. Ressaltamos que tais aspectos serão pesquisados de forma mais aprofundada em um trabalho posterior.

Em relação à atuação do tacho de cobre no Grupo de Trabalho da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”, o segundo nó da rede que analisaremos, o rastro deixado por esse actante nos fez perceber a associação entre a EMATER/RS-ASCAR e a EMBRAPA, em consequência da ampliação do discurso multiétnico relacionado às tradições doceiras.

Para fins de contextualização, informamos que a institucionalização do GT da Salvaguarda “Saboreie a Colônia” aconteceu no dia 16 de junho de 2019, durante uma reunião que aconteceu na III Festa do Doce Colonial em Morro Redondo. Conforme indica reportagem publicada no Jornal Tradição (FORLAN, 2019c, grifo nosso):

A criação do GT “Saboreie a Colônia” tem o objetivo de agregar forças para a construção e execução do Plano de Salvaguarda. Por isso, a reunião se deu dentro da III Festa do Doce Colonial, o que por si só é uma ação de Salvaguarda da Tradição.

O doutorando em Antropologia da UFPel, Daniel Vaz Lima, esclareceu sobre o trabalho. Conforme ele, o GT é, de acordo com a metodologia do Iphan, um coletivo deliberativo responsável pelo planejamento e elaboração de ações articuladas em proposições a curto, médio e longo prazos conformando um plano. É uma articulação de instituições e detentores da tradição com o objetivo de ampliar e atualizar as leituras produzidas pelo inventário, registrando memórias e narrativas, bem como promovendo ações propositivas de proteção e salvaguarda. Também foi registrado pelos presentes a necessidade de articulação com os demais municípios da região que compõem a Antiga Pelotas, para que também desenvolvam ações de salvaguarda, visto que o Registro se refere à região da tradição doceira.

Outro debate que se desenvolveu foi no sentido de trabalhar para fortalecer todas as etnias que contribuíram ao longo do tempo com a tradição, como as várias origens europeias, os negros, os índios e os ciganos, que tiveram um importante papel histórico na constituição do saber fazer doceiro. É muito

importante que resgatemos essa história respeitando todos os atores que a construíram, disse a extensionista rural Adriane Lobo, que participa do GT pelo escritório municipal da Emater/RS-Ascar de Morro Redondo.

O professor Diego Lemos Ribeiro, da Museologia, ressalta a importância da escuta dos doceiros tradicionais, e também informa que *a cultura é viva e dinâmica, estando sempre em transformação, questões para as quais o GT também deve estar atento.*

Na reunião ficou definido um processo de desenvolvimento de uma marca para o GT, bem como para os doces que são fabricados dentro da tradição doceira, que possa informar ao consumidor o registro concedido pelo Iphan, o que tem apoio do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (Leppais) da UFPel.

Durante essa reunião, Daniel Vaz Lima revelou que o objetivo do GT também é dar caráter institucional à rede de atores responsáveis pela salvaguarda do patrimônio; mapear os doceiros que ficaram de fora e ampliar a pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais referente às tradições doceiras coloniais em Morro Redondo, tendo como metodologia a pesquisa-ação, pois, a partir dos diagnósticos que serão feitos, já promoveremos as ações.

Durante a reunião, uma técnica da EMATER que trabalha em Morro Redondo revelou o seguinte desejo para a IV Festa do Doce Colonial⁶¹:

Já pensou no ano que vem, o GT construir uma coisa que dê destaque à miscigenação da cidade, destacando a contribuição dos alemães, dos índios, dos negros, dos ciganos, um pouquinho de cada um. Isso potencializa muito a salvaguarda.

O GT da Salvaguarda tem atuado também, juntamente com seus parceiros, no planejamento e na execução de Sistemas Agroflorestais⁶², os chamados SAF Doceiros.

Os SAF Doceiros são feitos com o propósito de aumentar a biodiversidade no município, melhorar a qualidade do solo e a disponibilidade da água nas pequenas propriedades, aumentar a renda dos agricultores familiares, além de contribuir para que os doceiros encontrem com facilidade a matéria-prima para a produção dos doces coloniais. Vale ressaltar que, diferentemente das reuniões de elaboração do plano de salvaguarda, os doceiros participaram ativamente das reuniões do SAF Doceiro até o

⁶¹ Informação verbal coletada em 16 de junho de 2019.

⁶² De acordo com a EMBRAPA (2012, s.p.), os Sistemas Agroflorestais são sistemas produtivos adequados a atuar na subsistência de pequenos agricultores familiares. Baseados na sucessão ecológica, os SAF se destinam à recuperação de áreas degradadas através do plantio “análogo aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas, de acordo com um arranjo espacial e temporal pré-estabelecido, com alta diversidade de espécies e interações entre elas”.

período anterior à pandemia do Coronavírus, que exigiu o isolamento social como medida de prevenção.

6 Considerações finais

Em nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de vivenciar os primeiros momentos relacionados à elaboração do plano de salvaguarda das tradições doceras coloniais em Morro Redondo. Ao nos apropriarmos da Teoria Ator-Rede como metodologia que estrutura todo o nosso trabalho de investigação, percebemos, por exemplo, que os primeiros trilhos deixados em relação ao desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural brasileiro remontam ao início da década de 1920, quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) funcionou como espaço privilegiado dentro do Estado para a concretização de um projeto modernista. Nessas seleções patrimoniais realizadas pelo SPHAN, o caráter estético prevaleceu nitidamente; o valor histórico dos bens não era objeto de maior interesse, exceto em relação à autenticidade das fontes. A prioridade maior era assegurar a proteção através da inscrição dos bens nos Livros Tombo.

A política de preservação do patrimônio cultural brasileiro sofreu reconfiguração a partir da política higienista; da chegada dos automóveis e da industrialização exigindo o “progresso” e da transformação das cidades a partir da construção de avenidas, com a derrubada de edificações coloniais. Esse contexto contribuiu para a transformação, em 1970, do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), anteriormente vinculado ao SPHAN, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em 1979, houve a fusão do IPHAN com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), porém, essa conduta não obteve resultados satisfatórios em virtude da não implementação efetiva das ideias defendidas pelo CNRC, mesmo com a liderança de Aloísio de Magalhães. Tal ação promoveu o tensionamento da área do patrimônio, que passou a atentar para as questões relacionadas à cultura popular e os interesses nacionais como forma de promoção do desenvolvimento econômico.

Dessa forma, surge o conceito do patrimônio cultural imaterial como resultado do processo de reivindicações dos países asiáticos e do chamado Terceiro Mundo. Em decorrência do patrimônio local ser constituído por criações populares anônimas que se tornam importantes em função de expressarem conhecimentos, práticas e processos culturais, esses atores argumentam que a inexistência de materialidades preservadas não são aspectos restritivos ao processo de salvaguarda.

No Brasil, a Constituição de 1988 foi um marco para se pensar o direito à cultura como um direito fundamental de todo cidadão. Os artigos 215 e 216 da nossa Constituição (BRASIL, 1988) contribuem para um entendimento de cultura e de patrimônio cultural brasileiro. Estudiosos explicam que, após reflexões, o termo passou a ser ampliado com a intenção de refletir a relação da sociedade com a cultura e potencializar seu valor simbólico e identitário.

A partir da Constituição de 1988, o processo de patrimonialização no Brasil sofreu modificações. A noção de patrimônio cultural imaterial trouxe consigo a oportunidade da luta contra a invisibilidade e o esquecimento históricos das camadas subalternizadas. No IPHAN, surge o Inventário Nacional de Referências Culturais como a metodologia apropriada para o estudo dos bens que se candidatam ao registro em um dos quatro livros da instituição. Novos atores, novos patrimônios e novas lutas incorporam o campo patrimonial brasileiro.

Quando investigamos o processo de patrimonialização e de salvaguarda das tradições doceiras em Morro Redondo, percebemos que o patrimônio em questão não está ainda consolidado no município. Por essa razão, optamos pela utilização da Teoria Ator-Rede para acompanharmos todos os processos quando eles estavam se constituindo, sem terem sido, ainda, fechados em uma “caixa-preta” ou uma verdade cristalizada, conforme sugere o pensamento latouriano.

Com a intenção de compreendermos a dinâmica da rede de atores envolvida com as tradições doceiras coloniais em Morro Redondo, identificamos as controvérsias existentes e atentamos à ação dos atores humanos e não humanos que, em constante interação, formaram conexões até então imprevisíveis. Partindo dessa analogia latouriana, percebemos que a rede estudada é um labirinto sem começo nem fim; sem centro e sem periferia; um conjunto de atalhos e de desvios com configurações inesperadas.

Seguimos os rastros deixados pelo tacho de cobre e nos deparamos com os primeiros actantes que atuaram no processo de patrimonialização das tradições doceiras estudadas: o tacho de cobre; o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) das tradições doceiras em Pelotas e na Antiga Pelotas; as instruções normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No decorrer dos trabalhos em campo, verificamos também que são agentes não humanos: os objetivos e ações realizadas pela Associação dos Empreendedores

de Turismo de Morro Redondo (AETMORE); as ações do Roteiro Turístico Morro de Amores; as atividades realizadas com as crianças que participam do Centro de Tradições Gaúchas Cancela Grande; as orientações e projetos de extensão da EMATER/RS-ASCAR e da EMBRAPA/RS; as ações do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); o desejo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos (SMCD) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo (SMDR-Tur) em potencializar a diversidade cultural relacionada às tradições doceras coloniais; as ações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RS); a formação e a atuação do Grupo de Trabalho da Salvaguarda “Saboreie a Colônia”; as ações do Museu Histórico de Morro Redondo; a entrada da soja e do milho transgênicos, modificando a paisagem cultural, e a pandemia de COVID-19.

Percebemos o quão inicial se encontra o processo de construção do plano de salvaguarda de tal patrimônio cultural imaterial. Apesar do estágio inicial do processo de elaboração do plano de salvaguarda das tradições doceras em Morro Redondo, percebemos a presença de controvérsias que traziam movimentação entre os actantes, ora os aproximando, ora os afastando. Da mesma forma, foi possível perceber a presença dos conflitos e do jogo de poder inerentes ao campo do patrimônio, no qual alguns actantes tiveram o seu local de fala reconhecido em troca do silenciamento e do esquecimento de outros.

Acompanhar esses primeiros passos dados em direção à elaboração do plano de salvaguarda do patrimônio imaterial estudado nos permitiu perceber também o contínuo movimento dos actantes na rede. Percebemos também o quanto o plano de ação deles fortalece discursos que se apropriam dos estudos preliminares relacionados às tradições doceras, como é o caso do Dossiê (IPHAN, 2018b) e o Inventário Nacional de Referências Culturais (REITH *et al.*, 2008) referentes às tradições doceras em Pelotas e na Antiga Pelotas, como forma de justificativa para as suas ações.

As conclusões acima relatadas podem ser exemplificadas ao iluminarmos (no sentido latouriano do termo) os nós denominados: Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo, o Roteiro Turístico Morro de Amores, o Centro de Tradições Gaúchas Cancela Grande, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul, o Conselho Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Turismo e a própria Prefeitura Municipal.

A atuação dos actantes indicados se dá no sentido de fortalecer a ideia de desenvolvimento do turismo rural, tendo como fio condutor as tradições doceiras coloniais. A justificativa mais presente entre os actantes para a existência dos seus respectivos planos de ação vem a ser a do turismo rural como meio de recuperação do desenvolvimento econômico que o município possuía antes do fechamento do frigorífico e fábrica de embutidos COSULATI, em 2016. Tal fato ocasionou o êxodo de muitas famílias no município. Para esse grupo, o desenvolvimento do turismo rural se caracteriza como sendo a provável saída encontrada para fomentar a fixação da população rural do município.

Nesse contexto, a utilização do patrimônio cultural imaterial corre o risco de seguir a trilha a caminho da consolidação de discursos de cunho nacionalista característicos do século XIX. Como exemplo, podemos citar o fortalecimento de ideias que legitimam tão somente a colonização e os descendentes de pomeranos, alemães e italianos como os únicos detentores do saber-fazer no município em questão.

Nesse âmbito, apoiamo-nos em estudiosos renomados do patrimônio, para lembrar que as tradições e as comemorações são inventadas para que a ideia de nação seja fortalecida, com o objetivo de criar a ilusão de uma origem comum, mesmo em territórios que têm uma diversidade étnica e cultural. Sabemos que tal conduta promove a homogeneização das culturas, acabando por retirar delas o que é de mais valor: a pluralidade das manifestações e a renovação das tradições. As ações poderão contribuir para a aceitação do caráter imutável da identidade social no presente; por construir não apenas a definição do que é patrimônio e como as tradições devem ser revisitadas, em favor de uma mentalidade em relação ao termo que deslegitima tudo o que for contrário a ela.

Outra configuração na rede estudada revelou a aproximação dos seguintes actantes: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, juntamente com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/RS-ASCAR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul (EMBRAPA/RS), o Museu Histórico de Morro Redondo (MHMR) e o Grupo de Salvaguarda das tradições doceiras coloniais. Os planos de ação desses actantes visam fortalecer a multiplicidade étnica ligada às tradições doceiras coloniais no município.

A partir de nossa pesquisa, observamos que o tacho de cobre se caracteriza como um “ator híbrido”, conforme a concepção latouriana. Essa categoria resulta da mediação entre uma pessoa e um objeto, fazendo surgir um terceiro agente resultante da fusão dos dois. Embasados na Teoria Ator-Rede, verificamos que o programa de ação de tacho de cobre consiste em potencializar as memórias relacionadas aos imigrantes e aos ciganos em relação às tradições doceiras. Percebemos, também, que a agência do tacho de cobre afasta os quilombolas em relação às narrativas construídas por alguns atores na rede estudada.

Ao seguirmos os rastros deixados pelo tacho de cobre, compreendemos que o Inventário Nacional de Referências Culturais define o artefato como um objeto biográfico (por traduzir a relação dele com os humanos) e de resiliência (em relação às normas sanitárias exigidas pela ANVISA). Outrossim, percebemos que o tacho de cobre funciona como um museu efêmero e potencializa a reminiscência das memórias de idosos portadores de Alzheimer, aspectos já analisados, em 2018, durante o nosso Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas.

Percebemos, também, que essa pesquisa ainda tem um longo caminho a percorrer durante os anos vindouros. Pretendemos, então, continuar seguindo os rastros deixados pelo tacho de cobre e observar as novas conformações que a rede terá, tendo em vista que o processo de patrimonialização e de salvaguarda das tradições doceiras em Morro Redondo tem gerado novas controvérsias que promovem novas configurações entre os actantes: os que eram mediadores em um determinado momento passaram a ser intermediários e vice-versa. Tal fato demonstra a importância da aplicação do uso da Teoria Ator-Rede como metodologia estruturante e conceitual da nossa pesquisa, pois, a partir dela, tivemos a oportunidade de acompanhar o processo e não um produto resultante da patrimonialização e da salvaguarda das tradições doceiras coloniais.

No tocante às tradições doceiras coloniais, os estudos realizados permitiram perceber, também, que ela pode resultar da intervenção do presente sobre o passado. Longe de ser algo cristalizado, a tradição pode se renovar, a cada geração, tanto no tempo quanto no espaço, a partir da ação da contemporaneidade. Nesse ínterim, o conjunto de conhecimentos que cada geração entrega à seguinte pode ser modificado a partir da percepção da influência do presente na sua renovação. Dessa maneira, a tradição atingirá seu sentido pleno, pois será fruto da ação da contemporaneidade e

do modo como nossos contemporâneos as revivem, abrindo espaço para o fortalecimento das múltiplas faces das memórias sociais em suas coletividades.

Referências

- ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALFONSO, L. P. **Arqueologia e turismo**: sustentabilidade e inclusão social. 2012. 377 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARANTES, A. A. The celebration of cultural diversity and the politics of difference in safeguarding intangible cultural heritage. **Ethnologies**, v. 36, n. 1-2, p. 279-296, 2014.
- ARÉVALO, J. M. El patrimonio como representación colectiva: la intangibilidad de los bienes culturales. **Andes**, v. 23, n. 2, s.p., 2012.
- BACH, A. N. O patrimônio industrial rural: as fábricas de compotas de pêssego em Pelotas – 1950 a 1970. **Revista Memória em Rede**, v. 2, n. 2, p. 72-80, 2010.
- BACH, A. N. **Patrimônio agroindustrial**: inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990). 2017. 239 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.
- BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2016.
- BERGSON, H. **Cours I, II, III**. Paris: PUF, 1992.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 22 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto n. 5.753, de 12 de abril de 2006**. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm. Acesso em: 22 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República,

1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 26 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14017.htm. Acesso em: 26 out. 2022.

BRASIL. **Turismo rural**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BROMBERGER, C. “Le patrimoine immatériel” entre ambiguïtés et overdose. **L'homme**: Revue française d'anthropologie, v. 209, p. 143-151, 2014.

BRULON, B. C. S. Entre um mundo e o dos Outros: magia e descolonização na performance museal. **Modos: Revista de História da Arte**, v. 3, n. 3, p. 243-264, set. 2019.

BRULON, B. C. S. **Máscaras guardadas**: musealização e descolonização. 2012. 448 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

BRULON, B. C. S. Passagens da museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018.

BUCCELLI, D. O.; POPADIUK, S. Integração dos ativos intangíveis no processo de planejamento estratégico: uma revisita à matriz SWOT. **Revista FACEF**, v. 10, n. 3, p. 284-298, 2007.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, A. C. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

CALLON, M. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. **Sociologias**, n. 19, p. 302-321, 2008.

CERQUEIRA, F. V. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais In: IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição, 4., 2010, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2010. p. 872-962.

CERQUEIRA, F. V.; FERREIRA, M. L. M. O doce e a festa: os odores da celebração. In: LEAL, N. M. P. M.; MICHELON, F. F.; NUNES, J. F. I. (org.). **Os doces sentidos**: poesias, estudos, imagens, receitas. Pelotas: Buhring, 2016. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/6453/1/Doces_finos_pelotenses_tradicao_e_identidade.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

CERQUEIRA, F. V.; HEIDEN, R.; RIBEIRO, D. L. A tradição dos doces coloniais em Pelotas: exposição, patrimônio e memória. **Museologia e Patrimônio**, v. 13, n. 2, p. 219-231, 2020.

CHAGAS, M. S. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: IBRAM: Garamond, 2009.

CHAGAS, M. S. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, p. 43-81, 2002.

CHAGAS, M. S. No museu com a turma do Charlie Brown. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 2, n. 2, p. 49-65, maio 1994.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: UNESP, 2017.

CONSELHOS Municipais. **Prefeitura de Morro Redondo**, Morro Redondo, 2022. Disponível em: <https://morroredondo.rs.gov.br/conselhos.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

COSULATI busca ampliação do mercado de aves em Morro Redondo. **Jornal Tradição**, Pelotas, 16 maio 2014. Disponível em: <https://anterior.jornaltradicao.com.br/site/content/economia/index.php?noticia=10631>. Acesso em: 31 maio 2022.

CUNHA, J. da M. Participação social na política de patrimônio imaterial do Iphan: análise de diretrizes, limites e possibilidades. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 60-85, jan./set. 2018.

DE VARINE, H. B. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianeira, 2013.

DILLY, G.; GEVEHR, D. L. Patrimônio cultural e tombamento no Rio Grande do Sul: uma contribuição para os estudos urbanos. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 2, p. 262-275, 2017.

DIONES FORLAN NUNES DA SILVA. **[Sem título]**. Morro Redondo, 2019. Facebook: [dionesforlan.nunesdasilva.9](https://pt-br.facebook.com/dionesforlan.nunesdasilva.9/). Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/dionesforlan.nunesdasilva.9/>. Acesso em: 26 out. 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Código florestal**. Brasília: EMBRAPA, 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>. Acesso em: 26 out. 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Memória EMBRAPA**: Região Sul. Brasília: EMBRAPA, s.d. Disponível em: <https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/regiao-sul>. Acesso em: 18 out. 2022.

FABRE, D. (org.) **Émotions patrimoniales**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L'homme, 2013.

FERREIRA, L. A. Políticas públicas de cultura. In: CALABRE, L. (org.). **Políticas culturais**: reflexões e ações. São Paulo: Itaú Cultural, 2009. p. 59-68.

FERREIRA, M. L. M. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora: Revista de Arte Mídia e Política**, n. 10, p. 102-118, 2011.

FIGURELLI, G. R.; MESSIAS, A. C.; RIBEIRO, D. L. Memória, senilidade e museu: o caso do Museu Histórico de Morro Redondo-RS. **Publication UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 24, n. 2, p. 133-144, maio/ago. 2016.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FORLAN, D. Empreendedores de Morro Redondo esperam incremento do turismo regional pós-pandemia. **Jornal Tradição**, Pelotas, 8 maio 2020. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/morro-redondo/geral/empreendedores-esperam-incremento-do-turismo-regional-pos-pandemia/>. Acesso em: 20 out. 2022.

FORLAN, D. GT da Salvaguarda da Tradição Doceira se reúne durante a III Festa do Doce Colonial de Morro Redondo. **Jornal Tradição**, Pelotas, 2019c. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/morro-redondo/cultura/gt-da-salvaguarda-da-tradicao-doceira-se-reune-durante-a-iii-festa-do-doce-colonial-de-morro-redondo/>. Acesso em: 26 out. 2022.

FORLAN, D. Morro Redondo: Plano Municipal de Turismo é discutido com diversos segmentos da comunidade. **Jornal Tradição**, Pelotas, 2019a. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/morro-redondo/cultura/morro-redondo-plano-municipal-de-turismo-e-discutido-com-diversos-segmentos-da-comunidade/>. Acesso em: 20 out. 2022.

FORLAN, D. Morro Redondo: Segunda reunião de Salvaguarda da Tradição dos Doces Coloniais é realizada. **Jornal Tradição**, Pelotas, 2019b. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/morro-redondo/geral/morro-redondo-segunda-reuniao-de-salvaguarda-da-tradicao-dos-doces-coloniais-e-realizada/>. Acesso em: 20 out. 2022.

FREIRE, B. M. O inventário e o registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 2, n. 3, p. 11-20, 2005.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. de C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1996.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GONÇALVES, J. R. S. Os limites do patrimônio. In: BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C.; LIMA FILHO, M. F. (org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 239-248.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GREENBLATT, S. Ressonance and wonder. *In*: KARP, I.; LAVINE, S. L. (ed.). **Exhibiting cultures**: the poetics and politics of museums display. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HASSARD, J.; LAW, J. (ed.) **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell, 1999.

HEYMANN, L. Q. **O "devoir de mémoire" na França contemporânea**: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

HERNÁNDEZ, J. B. Usos del patrimonio: acción social y turismo: hacia un necesario consenso. **Diálogos**, v. 12, n. 1, p. 103-117, 2008.

HERNÁNDEZ, J. B.; TRESSERRAS, J. J. **Gestión del patrimonio cultural**. 3. ed. Barcelona: Ariel, 2007.

HISTÓRIA e tradição: patrimônio cultural de Pelotas é reconhecido pelo IPHAN. **IPHAN**, Brasília, 30 maio 2018. Disponível em: <https://anetteruas.com.br/noticia/patrimonio-cultural-de-pelotas-e-reconhecido-pelo-iphan>. Acesso em: 22 out. 2022.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HUGHES, T. **Networks of Power**: Electrification in Western Societies, 1880-1930. Baltimore: John Hopkins University Press, 1983.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Morro Redondo – RS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/morro-redondo/panorama>. Acesso em: 30 set. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ata da 88ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, 2018a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/88_reuniao_ordinaria_do_conselho_consultivo.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Fortaleza**. Brasília: IPHAN, 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê de registro da região doceira de Pelotas e antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS**. Brasília: Ministério da Cultura, 2018b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Orientações para a Salvaguarda de Bens Culturais Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Resolução n. 1, de 3 de agosto de 2006**. Brasília: IPHAN, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Termo de referência para a Salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais (INRC). **IPHAN**, Brasília, s.d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>. Acesso em: 20 out. 2022.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: 34, 1994a.

LATOUR, B. **La science en action**. Paris: La Découverte, 1989.

LATOUR, B. On technical mediation: Philosophy, Sociology, Genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994b.

LATOUR, B. **Reagregando o social**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LAW, J. Actor network theory and material semiotics. *In*: TURNER, B. S. (ed.). **The New Blackwell Companion to Social Theory**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009. p. 141-158.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LE MOS, A. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

KNOX, P. L.; MAYER, H. Slow cities: Sustainable places in a fast world. **Journal of Urban Affairs**, v. 28, n. 4, p. 321-334, 2006.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MESSIAS, A. C. **Memórias potencializando diálogos entre o efêmero e o histórico**: o caso do “Café Com Memórias” no Museu Histórico de Morro Redondo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

MESSIAS, A. C. *et al.* A intergeracionalidade no Museu Histórico de Morro Redondo/RS. In: BANDEIRA, A. R.; MICHELON, F. F. (org.). **A extensão universitária nos 50 anos da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas: UFPel, 2020. p. 243-258.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, v. 2, n. 3, p. 14-26, ago./nov. 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria n. 326, de 30 de julho de 1997**. Brasília: Secretaria de Vigilância Sanitária, 1997.

MORRO REDONDO. **Lei n. 252, de 7 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Morro Redondo – CONDERMOR, e dá outras providências. Morro Redondo: Câmara Municipal de Vereadores, 1994. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/m/morro-redondo/lei-ordinaria/1994/26/252/lei-ordinaria-n-252-1994-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-desenvolvimento-rural-de-morro-redondo-condermor-e-da-outras-providencias?q=conselho+desenvolvimento+rural>. Acesso em: 20 out. 2022.

MORRO REDONDO. **Lei n. 1.993, de 29 de outubro de 2015**. Cria o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Morro Redondo: Câmara Municipal de Vereadores, 2015a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/m/morro-redondo/lei-ordinaria/2015/200/1993/lei-ordinaria-n-1993-2015-cria-o-conselho-municipal-de-turismo-comtur?q=conselho+desenvolvimento+rural>. Acesso em: 20 out. 2022.

MORRO REDONDO. **Lei n. 2.291, de 26 de agosto de 2020**. Institui no município o Plano Municipal de Turismo. Morro Redondo: Câmara Municipal de Vereadores, 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/m/morro-redondo/lei-ordinaria/2020/230/2291/lei-ordinaria-n-2291-2020-institui-no-municipio-o-plano-municipal-de-turismo>. Acesso em: 20 set. 2022.

MORRO REDONDO. **Plano decenal de educação**. Morro Redondo: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2015b. Disponível em: https://www.camaramorroredondo.com.br/projetos/2015/plano_municipal_educacao.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

MORRO REDONDO. **Plano Municipal de Turismo 2019/2023**. Costa Doce: SEBRAE/RS, 2019.

MORRO Redondo, Terra do Doce Colonial. [S.l.: s.n.], 4 fev. 2021. 1 vídeo (33 min 19 s). Publicado pelo canal Morro Redondo Terra do Doce Colonial. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=WBzf2qJaC0Y&feature=youtu.be&ab_channel=MorroRedondoTerradoDoceColonial. Acesso em: 26 out. 2022.

MÜLLER, R. P. Ritual, Schechner e Performance. **Horizontes Antropológicos**, n. 24, p. 67-85, jul./dez. 2005.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, N. P.; REOLON, C. N. R. A moda do vestido de prenda: do surgimento até os dias atuais. **RIHGRGS**, n. 157, p. 175-196, dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Convencao_Salvaguarda_Patrimonio_Imaterial.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Patrimônio Mundial no Brasil. **UNESCO**, Brasília, 1993. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 20 out. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRATS, L. **Antropología y Patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, n. 27, p. 63-76, 1998.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 21, p. 17-35, 2005.

REITH, F. *et al.* **Inventário Nacional de Referências Culturais**: produção dos doces tradicionais pelotenses: Relatório Final. Pelotas: UFPel, 2008. v. I-II.

RIBEIRO, D. L. **A ciência da informação em ação**: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, D. L. *et al.* A presença na ausência: a performance e a biografia dos objetos como ativadores de memória. **MIDAS**, v. 8, p. 1-16, 2017.

ROSA, G. C.; SILVA, R. M. D. Educação patrimonial e reelaboração simbólica em processos de patrimonialização cultural: a situação de Antônio Prado, RS. **Oficina do Historiador**, v. 10, n. 1, p. 163-182, 2018.

ROTEIRO MORRO DE AMORES. [**Sem título**]. Morro Redondo, 2019. Facebook: morrodeamores. Disponível em: https://www.facebook.com/morrodeamores/?_rdc=2&_rdr. Acesso em: 26 out. 2022.

SANT'ANNA, M. G. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

SCHECHNER, R. **Between theater and anthropology**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.

SCHECHNER, R. **Performance studies**: An introduction. London: Routledge, 2002.

SCHECHNER, R. **Performance theory**. London: Routledge, 1988.

SCHNEID, L. Morro Redondo, um refúgio na Serra do Sudeste. **Jornal Tradição**, Pelotas, 8 maio 2020. Disponível em: <https://www.jornaltradicao.com.br/morro-redondo/geral/morro-redondo-um-refugio-na-serra-do-sudeste/>. Acesso em: 20 out. 2022.

SECRETARIA de Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Prefeitura Municipal de Morro Redondo**, Morro Redondo, s.d. Disponível em: <https://morroredondo.rs.gov.br/agricultura.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

SMITH, L. Class, heritage and the negotiation of place. *In*: MISSING OUT ON HERITAGE: SOCIO-ECONOMIC STATUS AND HERITAGE PARTICIPATION, 2009, London. **Proceedings [...]**. London: English Heritage, 2009. p. 1-11.

TORNATORE, J-L. Patrimônio, memória, tradição etc.: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Revista Memória em Rede**, v. 1, n. 1, p. 7-21, mar. 2009.

TURISMO impulsiona o desenvolvimento de Morro Redondo. **SEBRAE**, Porto Alegre, 20 out. 2017. Disponível em: <https://sebraers.com.br/turismo-impulsiona-o-desenvolvimento-de-morro-redondo/>. Acesso em: 20 out. 2022.

TURNER, V. W. **From ritual to theatre**: the human seriousness of play. New York: Performance Arts Journal Publications, 1982.

TURNER, V. W. **The anthropology of performance**. New York: Performance Arts Journal Publications, 1988.

VERDÉLIO, A. Iphan completa 80 anos com grande patrimônio e poucos recursos. **Agência Brasil**, Brasília, 13 jan. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-01/iphan-completa-80-anos-com-grande-patrimonio-e-poucos-recursos>. Acesso em: 20 out. 2022.

Anexos

Anexo A – Fichas do Inventário

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS		CÓDIGO DA FICHA					
		RS	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO		UP	MTS	LOC	ANO	FICHA	NO.
LOCALIDADE							

1. LOCALIZAÇÃO

Sítio	Zona Rural de Pelotas e Morro Redondo
LOCALIDADE	Santo Amor e Açõita cavalo
MUNICÍPIO / UF	Pelotas / RS; Morro Redondo / RS.

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.



Fonte: Propriedade do senhor Rui Cruz, Açõita Cavalo.
Fonte: Acervo INRC.



Fonte: Propriedade do senhor Rui Cruz, Açõita Cavalo.
Fonte: Acervo INRC.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA REGIÃO				
		ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
UP	MTD	LOC	ANO	FICHA	NÚM.	

SÍNTESE

Doces Coloniais ou doces de fruta - O modelo econômico e a constituição fundiária implementados na região de Pelotas foram determinantes para a constituição da tradição de doces coloniais. A safra das charqueadas era curta, o trabalho se realizava de novembro a abril. No período da entressafra, os escravos eram deslocados para as chácaras, localizadas na Serra dos Tapes, no interior do município, para produzir renda extra no cultivo de milho, feijão, batata, abóbora, etc. Após a abolição estas propriedades foram vendidas ou arrendadas pelos charqueadores e transformadas em lotes rurais. Daí se originaram as várias colônias que compõem a região rural do município, as quais receberam imigrantes franceses, alemães, pomeranos e italianos. Desde o final do século XIX, alguns colonos dedicavam-se ao plantio de várias árvores frutíferas: pessegueiros, marmeleiros, figueiras, goiabeiras e vinhas, que, além do vinho, forneciam o suco e o doce de uva. Na segunda metade do século XX, com o avanço do processo de industrialização da produção de doces coloniais, foram criadas várias fábricas familiares.

As formas artesanais de produzir os doces, com utilização de diversas frutas, permanecem majoritariamente sendo desenvolvidas por famílias ou pequenas manufaturas domésticas localizadas na região colonial. Dentre a imensa variedade de doces de fruta produzidos na região de Pelotas, seja de forma artesanal ou industrial, encontram-se a Pessegada, a Passa de Pêssego, a Compota de Pêssego, o Origone (feito de pêssego seco), o Figo Cristalizado e a Marmelada Branca, feita com marmelo trazido principalmente do Uruguai. Percebe-se através de entrevistas, na zona rural de Pelotas, que os produtores aprenderam o feito do doce com avós e bisavós, que por sua vez perpetuaram essa tradição de seus antepassados, geralmente imigrantes europeus que vieram para o Brasil na condição de colonos ou como proprietários de terras. Na maioria dos casos, a produção do doce é percebida como uma alternativa de renda. Porém, acima das necessidades econômicas, verifica-se o caráter cultural da tradição doceira em que se afirmam as diferenças étnicas a despeito das reelaborações e cruzamentos que ocorreram.

Hoje, a manutenção desta tradição doceira oscila entre as formas artesanais de fazer e a produção industrial. Verifica-se nessa região a preocupação em preservar o que se entende como modo de fazer tradicional. Algumas pessoas demonstram a preferência por uso de artefatos como tacho de cobre, colher de pau, fogão a lenha, etc., ditos tradicionais no âmbito familiar. Por outro lado, existem produtores que iniciaram a sua produção doceira através de uma ruptura com o fazer artesanal. As transformações e renovações dessa tradição, fluem entre a produção voltada ao consumo doméstico e a produção com fim econômico, o que configura um sistema de produção que abrange manufaturas, artesanato e indústria.

4. DESCRIÇÃO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA			
		ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO R8	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO 2008	F11	04
UP	MTG	LOC	ANO	FICHA	NO.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A região da Serra dos Tapes é composta marcadamente por minifúndios e pela policultura, com destaque à fruticultura e horticultura, associadas, na origem da ocupação destes territórios pelos imigrantes europeus, à introdução da avicultura e suinocultura. Prevaleram culturas anuais, como o milho, a batata, o tomate, citrinos e, mais recentemente, o fumo, que desestabilizou o princípio policultor dos minifúndios regionais, desde a formação sócio-econômica desta região no último quartel do século XIX.

A introdução destas novas formas econômicas na região serrana está associada à instalação de colônias compostas por grupos étnicos de origem européia, que criam formas sócio-econômicas baseadas na adaptação de suas tradições, trazidas da Europa, às características fisiográficas da área de sua instalação e às demandas históricas do estímulo da ocupação destas áreas por estes contingentes populacionais de imigrantes, que criaram o que se costuma chamar de economia colonial. Estas colônias se expandiram, a partir das zonas litorâneas de São Lourenço com Gangue e Pelotas, para outros municípios. A particularidade de nossa região no movimento de criação de colônias é a diversidade das etnias: alemã, pomerana, italiana e francesa. No que se refere aos municípios envolvidos em nosso estudo, este movimento de criação de colônias em terras devolutas, na área rural, foi determinante na formação econômica e cultural de Morro Redondo, Arroio do Padre, Pelotas e Turuçu, que possuem áreas configuradas sob a influência histórica e cultural dos colonos europeus.

De certa forma, a introdução das colônias de imigrantes na região resulta na criação de uma nova unidade produtiva: o minifúndio baseado na policultura, sobretudo na horticultura, inicialmente planejado para suprir a alimentação das cidades que cresciam no final do século XIX. A maioria destas colônias foram criadas como empreendimentos particulares, apesar de dois casos particulares em Pelotas, a Colônia Maciel, que era uma colônia imperial, e a Colônia Municipal (atual Grupelli). Deste modo, podemos afirmar que, na segunda metade do século XIX, a introdução das colônias reconfiguraram por completo a estrutura fundiária, o latifúndio estancieiro pecuarista cedendo lugar a esta nova configuração, o minifúndio horticultor. Essa economia de minifúndios, chamada economia colonial, gerou nestas áreas alguns períodos de fortalecimento econômico, a partir de atividades geradas pelo desenvolvimento destes núcleos coloniais, tais como a produção artesanal do vinho e de doces e a produção industrial do pêssego em conservas (a partir da segunda metade do século XX).

Morro Redondo e Arroio do Padre são os únicos casos da região de municípios cujo núcleo urbano que funciona como sede do município foi resultado do processo de ocupação colonial da área, sobretudo por colonos de origem, respectivamente, alemã e pomerana.

A presença do imigrante alemão e pomerano, do ponto de vista cultural, coloca a diversidade de religiões cristãs, com a introdução de cultos evangélicos luteranos, paralelamente ao culto católico, predominante entre os descendentes de italianos e franceses. Deste modo, já no século XIX, a chegada de imigrantes relativizou o predomínio católico na região, com a introdução de cultos evangélicos na área colonial de imigração.

Os chamados doces de fruta, eventualmente denominados doces de safra, doces coloniais ou mesmo doces de tacho, possuem sua origem na região de economia colonial, fortemente marcada pela fruticultura. Hoje, a manutenção desta tradição doceira oscila entre as formas artesanais de fazer e a produção industrial. As diversas formas artesanais, calcadas na tradição, com base na qual são produzidos doces bastante variados, com utilização de diversas frutas, apesar do predomínio do pêssego, permanecem majoritariamente sendo desenvolvidas por famílias ou pequenas manufaturas domésticas localizadas na região colonial, sobretudo na faixa territorial da encosta do Planalto Sul Rio-grandense, com concentração maior na Serra dos Tapes e mais reduzida na Coxilha. As indústrias de maior porte, por sua vez, concentram-se hoje nas áreas urbanas, sobretudo no distrito industrial de Pelotas, localizado junto à sede do município (no primeiro distrito), e em Morro Redondo, apesar de que, em décadas passadas, espalhavam-se em toda região colonial dezenas de pequenas indústrias de conserva e compotas.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA					
		RS	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
UP	MTG	LOC	ANO	FICHA	NO.		

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

A região da Serra dos Tapes abrangida pela zona colonial do município de Pelotas corresponde à subdivisão do Planalto Sul Rio-grandense denominada Unidade Geomorfológica Planalto Rebaixado Marginal, marcada por uma superfície dissecada, posicionada altimetricamente entre 100 e 200 m, podendo em certas áreas atingir 450 m, que isola os relevos elevados dos Planaltos Residuais Canguçu-Caçapava do Sul. O relevo encontra-se bastante dissecado em rochas pré-cambrianas do conhecido Escudo Sul Rio-Grandense, configurando colinas, interflúvios, tabulares e secundariamente cristais. As encostas são geralmente íngremes, onde se encontram matacões. Há comilhões e às vezes planos rochosos inclinados, onde as colinas têm topo estreito (RADAMBRASIL, 33, 1986, p. 355).

Nos compartimentos alveolares, genericamente, encontram-se solos profundos, apresentando até duas linhas de pedra, separadas por colúvios. Al também ocorrem paleocanais colmatados em posição mais elevada nas encostas das colinas e cascalheiros, indicam inversão de relevo. Constatou-se em trabalho de campo que nos paleocanais há encrostamento em torno de raízes, separados de uma cobertura colúvia, por uma linha de pedra, composta de fragmentos de crosta e seixos de quartzo e quartzito. A cobertura colúvia pode ser espessa, podendo atingir até 2m. Nas áreas onde os topos são planos, configurando interflúvios tabulares, encontram-se pavimentos detriticos e afloramentos rochosos em forma de lajeados. (RADAMBRASIL, 33, 1986, 353).

Essa Região Geomorfológica do Planalto Sul Rio-Grandense abrangida pelo município de Pelotas, além dos municípios de Morro Redondo, Capão do Leão, Arroio do Padre e Turuçu, emancipados de Pelotas a partir de finais da década de 1980, subdivide-se, do ponto de vista da altitude e da formação geológica, na região da Coxilha e da Serra dos Tapes.

A região da Serra dos Tapes, correspondente ao "escudo cristalino pré-cambriano", compreende integralmente os demais distritos rurais: Trunfo (4º), Cascata (5º), Santa Silvana (6º), Quilombo (7º), Rincão da Cruz (8º), incluindo integralmente a área do município de Arroio do Padre, encravado dentro do território do município de Pelotas, e Morro Redondo, e atingindo ainda parcialmente Capão do Leão e Turuçu, os quais compartilham com Pelotas a característica de distribuírem sua faixa territorial ao longo destas três áreas geomorfológicas identificadas.

A região da Serra dos Tapes é composta marcadamente por minifúndios e pela policultura, com destaque à fruticultura e horticultura, associadas, na origem da ocupação destes territórios pelos imigrantes europeus, à introdução da avicultura e suinocultura. Prevalcem culturas anuais, como o milho, a batata, o tomate, cítricos e, mais recentemente, o fumo, que desestabilizou o princípio policultor dos minifúndios regionais, desde a formação sócio-econômica desta região no último quartel do século XIX.

Quanto ao município de Morro Redondo, grande parte da área municipal se situa acima dos 200 metros ao nível do mar. Originalmente, a maior parte da área de Morro Redondo era composta por bosques nativos (floresta estacional semidecidual), reduzidos pela ocupação humana a pequenas manchas, registrando-se a ocorrência de açoita-cavalo, aroeira, pitangueira, buleazeiro, canela preta, jerivá e araucária. Além dos campos, com vegetação rasteira e herbácea (pampas), o florestamento também se faz presente por meio de espécies exóticas (eucalipto, pinhos, ciprestes, acácias e plátanos). Morro Redondo está a cerca de 35km de distância de Pelotas, município do qual se emancipou, em 1988.

O clima de Morro Redondo é subtropical ou temperado, com invernos relativamente frios, geadas ocasionais (com uma média de 20 por ano) e ocorrência de neveiros, verões moderados e precipitações regularmente distribuídas durante o ano. A queda de neve é muito rara, mas foi registrada em algumas ocasiões, sendo que a última vez em que ocorreu esse fenômeno foi em 4 de setembro de 2006. O mês mais quente é janeiro, com temperatura média de 21,7°C, e o mês mais frio é julho, com média de 11,7°C. O mês mais chuvoso é fevereiro, com 150mm de precipitação. A temperatura média anual da cidade é de 16,7°C e a precipitação média anual é de 1400 mm.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Pousada da Cachoeira, Igreja do Advento, Igreja da Comunidade São Marcos.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA					
		RS	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
UF	MTD	LOC	ANO	FICHA	Nº		

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

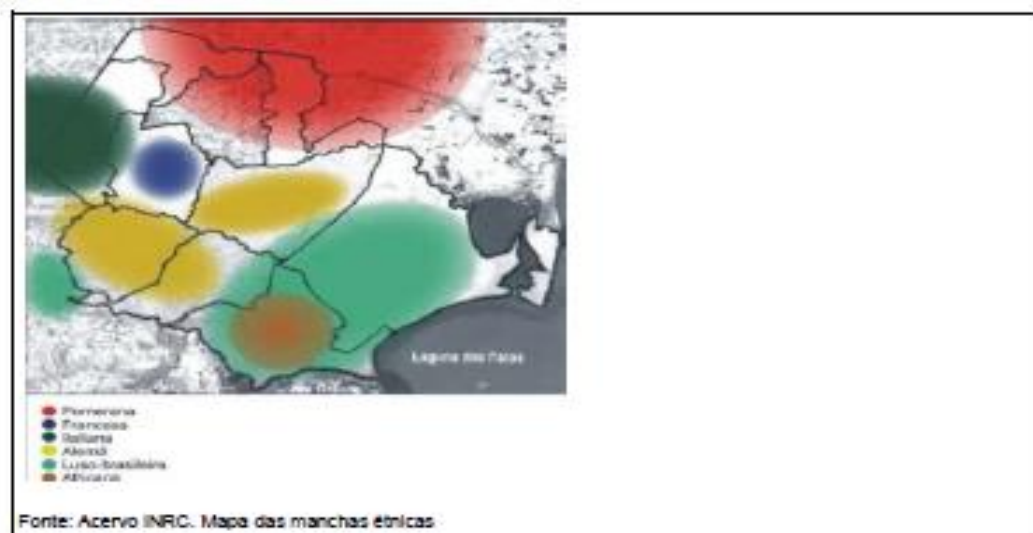
OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

6.1. RESUMO A cidade de Morro Redondo começa a ser colonizada no final do século XIX e início do XX, recebendo imigrantes de origem italiana e alemã, principalmente. Mesmo antes da chegada destes imigrantes, já havia algumas famílias de origem portuguesa estabelecidas na localidade de Passo do Valdez. No final do século XIX, chegaram à região os imigrantes italianos, que adquiriram propriedades do português Afonso Pena. Logo em seguida é a vez dos imigrantes alemães, que adquirem suas propriedades do senhor Domingos José de Almeida. Dessa forma, prossegue o fluxo migratório até o início do século XX, com pessoas vindas de regiões como Blumenau – SC, São Lourenço do Sul e Montenegro (no caso dos alemães). São colonos oriundos, na sua maioria, da zona rural, que se deslocam em busca de melhores condições de vida. Logo de início a região contou com o desenvolvimento do comércio varejista e com o crescimento da zona colonial, a partir das práticas agrícolas. Também foram surgindo, no início do século XX, algumas indústrias como a hidrelétrica, que fornecia energia para indústrias e para a população mais central: as indústrias de conservas, curtume, caracéis e fábricas de queijo. (MANKE, Uslane Glas. Museu Comunitário Morromredondense. IN: Horizontes Urbanos. GIL, Lorena Almeida; LONER, Ana Beatriz; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs). Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Amazônia Literária, 2004).

6.2. CROMOLOGIA	
DATA	EVENTO
Final do século XIX	Início da colonização da cidade.
Início do século XX	Surgimento de indústrias na região.
Final do século XX	Colonização italiana e alemã marcante na região.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA					
		R8	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
		UP	MTG	LOC	ANO	FICHA	NÚ

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO
LEI Nº 11.818, DE 08 DE JUNHO DE 2003. Declara integrante do patrimônio cultural do Estado os doces artesanais de Pelotas. O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte: Art. 1º - Esta Lei declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado os doces artesanais de Pelotas. Art. 2º - É declarado patrimônio cultural do Estado, nos termos e para fins, especialmente dos artigos 220, 221, 222 e 223 da Constituição do Estado, o acervo de receitas, inclusive as de origem portuguesa e açoriana, que, por exprimirem uma arte essencialmente popular, geraram produção artesanal única e característica de Pelotas. § 1º - No prazo de até 60 dias após a promulgação desta Lei, a Comissão Organizadora da Festa Nacional do Doce enviará à Secretaria da Cultura do Estado a relação dos doces artesanais e respectivas receitas. § 2º - Após análise da relação do material enviado, conforme determinado no § 1º, a Secretaria da Cultura encaminhará

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FONTE					
		RS	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
UF	MTD	LOC.	ANO	FONTE	NO.		

ao Governador do Estado proposta de decreto oficializando a relação e as receitas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de Junho de 2003.

Fonte: <http://www.vencer-rs.com.br/portal/docs/lei11919.htm>

PORTARIA SVS/MS Nº 326, DE 30 DE JULHO DE 1997

A Secretária de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando: a necessidade do constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção da saúde da população; a importância de compatibilizar a legislação nacional com base nos instrumentos harmonizados no Mercosul, relacionados às condições higiênicas-sanitárias dos estabelecimentos produtores/industrializadores e Boas Práticas de Fabricação de alimentos - Resolução GMC nº 80/96; que os aspectos não abrangidos por este regulamento de acordo com Anexo I, continuarão cobertos pela legislação nacional vigente, conforme Resolução GMC nº 126/94, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento Técnico: "Condições Higiênicas-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos", conforme Anexo I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MARTA NÓBREGA MARTINEZ

ANEXO I

REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS PRODUTORES/INDUSTRIALIZADORES DE ALIMENTOS

1. OBJETIVO

O presente Regulamento estabelece os requisitos gerais (essenciais) de higiene e de boas práticas de fabricação para alimentos produzidos/fabricados para o consumo humano.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente Regulamento se aplica, quando for o caso, a toda pessoa física ou jurídica que possua pelo menos um estabelecimento no qual sejam realizadas algumas das atividades seguintes: produção/industrialização, fracionamento, armazenamento e transportes de alimentos industrializados.

O cumprimento dos requisitos gerais deste Regulamento não exclui o cumprimento de outros Regulamentos específicos que devem ser publicados.

3. DEFINIÇÕES

Para efeitos deste Regulamento são definidos:

3.1 - Adequado: se entende como suficiente para alcançar a finalidade proposta;

3.2 - Alimento apto para o consumo humano: aqui considerado como alimento que atende ao padrão de identidade e

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA			
		R\$	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008 F11 04
		UP	MTG	LOC	ANO FICHA NO

qualidade pré-estabelecido, nos aspectos higiênico-sanitários e nutricionais.

3.3 - Armazenamento: é o conjunto de atividades e requisitos para se obter uma correta conservação de matéria-prima, insumos e produtos acabados.

3.4 - Boas práticas: são os procedimentos necessários para garantir a qualidade dos alimentos.

3.5 - Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que sejam considerados nocivos ou não para saúde humana.

3.6 - Desinfecção: é a redução, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de microorganismos no prédio, instalações, maquinários e utensílios, a um nível que não origine contaminação do alimento que será elaborado.

3.7 - Estabelecimento de alimentos produzidos/industrializados: é a região que compreende o local e sua circunvizinhança, no qual se efetua um conjunto de operações e processos, com a finalidade de obter um alimento elaborado, assim como o armazenamento ou o transporte de alimentos e/ou suas matérias-primas.

3.8 - Fracionamento de alimentos: são as operações através das quais se divide um alimento, sem modificar sua composição original.

3.9 - Limpeza: é a eliminação de terra, restos de alimentos, pó e outras matérias indesejáveis.

3.10 - Estabelecimento de alimentos produzidos/industrializados: é a região que compreende o local e sua circunvizinhança, no qual se efetua um conjunto de operações e processos, com a finalidade de obter um alimento elaborado, assim como o armazenamento ou transporte de alimentos e/ou suas matérias-primas.

3.11 - Material de Embalagem: todos os recipientes como latas, garrafas, caixas de papelão, outras caixas, sacos ou materiais para envolver ou cobrir, tais como papel laminado, películas, plástico, papel encerado e tela.

3.12 - Órgão competente: é o órgão oficial ou oficialmente reconhecido ao qual o País lhe outorga mecanismos legais para exercer suas funções.

3.13 - Pessoal Tecnicamente Competente/Responsabilidade Técnica: é o profissional habilitado a exercer atividade na área de produção de alimentos e respectivos controles de contaminantes que possa intervir com vistas à proteção da saúde.

3.14 - Pragas: os animais capazes de contaminar direta ou indiretamente os alimentos.

3.15 - Produção de Alimentos: é o conjunto de todas as operações e processos efetuados para obtenção de um alimento acabado.

4 - PRINCÍPIOS GERAIS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS DAS MATÉRIAS PARA ALIMENTOS PRODUZIDOS /INDUSTRIALIZADOS

4.1- Áreas inadequadas de produção, criação, extração, cultivo ou colheita:

Não devem ser produzidos, cultivados, nem coletados ou extraídos alimentos ou criação de animais destinados à alimentação humana, em áreas onde a presença de substâncias potencialmente nocivas possam provocar a contaminação destes alimentos ou seus derivados, em níveis que possam constituir um risco para saúde.

4.2 - Controle de prevenção da contaminação por lixo/sujidades:

As matérias-primas alimentícias devem ter controle de prevenção da contaminação por lixo ou sujidades de origem animal, doméstico, industrial e agrícola, cuja presença possa atingir níveis passíveis de constituir um risco para saúde.

4.3 - Controle de água:

Não devem ser cultivados, produzidos nem extraídos alimentos ou criações de animais destinados à alimentação humana, em áreas onde a água utilizada nos diversos processos produtivos possa constituir, através de alimentos, um risco à saúde do consumidor.

4.4 - Controle de pragas ou doenças:

As medidas de controle que compreende o tratamento com agentes químicos, biológicos ou físicos devem ser aplicadas somente sob a supervisão direta do pessoal tecnicamente competente que saiba identificar, avaliar e intervir nos

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS		CÓDIGO DA FICHA					
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO		RS	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
LOCALIDADE			UP	MTG	LOC	ANO	FICHA

perigos potenciais que estas substâncias representam para a saúde.

Tais medidas somente devem ser aplicadas em conformidade com as recomendações do órgão oficial competente.

4.5 - Colheita, produção, extração e abate:

4.5.1- Os métodos e procedimentos para colheita, produção, extração e abate devem ser higiênicos, sem constituir um perigo potencial para a saúde e nem provocar a contaminação dos produtos.

4.5.2- Equipamentos e recipientes que são utilizados nos diversos processos produtivos não devem constituir um risco à saúde.

Os recipientes que são reutilizáveis devem ser fabricados de material que permita a limpeza e desinfecção completa. Uma vez usados com matérias tóxicas não devem ser utilizados posteriormente para alimentos ou ingredientes alimentares sem que sofram desinfecção.

4.5.3- Remoção de matérias-primas impróprias:

As matérias-primas que forem impróprias para o consumo humano devem ser isoladas durante os processos produtivos, de maneira a evitar a contaminação dos alimentos, das matérias-primas, da água e do meio ambiente.

4.5.4- Proteção contra a contaminação das matérias-primas e danos à saúde pública:

Devem ser utilizados controles adequados para evitar a contaminação química, física ou microbiológica, ou por outras substâncias indesejáveis. Também, devem ser tomadas medidas de controle com relação à prevenção de possíveis danos.

4.6 - Armazenamento no local de produção:

As matérias-primas devem ser armazenadas em condições cujo controle garanta a proteção contra a contaminação e reduzam ao mínimo as perdas da qualidade nutricional ou deteriorações.

4.7- Transporte

4.7.1- Meios de transporte:

Os meios de transporte de alimentos colhidos, transformados ou semi-processados dos locais de produção ou armazenamento devem ser adequados para o fim a que se destinam e constituídos de materiais que permitam o controle de conservação, da limpeza, desinfecção e desinfestação fácil e completa.

4.7.2- Processos de manipulação:

Devem ser de tal forma controlados que impeçam a contaminação dos materiais. Cuidados especiais devem ser tomados para evitar a putrefação, proteger contra a contaminação e minimizar danos. Equipamento especial, por exemplo, equipamento de refrigeração, dependendo da natureza do produto, ou das condições de transporte, (distância/tempo). No caso de utilizar gelo em contato com o produto deve-se observar a qualidade do mesmo conforme item 5.3.12.c) do presente regulamento.

5 - CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES/INDUSTRIALIZADORES DE ALIMENTOS

OBJETIVO: Estabelecer os requisitos gerais/essenciais e de boas práticas de fabricação a que deve ajustar-se todo o estabelecimento com a finalidade de obter alimentos aptos para o consumo humano.

Requisitos Gerais para Estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.

5.1- Localização:

Os estabelecimentos devem se situar em zonas isentas de odores indesejáveis, fumaça, pó e outros contaminantes e não devem estar expostos a inundações, quando não, devem estabelecer controles com o objetivo de evitar riscos de perigos, contaminação de alimentos e agravos à saúde.

5.2- Vias de acesso interno:

As vias e áreas utilizadas para circulação pelo estabelecimento, que se encontram dentro de seu perímetro de ação, devem ter uma superfície dura/ou pavimentada, adequada para o trânsito sobre rodas. Devem dispor de um escoamento adequado assim como controle de meios de limpeza.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA				
		R8	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11
UP	MTS	LOC	ANO	FICHA	NO.	

5.3- Edifícios e instalações:

5.3.1- Para aprovação das plantas, os edifícios e instalações devem ter construção sólida e sanitariamente adequada. todos os materiais usados na construção e na manutenção não devem transmitir nenhuma substância indesejável ao alimento.

5.3.2- Deve ser levado em conta a existência de espaços suficientes para atender de maneira adequada, a todas as operações.

5.3.3- O desenho deve ser tal que permita uma limpeza adequada e permita a devida inspeção quanto a garantia da qualidade higiênico-sanitária do alimento.

5.3.4- Os edifícios e instalações devem impedir a entrada e o alojamento de insetos, roedores e ou pragas e também a entrada de contaminantes do meio, tais como: fumaça, pó, vapor, e outros.

5.3.5- Os edifícios e instalações devem ser projetados de forma a permitir a separação, por áreas, setores e outros meios eficazes, como definição de um fluxo de pessoas e alimentos, de forma a evitar as operações suscetíveis de causar contaminação cruzada.

5.3.6- Os edifícios e instalações devem ser projetados de maneira que seu fluxo de operações possa ser realizado nas condições higiênicas, desde a chegada da matéria-prima, durante o processo de produção, até a obtenção do produto final.

5.3.7- Nas áreas de manipulação de alimentos, os pisos devem ser de material resistente ao trânsito, impermeáveis, laváveis, e antiderrapantes; não possuir frestas e serem fáceis de limpar ou desinfetar. Os líquidos devem escoar até os ralos (que devem ser do tipo sifão ou similar), impedindo a formação de poças. As paredes devem ser revestidas de materiais impermeáveis e laváveis, e de cores claras. Devem ser lisas e sem frestas e fáceis de limpar e desinfetar, até uma altura adequada para todas as operações. Os ângulos entre as paredes e o piso e entre as paredes e o teto devem ser abaulados herméticos para facilitar a limpeza. Nas plantas deve-se indicar a altura da parede que será impermeável. O teto deve ser constituído e/ou acabado de modo a que se impeça o acúmulo de sujeira e se reduza ao mínimo a condensação e a formação de mofo, e deve ser fácil de limpar. As janelas e outras aberturas devem ser construídas de maneira a que se evite o acúmulo de sujeira e as que se comunicam com o exterior devem ser providas de proteção anti-pragas. As proteções devem ser de fácil limpeza e boa conservação. As portas devem ser de material não absorvente e de fácil limpeza. As escadas, elevadores de serviço, monta-cargas e estruturas auxiliares, como plataformas, escadas de mão e rampas, devem estar localizadas e construídas de modo a não serem fontes de contaminação.

5.3.8- Nos locais de manipulação de alimentos, todas as estruturas e acessórios elevados devem ser instalados de maneira a evitar a contaminação direta ou indireta dos alimentos, da matéria-prima e do material de embalagem, por gotejamento ou condensação e que não dificultem as operações de limpeza.

5.3.9- Os refeitórios, lavabos, vestiários e banheiro de limpeza do pessoal auxiliar do estabelecimento devem estar completamente separados dos locais de manipulação de alimentos e não devem ter acesso direto e nem comunicação com estes locais.

5.3.10- Os insumos, matérias-primas e produtos terminados devem estar localizados sobre estrados e separados das paredes para permitir a correta higienização do local.

5.3.11- Deve-se evitar a utilização de materiais que não possam ser higienizados ou desinfetados adequadamente, por exemplo, a madeira, a menos que a tecnologia utilizada faça seu uso imprescindível e que seu controle demonstre que não se constitui uma fonte de contaminação.

5.3.12- Abastecimento de água:

Dispor de um abundante abastecimento de água potável, que se ajuste ao item 8.3 do presente regulamento, com pressão adequada e temperatura conveniente, com um adequado sistema de distribuição e com proteção eficiente contra contaminação. No caso necessário de armazenamento, deve-se dispor ainda de instalações apropriadas e nas

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA REGIÃO				
		ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
UF	MT	LOCAL	ANO	FOLHA	NÚM.	

condições indicadas anteriormente. É imprescindível um controle freqüente da potabilidade da água.

O órgão competente poderá admitir variação das especificações químicas e físico-químicas diferentes das normais quando a composição da água do local o fizer necessário e sempre que não se comprometa a sanidade do produto e a saúde pública.

O vapor e o gelo utilizados em contato direto com alimentos ou superfícies que entram em contato direto com os mesmos não devem conter nenhuma substância que possa ser perigosa para a saúde ou contaminar o alimento, obedecendo o padrão de água potável.

A água potável que seja utilizada para produção de vapor, refrigeração, para apagar incêndios e outros propósitos similares, não relacionados com alimentos, deve ser transportada por tubulações completamente separadas, de preferência identificadas através de cores, sem que haja nenhuma conexão transversal nem processo de retroalimentação, com as tubulações que conduzem água potável.

5.3.13- Efluentes e águas residuais:

Eliminação de efluentes e águas residuais: os estabelecimentos devem dispor de um sistema eficaz de eliminação de efluentes e águas residuais, o qual deve ser mantido em bom estado de funcionamento. Todos os tubos de escoamento (incluindo o sistema de esgoto) devem ser suficientemente grandes para suportar cargas máximas e devem ser construídos de modo a evitar a contaminação do abastecimento de água potável.

5.3.14- Vestiários e banheiros:

Todos os estabelecimentos devem dispor de vestiários, banheiros e quartos de limpeza adequados, convenientemente situados, garantindo a eliminação higiênica das águas residuais. Esses locais devem estar bem iluminados e ventilados, de acordo com a legislação, sem comunicação direta com o local onde são manipulados os alimentos. Junto aos vasos sanitários e situados de tal modo que o pessoal tenha que passar junto a eles antes de voltar para área de manipulação, devem ser construídos lavabos com água fria ou fria e quente, providos de elementos adequados (sabonete líquido, detergente, desinfetante, entre outros) para lavagem das mãos em meios higiênicos convenientes para sua secagem. Não será permitido o uso de toalhas de pano. No caso de se usar toalhas de papel, deve haver um controle de qualidade higiênico-sanitária e dispositivos de distribuição e lixeiras que não necessitem de acionamento manual para essas toalhas. Devem ser indicado ao pessoal, a obrigatoriedade e a forma correta de lavar as mãos após o uso do sanitário.

5.3.15- Instalações para lavagem das mãos nas áreas de produção:

Devem ter instalações adequadas e convenientemente localizadas para lavagem e secagem das mãos sempre que a natureza das operações assim o exija. Nos casos em que sejam manipuladas substâncias contaminantes ou quando a natureza das tarefas requiera uma desinfecção adicional à lavagem devem estar disponíveis também instalações para desinfecção das mãos. Deve-se dispor de água fria ou fria e quente e de elementos adequados (sabonete líquido, detergente, desinfetante, entre outros) para limpeza das mãos. Deve haver também um meio higiênico adequado para secagem das mãos. Não é permitido o uso de toalhas de tecido. No caso de se usar toalhas de papel, deve haver um controle de qualidade higiênico-sanitária e dispositivos de distribuição e lixeiras que não necessitem de acionamento manual para essas toalhas. As instalações devem estar providas de tubulações devidamente sifonadas que transportem as águas residuais até o local de desagüe.

5.3.16- Instalações para limpeza e desinfecção:

Quando necessário, deve haver instalações adequadas para a limpeza e desinfecção dos utensílios e equipamentos de trabalho, essas instalações devem ser construídas com materiais resistentes à corrosão, que possam ser limpos facilmente e devem estar providas de meios convenientes para abastecer de água fria ou fria e quente, em quantidade suficiente.

5.3.17- Iluminação e instalação elétrica:

Os estabelecimentos devem ter iluminação natural ou artificial que possibilitem a realização dos trabalhos e não

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA ZONA				
		R8 ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
UP	MTG	LOC	ANO	FOLHA	Nº	

comprometa a higiene dos alimentos. As fontes de luz artificial, de acordo com a legislação, que estejam suspensas ou colocadas diretamente no teto e que se localizem sobre a área de manipulação de alimentos, em qualquer das fases de produção, devem ser do tipo adequado e estar protegidas contra quebras. A iluminação não deverá alterar as cores. As instalações elétricas devem ser embutidas ou exteriores e, neste caso, estarem perfeitamente revestidas por tubulações isolantes e presas a paredes e tetos não sendo permitidas fiações elétricas soltas sobre a zona de manipulação de alimento. O órgão competente poderá autorizar outra forma de instalação ou modificação das instalações aqui descritas, quando assim se justifique.

5.3.18- Ventilação:

O estabelecimento deve dispor de uma ventilação adequada de tal forma a evitar o calor excessivo, a condensação de vapor, o acúmulo de poeira, com a finalidade de eliminar o ar contaminado. A direção da corrente de ar nunca deve ir de um local sujo para um limpo. Deve haver abertura a ventilação provida de sistema de proteção para evitar a entrada de agentes contaminantes.

5.3.19- Armazenamento para lixos e materiais não comestíveis:

O estabelecimento deve dispor de meios para armazenamento de lixos e materiais não comestíveis, antes da sua eliminação, do estabelecimento, de modo a impedir o ingresso de pragas e evitar a contaminação das matérias-primas, do alimento, da água potável, do equipamento e dos edifícios ou vias de acesso aos locais.

5.3.20- Devolução de produtos:

No caso de devolução de produtos os mesmos devem ser colocados em setor separado e destinados a tal fim por um período até que se determine seu destino.

5.4- Equipamentos e utensílios

5.4.1-Materiais:

Todo o equipamento e utensílio utilizado nos locais de manipulação de alimentos que possa entrar em contato com o alimento deve ser confeccionado de material que não transmita substâncias tóxicas, odores e sabores que seja não absorvente e resistente à corrosão e capaz de resistir a repetidas operações de limpeza e desinfecção. As superfícies devem ser lisas e estarem isentas de rugosidade, frestas e outras imperfeições que possam comprometer a higiene dos alimentos ou sejam fontes de contaminação. Deve evitar-se o uso de madeira e de outros materiais que não possam ser limpos e desinfetados adequadamente, a menos que se tenha a certeza de que seu uso não será uma fonte de contaminação. Deve ser evitado o uso de diferentes materiais para evitar o aparecimento de corrosão por contato.

5.4.2- Projetos e construção:

a) Todos os equipamentos e utensílios devem ser desenhados e construídos de modo a assegurar a higiene e permitir uma fácil e completa limpeza e desinfecção e, quando possível, devem ser instalados de modo a permitir um acesso fácil e uma limpeza adequada, além disto devem ser utilizados exclusivamente para os fins a que foram projetados.

6 - REQUISITOS DE HIGIENE DO ESTABELECIMENTO

6.1- Conservação: Os edifícios, equipamentos, utensílios e todas as demais instalações, incluídos os desagüamentos, devem ser mantidos em bom estado de conservação e funcionamento. As salas devem ser secas, estar isentas de vapor, poeira, fumaça, água residual.

6.2 - Limpeza e desinfecção:

6.2.1 - Todos os produtos de limpeza e desinfecção devem ser aprovados previamente para seu uso, através de controle da empresa, identificados e guardados em local adequado, fora das áreas de manipulação dos alimentos. Além disto devem ser autorizados pelo órgão competente.

6.2.2 - Com a finalidade de impedir a contaminação dos alimentos, toda área de manipulação de alimentos, os equipamentos e utensílios devem ser limpos com a frequência necessária e desinfetados sempre que as circunstâncias assim o exijam. O estabelecimento deve dispor de recipientes adequados, de forma a impedir qualquer possibilidade de contaminação, e em número e capacidade suficiente para verter os lixos e materiais não comestíveis.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA					
		R\$	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
		UF	MUN	LOC	ANO	FICHA	Nº

6.2.3 - Devem ser tomadas precauções adequadas para impedir a contaminação dos alimentos quando as áreas, os equipamentos e os utensílios forem limpos ou desinfetados com águas ou detergentes ou com desinfetantes ou soluções destes. Os detergentes e desinfetantes devem ser adequados para esta finalidade e devem ser aprovados pelo órgão oficialmente competente. Os resíduos destes agentes que permaneçam em superfície suscetível de entrar em contato com alimento devem ser eliminados mediante uma lavagem cuidadosa com água potável antes que volte a ser utilizada para a manipulação de alimentos. Devem ser tomadas precauções adequadas na limpeza e desinfecção quando se realizem operações de manutenção geral ou particular em qualquer local do estabelecimento, equipamentos, utensílios ou qualquer elemento que possa contaminar o alimento.

6.2.4 - Imediatamente após o término do trabalho ou quantas vezes for conveniente, devem ser limpos cuidadosamente o chão incluindo o desague, as estruturas auxiliares e as paredes da área de manipulação de alimentos.

6.2.5 - Os vestiários devem estar sempre limpos.

6.2.6 - As vias de acesso e os pátios situados nas imediações dos locais em que sejam parte destes devem manter-se limpos.

6.3 - Programa de Controle de higiene e desinfecção:

Cada estabelecimento deve assegurar sua limpeza e desinfecção. Não devem ser utilizados, nos procedimentos de higiene, substâncias odorizantes e/ou desodorantes em qualquer das suas formas nas áreas de manipulação dos alimentos, com vistas a evitar a contaminação pelos mesmos e que não se misturem os odores. O pessoal deve ter pleno conhecimento da importância da contaminação e de seus riscos, devendo estar bem capacitado em técnicas de limpeza.

6.4 - Subprodutos:

Os subprodutos armazenados de maneira que os mesmos resultantes da elaboração que forem veículos de contaminação sejam retirados das áreas de trabalho tantas vezes quantas forem necessárias.

6.5 - Manipulação, Armazenamento e Remoção de lixo:

Deve manipular-se o lixo de maneira que se evite a contaminação dos alimentos e ou da água potável. Especial cuidado é necessário para impedir o acesso de vetores aos lixos. Os lixos devem ser retirados das áreas de trabalho, todas as vezes que sejam necessárias, no mínimo uma vez por dia. Imediatamente depois da remoção dos lixos, os recipientes utilizados para o seu armazenamento e todos os equipamentos que tenham entrado em contato com os lixos devem ser limpos e desinfetados. A área de armazenamento do lixo deve também ser limpa e desinfetada.

6.6 - Proibição de animais domésticos:

Deve-se impedir a entrada de animais em todos os lugares onde se encontram matérias-primas, material de embalagem, alimentos prontos ou em qualquer das etapas da produção/industrialização.

6.7 - Sistema de Controle de Pragas:

Deve-se aplicar um programa eficaz e contínuo de controle das pragas. Os estabelecimentos e as áreas circundantes devem manter inspeção periódica com vistas a diminuir consequentemente os riscos de contaminação.

No caso de invasão de pragas, os estabelecimentos devem adotar medidas para sua erradicação. As medidas de controle devem compreender o tratamento com agentes químicos, físicos ou biológicos autorizados. Aplicados sob a supervisão direta de profissional que conheça os riscos que o uso destes agentes possam acarretar para a saúde, especialmente os riscos que possam originar resíduos a serem retidos no produto. Só devem ser empregados praguicidas caso não se possa aplicar com eficácia outras medidas de prevenção. Antes da aplicação de praguicidas deve-se ter o cuidado de proteger todos os alimentos, equipamentos e utensílios da contaminação. Após a aplicação dos praguicidas deve-se limpar cuidadosamente o equipamento e os utensílios contaminados a fim de que antes de sua reutilização sejam eliminados os resíduos.

6.8 - Armazenamento de substâncias tóxicas:

Os praguicidas solventes e outras substâncias tóxicas que representam risco para a saúde devem ser rotulados com

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA				
		RS	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11
UF	MUN	LOC.	ANO	FICHA	Nº.	

Informações sobre sua toxicidade e emprego. Estes produtos devem ser armazenados em áreas separadas ou armários fechados com chave, destinados exclusivamente a este fim, e só devem ser distribuídos ou manipulados por pessoal autorizado e devidamente capacitado sob controle de pessoal tecnicamente competente. Deve ser evitada a contaminação dos alimentos.

Não deve ser utilizado nem armazenado, na área de manipulação de alimentos, nenhuma substância que possa contaminar os alimentos, salvo sob controle, quando necessário para higienização ou sanitização.

6.9 - Roupas e Objeto:

Não devem ser guardados roupas nem objetos pessoais na área de manipulação de alimentos.

7 - HIGIENE PESSOAL E REQUISITO SANITÁRIO

7.1 - Capacitação em Higiene:

A direção do estabelecimento deve tomar providências para que todas as pessoas que manipulem alimentos recebam instrução adequada e contínua em matéria higiênica-sanitária, na manipulação dos alimentos e higiene pessoal, com vistas a adotar as precauções necessárias para evitar a contaminação dos alimentos. Tal capacitação deve abranger todas as partes pertinentes deste regulamento.

7.2- Situação de saúde:

A constatação ou suspeita de que o manipulador apresente alguma enfermidade ou problema de saúde que possa resultar na transmissão de perigos aos alimentos ou mesmo que sejam portadores ou são, deve impedir de entrar em qualquer área de manipulação ou operação com alimentos se existir a probabilidade da contaminação destes. Qualquer pessoa na situação acima deve comunicar imediatamente à direção do estabelecimento, de sua condição de saúde.

As pessoas que mantêm contatos com alimentos devem submeter-se aos exames médicos e laboratoriais que avaliem a sua condição de saúde antes do início de uma atividade e/ou periodicamente, após o início das mesmas. O exame médico e laboratorial dos manipuladores deve ser exigido também em outras ocasiões em que houver indicação, por razões clínicas ou epidemiológicas.

7.3 - Enfermidades contagiosas:

A direção tomará as medidas necessárias para que não se permita a ninguém que se saiba ou suspeite que padece ou é vetor de uma enfermidade suscetível de transmitir-se aos alimentos, ou que apresentem feridas infectadas, infecções cutâneas, chagas ou diarreias, trabalhar em qualquer área de manipulação de alimentos com microorganismos patogênicos, até que obtenha alta médica. Toda pessoa que se encontre nestas condições deve comunicar imediatamente à direção do estabelecimento.

7.4 - Feridas:

Ninguém que apresente feridas pode manipular alimentos ou superfícies que entrem em contato com alimentos até que se determine sua reincorporação por determinação profissional.

7.5- Lavagem das mãos:

Toda pessoa que trabalhe numa área de manipulação de alimentos deve, enquanto em serviço, lavar as mãos de maneira freqüente e cuidadosa com um agente de limpeza autorizado e com água corrente potável fria ou fria e quente. Esta pessoa deve lavar as mãos antes do início dos trabalhos, imediatamente após o uso do sanitário, após a manipulação de material contaminado e todas as vezes que for necessário. Deve lavar e desinfetar as mãos imediatamente após a manipulação de qualquer material contaminante que possa transmitir doenças. Devem ser colocados avisos que indiquem a obrigatoriedade e a forma correta de lavar as mãos. Deve ser realizado um controle adequado para garantir o cumprimento deste requisito.

7.6 - Higiene pessoal:

Toda pessoa que trabalhe em uma área de manipulação de alimentos deve manter uma higiene pessoal esmerada e deve usar roupa protetora, sapatos adequados, touca protetora. Todos estes elementos devem ser laváveis, a menos

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA REGIÃO					
		R.S.	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
		UP	MTD	LOC	ANO	FICHA	Nº

que sejam descartáveis e mantidos limpos, de acordo com a natureza do trabalho. Durante a manipulação de matérias-primas e alimentos, devem ser retirados todos os objetos de adorno pessoal.

7.7 - Conduta pessoal:

Nas áreas de manipulação de alimentos deve ser proibido todo o ato que possa originar uma contaminação de alimentos, como: comer, fumar, tossir ou outras práticas anti-higiênicas.

7.8 - Luvas:

O emprego de luvas na manipulação de alimentos deve obedecer as perfeitas condições de higiene e limpeza destas. O uso de luvas não exime o manipulador da obrigação de lavar as mãos cuidadosamente.

7.9 - Visitantes:

Inclui-se nesta categoria todas as pessoas que não pertençam às áreas ou setores que manipulam alimentos. Os visitantes devem cumprir as disposições recomendadas nos itens 6.9, 7.3, 7.4 e 7.7 do presente regulamento.

7.10 - Supervisor: a responsabilidade do cumprimento dos requisitos descritos nos itens 7.1 a 7.9 deve recair ao supervisor competente.

8 - REQUISITOS DE HIGIENE NA PRODUÇÃO

8.1 - Requisitos aplicáveis à matéria-prima:

8.1.1 - O estabelecimento não deve aceitar nenhuma matéria-prima ou insumo que contenha parasitas, microorganismos ou substâncias tóxicas, decompostas ou estranhas, que não possam ser reduzidas a níveis aceitáveis através de processos normais de classificação e/ou preparação ou fabricação. O responsável técnico deve dispor de padrões de identidade e qualidade da matéria-prima ou insumos de forma a poder controlar os contaminantes passíveis de serem reduzidos a níveis aceitáveis, através dos processos normais de classificação e/ou preparação ou fabricação.

8.1.2 - O controle de qualidade da matéria-prima ou insumo deve incluir a sua inspeção, classificação, e se necessário análise laboratorial antes de serem levados à linha de fabricação. Na fabricação somente devem ser utilizadas matérias-primas ou insumos em boas condições.

8.1.3 - As matérias-primas e os ingredientes armazenados nas áreas do estabelecimento devem ser mantidos em condições tais que evitem sua deterioração, protejam contra a contaminação e reduzam os danos ao mínimo possível. Deve-se assegurar, através do controle, a adequada rotatividade das matérias-primas e ingredientes.

8.2 - Prevenção da contaminação cruzada:

8.2.1- Devem ser tomadas medidas eficazes para evitar a contaminação do material alimentar por contato direto ou indireto com material contaminado que se encontrem nas fases iniciais do processo.

8.2.2- As pessoas que manipulam matérias-primas ou produtos semi-elaborados com risco de contaminar o produto final enquanto não tenham retirado a roupa protetora que foi utilizada durante a manipulação de matérias-primas e produtos semi-elaborados, com os quais, tenham entrado em contato ou que tenha sido contaminada por matéria-prima ou produtos semi-elaborados e, colocado outra roupa protetora limpa e cumprindo com os itens 7.5 e 7.6.

8.2.3 - Se existir possibilidade de contaminação, as mãos devem ser cuidadosamente lavadas entre uma e outra manipulação de produtos nas diversas fases do processo.

8.2.4 - Todo equipamento e utensílios que tenham entrado em contato com matérias-primas ou com material contaminado devem ser limpos e desinfetados cuidadosamente antes de serem utilizados para entrar em contato com produtos acabados.

8.3 - Uso da água:

8.3.1 - Como princípio geral na manipulação de alimentos somente deve ser utilizada água potável.

8.3.2 - Pode ser utilizada água não potável para a produção de vapor, sistema de refrigeração, controle de incêndio e outros fins análogos não relacionados com alimentos, com a aprovação do órgão competente.

8.3.3 - A água recirculada para ser reutilizada novamente dentro de um estabelecimento deve ser tratada e mantida em condições tais que seu uso não possa representar um risco para a saúde. O processo de tratamento deve ser mantido

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA				
		R8	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11
UP	MTG	LOC	ANO	FICHA	NO.	

sob constante vigilância. Por outro lado, a água recirculada que não tenha recebido tratamento posterior pode ser utilizada nas condições em que o seu emprego não constitua um risco para saúde e nem contamine a matéria-prima nem o produto final. Deve haver um sistema separado de distribuição que possa ser identificado facilmente, para a utilização da água recirculada. Qualquer controle de tratamento para a utilização da água recirculada em qualquer processo de elaboração de alimentos deve ter sua eficácia comprovada e deve ter sido prevista nas boas práticas adotadas pelo estabelecimento e devidamente aprovadas pelo organismo oficialmente competente. As situações particulares indicadas nos itens 7.3.2 e neste devem estar em concordância com o item 5.3.2 e neste devem estar em concordância com o item 5.3.12.

8.4-Produção:

8.4.1 - A produção deve ser realizada por pessoal capacitado e supervisionada por pessoal tecnicamente competente.

8.4.2 - Todas as operações do processo de produção incluindo o acondicionamento, devem ser realizadas sem demoras inúteis e em condições que excluam toda a possibilidade de contaminação, deterioração e proliferação de microorganismos patogênicos e deteriorantes.

8.4.3 - Os recipientes devem ser tratados com o devido cuidado para evitar toda a possibilidade de contaminação do produto fabricado.

8.4.4 - Os métodos de conservação e os controles necessários devem ser tais que protejam contra a contaminação ou a presença de risco à saúde pública e contra a deterioração dentro dos limites de uma prática comercial correta, de acordo com as boas práticas de prestação de serviço na comercialização.

8.5 - Embalagem

8.5.1 - Todo material utilizado para embalagem deve ser armazenado em condições higiênico-sanitárias, em áreas destinadas para este fim. O material deve ser apropriado para o produto e as condições previstas de armazenamento e não deve transmitir ao produto substâncias indesejáveis que excedam os limites aceitáveis pelo órgão competente. O material de embalagem deve ser seguro e conferir uma proteção apropriada contra a contaminação.

8.5.2 - As embalagens ou recipientes não devem ter sido anteriormente utilizados para nenhuma finalidade que possam dar lugar a uma contaminação do produto. As embalagens ou recipientes devem ser inspecionados imediatamente antes do uso, para verificar sua segurança, em casos específicos, limpos e/ou desinfetados; quando lavados devem ser secos antes do uso. Na área de enchimento/embalagem, somente devem permanecer as embalagens ou recipientes necessários para uso imediato.

8.5.3 - a embalagem deve ser processada em condições que excluam as possibilidades da contaminação do produto.

8.6 Responsabilidade Técnica e supervisão:

O tipo de controle e supervisão necessários depende do risco de contaminação na produção do alimento. Os responsáveis técnicos devem ter conhecimento suficiente sobre as boas práticas de produção de alimentos para poder avaliar e intervir nos possíveis riscos e assegurar uma vigilância e controle eficazes.

8.7 - Documentação e registro:

Em função do risco do alimento devem ser mantidos registros dos controles apropriados à produção e distribuição, conservando-os durante um período superior ao tempo de vida de prateleira do alimento.

8.8 - Armazenamento e transporte de matérias-primas e produtos acabados:

8.8.1 - As matérias-primas e produtos acabados devem ser armazenados e transportados segundo as boas práticas respectivas de forma a impedir a contaminação e/ou a proliferação de microorganismos e que protejam contra a alteração ou danos ao recipiente ou embalagem. Durante o armazenamento deve ser exercida uma inspeção periódica dos produtos acabados, a fim de que somente sejam expedidos alimentos aptos para o consumo humano e sejam cumpridas as especificações de rótulo quanto às condições e transporte, quando existam.

8.2.2. - Os veículos de transportes pertencentes ao estabelecimento produtor de alimento ou por contratado devem atender às boas práticas de transporte de alimentos autorizados pelo órgão competente. Os veículos de transporte

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE	CÓDIGO DA FICHA					
	R\$	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
	UP	MTG	LOC	ANO	FICHA	Nº

devem realizar as operações de carga e descarga fora dos locais de fabricação dos alimentos, devendo ser evitada a contaminação dos mesmos e do ar por gases de combustão. Os veículos destinados ao transporte de alimentos refrigerados ou congelados devem possuir instrumentos de controle que permitam verificar a umidade, caso seja necessário e a manutenção da temperatura adequada.

9 - Controle de alimentos

O responsável técnico deve usar metodologia apropriada de avaliação dos riscos de contaminação dos alimentos nas diversas etapas de produção contidas no presente regulamento e intervir sempre que necessário, com vistas a assegurar alimentos aptos ao consumo humano.

O estabelecimento deve prover instrumentos necessários para controles.

Disponível em [WWW.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA REGIÃO				
		R3	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11 04
UP	MTS	LOC	ANO	FIGM	NO	

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

O inventário dos doces tradicionais de Pelotas buscou mapear as diferentes redes que compõem o sistema de produção e consumo dos doces na cidade, considerando as dimensões de gênero, etnia e diversidade social. Na dinâmica da transformação cultural, este bem assume o significado de doces de Pelotas. Nesse sentido, recomendam-se como desdobramentos desta investigação:

1 - aprofundar a reflexão sobre as questões de gênero, no que implica em uma profissionalização (ou não) e autonomia financeira da doceira na família. Em outros casos podem estar configurando alterações na gramática de gênero, situações em que a mulher assume a posição de provedor. Ainda, cabe considerar em uma pesquisa específica, a tradição dos confeitores neste sistema de produção e consumo dos doces que atuam especificamente nas padarias.

2 - Realizar pesquisas específicas sobre a tradição alimentar – com atenção aos doces - das etnias pomerana, alemã, árabe, italiana, francesa, africana, considerando a diversidade e dinâmica na construção da identidade.

3 - Investigar a construção da história das confeitarias, bem como a da comercialização dos doces por vendedores ambulantes: em sacolas, charretes, quiosques e carrocinhas. Atenta-se para as distinções sociais na cidade. Aborda-se o sistema da distribuição do produto no mercado, levando em conta a relação entre produtores, vendedores, proprietários de confeitarias e de padarias na cidade. Outrossim, a relação com os fornecedores pode se configurar como outra investigação específica.

4 - Considerando a dinâmica de disseminação dos modos de fazer os doces na cidade, podemos apontar a importância de uma reflexão sobre as formas de disseminação deste saber fazer na cidade. Atenta-se para a formalização deste saber nos cursos de culinária do SENAC e SESI, que ultrapassam o âmbito da família.

5 - A continuidade do levantamento bibliográfico, através dos jornais também se torna relevante visando a reconstituição da história da FENADOCE. A dimensão de festa serve à reflexão ao configurar o doce como um atrativo turístico. Tal investigação trata de articular as áreas da história e antropologia ao contemplar o registro etnográfico da festa.

6 - Considerando que os projetos Inventário Nacional de Referências Culturais – a produção de doces tradicionais pelotenses e o de Indicação Geográfica - que visa regulamentar especificações técnicas garantindo a excelência do produto; definir padrões para matéria-prima, mão-de-obra e instalações, valorizando o produto, o mercado e a região. (Indicações Geográficas: guia de repostas, SEBRAE, 2006) – transcorreram em paralelo, há que acompanhar as interfaces, tensões e desdobramentos destas investigações com vistas a discussão do doce como uma alternativa econômica para a cidade de Pelotas.

7 - A relação conflituosa entre tradição e Estado, vinculada à produção dos doces de Pelotas se evidencia nos doces de fruta em face às políticas de salvaguarda da diversidade cultural – tal como o registro de bens imateriais – e políticas, em especial de saúde, que regulamentam a produção doceira tradicional. Assim, a disputa identificada está pautada pela permanência de uma produção tradicional, configurando-se enquanto uma resistência às adequações exigidas pelo Estado. Sublinham-se, nesse sentido, as armadilhas que o Estado Moderno constrói: de um lado, estabelece ferramentas legais para preservação da tradição; de outro, pela ação de órgãos oficiais, vinculados por exemplo à regulamentação econômica e sanitária, impõe regras que implicam no abandono de saberes e fazeres tradicionais. Nesse sentido, recomenda-se o aprofundamento desta questão, reconhecendo, inclusive, as negociações estabelecidas entre os produtores rurais e os órgãos de fiscalização do Estado com relação à legislação e a manutenção do saber fazer tradicional.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE		CÓDIGO DA FICHA					
		R.S	ZONA RURAL DE PELOTAS E MORRO REDONDO	SANTO AMOR E AÇOITA CAVALO	2008	F11	04
		UF	MUN	LOC	ANO	FICHA	Nº.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se a realização de pesquisas específicas sobre a tradição alimentar – com atenção aos doces – de famílias de produtores doceiros localizadas nas localidades de Açaita Cavallo e Santo Amor.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: VER ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	Passa de Pêssego; Marmelada Branca; Figo Cristalizado; Pessegada; Origone; Compota e Pêssego.
ANEXO 4: CONTATOS	Q60 – 01; Q60 – 05; Q60 – 06.
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	F60 – 01; F60 – 02; F60 – 03; F60 – 04; F60 – 05; F60 – 06;

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Fábio Vergara Cerqueira, Tiago Lemões da Silva, Marcos Aristmunha.		
SUPERVISOR	Tiago Lemões da Silva		
REDATOR	Tiago Lemões da Silva, Marília Floor Kosby		DATA 2008
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Flávia Maria Silva Rieth		

Anexo B – Lei municipal que inclui o ensino das tradições gaúchas nas escolas do município



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
MORRO REDONDO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FONE: (053) 3224-0333
AVENIDA DOS PINHAIS, 63 - CEP: 96150-000
E-mail: camaramorroredondo@gmail.com

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI QUE INCLUI A CULTURA TRADICIONALISTA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

AUTORIA: VEREADORA LETICIA SANTOS - PSDB.

PROJETO DE LEI

Inclui a cultura tradicionalista nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

RUI VALDIR OTTO BRIZOLARA, Prefeito Municipal de Morro Redondo/RS, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER que o poder Legislativo Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Inclui a cultura tradicionalista nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

Art. 1º Fica instituído, no Município de Morro Redondo, a cultura tradicionalista nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

Parágrafo único. O Programa deverá incluir a cultura e costumes do nosso estado aos conteúdos do Ensino Fundamental.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei tem como objetivos:

I – Ampliar, promover e disseminar a cultura e os costumes do estado nas instituições de ensino, por meio da oferta de conteúdos ligados à história, geografia, literatura, artes, esporte e na sociologia objetivando a consolidação dessa cultura na educação;

II – Desenvolver características comportamentais que eduquem a criança e o jovem para a valorização das nossas raízes, independente das etnias, regionalizadas do estado RS;

III – Estimular a implantação de práticas educacionais que congregue a comunidade escolar através parcerias com entidades tradicionalistas (CTGs e Piquetes) filiados e não filiados ao MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho);

IV – Incentivar a capacidade de inovação, através de atividades extracurriculares;

V – Incrementar o surgimento de novas atividades em parcerias as entidades;

VI – Incentivar, em parceria com Escolas Agrícolas e Universidades, estudos e práticas referentes à agricultura e pecuária;

VII – Fomentar o estudo, pesquisa e práticas voltadas as atividades de danças, culinárias, indumentárias, mostras culturais, canto, poesias e as atividades do campo;

Art. 3º As instituições de ensino poderão incluir em seus currículos, conteúdos e atividades que promovam a cultura no projeto pedagógico e no plano escolar visando à realização de práticas que contemplem o processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo compreende ações de caráter curricular ou extracurricular, como melhor entender as equipes diretivas voltadas aos estudantes do Ensino Fundamental

Art. 4º Para execução do Programa previsto nesta Lei, o Poder Público poderá celebrar parcerias com órgãos públicos federais, estaduais, municipais e entidades da sociedade civil organizada pública ou privada.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no próximo ano letivo de sua publicação.

Morro Redondo/RS, 8 de setembro de 2021

RUI VALDIR OTTO BRIZOLARA PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Pelo respeito e orgulho a nossas raízes históricas, folclóricas e culturais artísticas proponho a inclusão do conteúdo sobre a cultura tradicionalista nas aulas ministradas nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Morro Redondo. O tradicionalismo que possui entre suas bases o folclore, a arte, o esporte e a recreação, entre outros ramos do saber que intermedeiam o alcance dos fins tradicionalistas. O tradicionalismo, além de rememorar fatos históricos importantíssimos, visa a construção de um futuro glorioso, embasado no que há de mais belo no nosso Rio Grande do Sul, nossa história e nossas tradições. A iniciativa de estimular o ensino da cultura do nosso Estado na rede municipal de ensino de Morro Redondo, com certeza provocará inúmeras mudanças positivas no comportamento dos jovens alunos. Assim, as crianças e os adolescentes terão seus hábitos, seus valores e suas reações emocionais permeados pela cultura do Rio Grande do Sul. São essas as razões pelas quais apresento o presente Projeto de Lei, com o fim de promover e fomentar o ensino da cultura tradicionalista no Município. Para tanto, peço o apoio dos nobres vereadores para a aprovação da presente Proposição.

Sala das Sessões da Câmara Municipal
Morro Redondo/RS, 8 de setembro de 2021

VEREADORA LETICIA SANTOS
PSDB